LEI nº 4.629, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1° – Fica aprovado o Plano Municipal de Educação - PME, constante do documento anexo, com duração de dez anos.

Art. 2° – A execução do Plano Municipal de Educação se pautará pelo regime de colaboração entre a União, o Estado, o Município e a Sociedade Civil.

§ 1° – O Poder Público Municipal exercerá papel indutor na implementação das metas estabelecidas neste Plano.

§ 2° – A partir da vigência desta Lei, as instituições de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, inclusive nas modalidades de Educação para Jovens e Adultos e Educação Especial, integrantes da rede municipal de ensino, em articulação com a rede estadual e privada, que compõem o Sistema Estadual de Ensino, deverão organizar seus planejamentos e desenvolver suas ações educativas, com base no Plano Municipal de Educação.

§3° – O Poder Legislativo, por intermédio de seus integrantes, acompanhará a execução do Plano Municipal de Educação.

Art. 3° – O Município, em articulação com a União, o Estado e a Sociedade Civil, procederá às avaliações periódicas de implementação do Plano Municipal de Educação, que serão realizadas a partir do segundo ano de vigência desta Lei.

Parágrafo único – Caberá ao Poder Legislativo Municipal aprovar as medidas legais decorrentes com vista à correção de deficiências e distorções.

Art. 4° – O Poder Público Municipal, em conjunto com o Grupo de Acompanhamento e Avaliação do PME, formado pelo Dirigente Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação, estabelecerão os mecanismos necessários ao acompanhamento de sua execução.

Art. 5° – Os planos plurianuais do Município serão elaborados de modo a dar suporte às metas constantes do Plano Municipal de Educação.

(Segue/Fls.02)

Art. 6º – A consecução das metas do Plano Municipal de Educação e a implementação das estratégias deverão ser realizadas em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município.

Art. 7º – O Poder Público Municipal se empenhará na divulgação deste Plano e da progressiva realização das suas metas, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 8º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, em 19 de dezembro de 2013.

MOACIR LUIZ FROEHLICH
Prefeito

SILVESTRE COTTICA
Vice-Prefeito

ALTAIR GENZ
Secretário Municipal de Administração

MARTA SALETE BENDO
Secretária Municipal de Educação

MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

ESTADO DO PARANÁ

(Anexo a Lei nº 4.629, de 19/12/2013)

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DEZEMBRO/2013

MOACIR LUIZ FROEHLICH
Prefeito

SILVESTRE COTICA
Vice-Prefeito

MARTA SALETE BENDO
Secretária Municipal de Educação

ILÁRIO HOFFSTAETTER
Presidente da Câmara de Vereadores

ARLEN GUTTGES
CENO UNFRIED
CLEITON FREITAG
DORIVALDO KIST
ELMIR PORT
MÁRCIO RAUBER
JOSOÉ PEDRALLI
JOÃO MARCOS GOMES
Vereadores

CONSULTORIA
GAE – CONSULTORIA E PROJETOS EDUCACIONAIS LTDA
EQUIPE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 2013

DEPARTAMENTO DE ENSINO
Terezinha Weimer

ASSESSORIA PEDAGÓGICA
Alice Silvana Grützmann
Angela Cristina Caregnato
Cátia Claudia Lang Metz
Cláudia Denise Becker Neuberger
Ivanete Maria Mantovani
Ivonete Schöne
Izolde Schneider Vasques
Lisete Bersch
Marlice Rosani Przygodda
Marly Terezinha Buss
Mirian Salete Simek Grenzel
Sonia Antunes Caregnato

PEDAGOGA
Valdirene Sutil Rafaeli

FONOAUDIÓLOGO
Fagner Michel Mallmann

PSICÓLOGAS
Debora Stela
Miguela Andresa Hanke Ohse

NUTRICIONISTAS
Elly Ana Pootz
Jaciara Reis Nogueira

DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR
Sandra Regiane Wiederkehr

ASSISTÊNCIA ADMINISTRATIVA
Clarice Ines Closs
Cristina Vanessa Grams Raabe

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, ORÇAMENTO E GESTÃO
DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA E APOIO AO EDUCANDO
Gladis Mathilde Allebrandt
Sergeo Hammerschmidt
Waldemar Neitzke

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
Celíria Smaniotto
Moranei Kist

MOTORISTAS
Ademir Schotten
Claudeci Rocha
Jair Kamien
Ilse Grosclass
Marco Jaco Jaskowiak
Robson Antonio Campos

DIVISÃO DE MERENDA ESCOLAR
Sebastião Alves

COMISSÕES DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

COORDENAÇÃO GERAL
Marlice Rosani Przygodda

CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO
Lori Speck

EDUCAÇÃO INFANTIL
Alice Silvana Grützmann

ENSINO FUNDAMENTAL
Terezinha Weimer

ENSINO MÉDIO
Roselita Beatriz Laismann Lang

EDUCAÇÃO SUPERIOR
Rita Maria Decarli Bottega

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Izolde Schneider Vasques

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS
Marly Terezinha Buss

EDUCAÇÃO ESPECIAL
Celíria Smaniotto

FORMAÇÃO DOS PROFISSINAIS DA EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO
Mirian Salete Simek Grenzel

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
Carla Simone Schumann Nogueira

GESTÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
Gladis Mathilde Allebrandt
Marta Salete Bendo

COLABORADORES

- Centro Municipal de Educação Infantil 24 de Maio
- Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Líder
- Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Polegar
- Centro Municipal de Educação Infantil Portal da Vida
- Centro Municipal de Educação Infantil Vila Gaúcha
- Centro Municipal de Educação Infantil Zilda Arns
- Colégio Cristo Rei
- Colégio Estadual Antônio Maximiliano Ceretta
- Colégio Estadual do Campo Margarida
- Colégio Estadual do Campo Professor Nilso Franceski
- Colégio Estadual Eron Domingues
- Colégio Estadual Frentino Sackser
- Colégio Estadual Marechal Rondon
- Colégio Estadual Paulo Freire
- Colégio Evangélico Martin Luther
- Colégio Luterano Rui Barbosa
- Colégio SESI
- Escola Municipal 25 de Julho
- Escola Municipal 25 de Março
- Escola Municipal Ana Paula
- Escola Municipal Antônio Rockenbach
- Escola Municipal Bento Munhoz da Rocha Neto
- Escola Municipal Comandante Luiz Augusto de Moraes Rego
- Escola Municipal Costa e Silva
- Escola Municipal Criança Feliz
- Escola Municipal Érico Veríssimo
- Escola Municipal Floriano Peixoto
- Escola Municipal Jean Piaget
- Escola Municipal Julia Wanderley
- Escola Municipal Osvino Weirich
- Escola Municipal São João Batista
- Escola Municipal São Roque
- Escola Municipal Waldomiro Liessen
- Escola Rural Municipal Almirante Barroso
- Faculdade de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon - ISEPE-RONDON
- Faculdade Luterana Rui Barbosa - FALURB
- Universidade Estadual do Oeste do Paraná6- UNIOESTE

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS 9
LISTA DE FIGURAS 12
LISTA DE GRÁFICOS 13
LISTA DE TABELAS 15
I – APRESENTAÇÃO 17
II – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO 19
1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS 19
1.1 Localização 19
1.2 Principais Rodovias de Acesso 19
1.3 Municípios Limítrofes 19
1.4 Organização Político-Administrativa 20
1.5 Clima 20
1.6 Hidrografia 21
1.7 Solo 21
1.8 Vegetação 21
2. ASPECTOS HISTÓRICOS 21
2.1 Ocupação 21
2.2 Significado do Nome 22
2.3 Símbolos do Município 22
2.3.1 Bandeira 22
2.3.2 Brasão 22
2.3.3 Hino 23
2.4 Galeria dos Prefeitos 24
3. ASPECTOS POPULACIONAIS 28
4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS 29
5. ASPECTOS CULTURAIS 31
5.1 Principais Eventos 31
5.2 Feriados Municipais 32
5.3 Principais Locais Utilizados para a Realização dos Eventos 32
5.4 Principais Estabelecimentos Socioculturais do Município 32
5.5 Entidades Responsáveis por Promover as Festas e as Manifestações da Cultura do Município 33
6. ASPECTOS TURÍSTICOS 34
6.1 Principais Pontos Turísticos 34
7. ASPECTOS EDUCACIONAIS 40
7.1 Redes de Ensino 40
7.2 Infraestrutura das Instituições de Ensino 42
III – DIAGNÓSTICOS 44
1. EDUCAÇÃO INFANTIL 44
1.1 Atendimento 44
1.2 Infraestrutura das Instituições de Ensino 45
1.3 Recursos Humanos 46
1.4 Gestão 47
1.5 Considerações Finais 48
2. ENSINO FUNDAMENTAL 49
2.1 Atendimento 49
2.2 Recursos Humanos 50
2.3 Indicadores Educacionais 53

2.4 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica..... 54
2.5 Gestão..... 55
2.6 Infraestrutura dos Prédios Escolares..... 56
3. ENSINO MÉDIO..... 58
3.1 Atendimento..... 58
3.2 Projetos e Parcerias..... 59
3.3 Merenda e Transporte Escolar..... 60
3.4 Dados Complementares..... 60
4. EDUCAÇÃO SUPERIOR..... 61
4.1 Oferta..... 61
4.2 Corpo Docente..... 62
4.3 Parcerias..... 63
4.4 Corpo Discente..... 64
4.5 Considerações Finais..... 64
5. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS..... 65
5.1 Atendimento..... 65
5.2 Considerações Finais..... 70
6. EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL..... 70
6.1 Oferta..... 70
6.2 Considerações Finais..... 72
7. EDUCAÇÃO ESPECIAL..... 72
8. FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO..... 76
8.1 Profissionais da Educação Municipal..... 76
8.2 Situação Funcional dos Profissionais da Educação Municipal..... 78
9. FINANCIAMENTO E GESTÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO..... 79
9.1 Financiamento..... 79
9.2 Gestão da Educação Pública Municipal..... 84
9.2.1 Estrutura do Órgão Municipal de Educação..... 84
9.2.2 Organização da Rede Municipal de Ensino..... 86
9.2.3 Orçamento do Órgão Municipal de Educação..... 86
9.2.4 Projetos em andamento..... 86
9.2.5 Programas Suplementares..... 91
9.2.6 Tecnologias Educacionais..... 92
9.2.7 Diretrizes do Plano de Metas "Compromisso Todos Pela Educação"..... 94
IV – METAS E ESTRATÉGIAS..... 95
V – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO..... 109
DOCUMENTOS CONSULTADOS..... 110
SITES CONSULTADOS..... 112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACC	Associação Atlética Cultural Copagril
ABEC	Associação Beneficente Cristo
ACEMPRE	Associação Central dos Produtores Rurais Ecológicos
ACIMACAR	Associação Comercial e Industrial de Marechal Cândido Rondon
ACFC	Associação dos Comitês Femininos da Copagril
ACJC	Associação dos Comitês de Jovens da Copagril
AL	Alunos
APAS	Associação de Pais, Mestres, Amigos e Servidores
APM	Associações de Pais e Mestres
APMF	Associação de Pais, Mestres e Funcionários
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
BAF	Boletim de Acompanhamento da Família
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAPE	Centro de Apoio Pedagógico
CEEBJA	Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos
CELEM	Centro de Línguas Estrangeiras Modernas
CEMEP	Centro Municipal de Ensino Profissionalizante
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CME	Conselho Municipal de Educação
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CNM	Confederação Nacional dos Municípios
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COOP	Cooperativa
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
EAD	Educação a Distância
EE	Escola Estadual
EF	Ensino Fundamental
EFI	Ensino Fundamental Incompleto
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ERM	Escola Rural Municipal
ESP	Especialização

FAEP	Federação da Agricultura do Estado do Paraná
FALURB	Faculdade Luterana Rui Barbosa
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
I	Integral
IAPAR	Instituto Agronômico do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IELB	Igreja Evangélica Luterana do Brasil
IFPR	Instituto Federal do Paraná
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ISEPE-RONDON	Faculdade de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LIC	Licenciatura
M	Matutino
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MG	Magistério
N	Noturno
NEDIJ	Núcleo de Estudos e Defesa de Direitos da Infância e da Juventude
NTM	Núcleo Tecnológico Municipal
NUFOPE	Núcleo de Formação Docente e Prática de Ensino
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG	Organização não Governamental
PAR	Plano de Ações Articuladas
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Plano Municipal de Educação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAIC	Pacto Nacional Pela Alfabetização Na Idade Certa
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar
PNL	Programação Neurolinguística
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático

PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos
PROINFO	Programa Nacional de Tecnologia Educacional
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SEB	Secretaria de Educação Básica
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SENAR-PR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Paraná
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SMED	Secretaria Municipal de Educação
MES	Mestrado
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
TIDE	Tempo Integral de Dedicação Exclusiva
TU	Turmas
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
V	Vespertino

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Localização de Marechal Cândido Rondon	19
Figura 2.	Limites do Município	20
Figura 3.	Bandeira Municipal	22
Figura 4.	Brasão Municipal	23
Figura 5.	Fachada do Centro de Eventos Werner Wanderer	35
Figura 6.	Cachoeira da Onça	35
Figura 7.	Sítio das Orquídeas	36
Figura 8.	Produtos da Casa do Artesão	36
Figura 9.	Portal do Município	36
Figura 10.	Moinho Henke	37
Figura 11.	Descida pelas corredeiras do Rio Guaçu	37
Figura 12.	Parque de Lazer Annita Wanderer	38
Figura 13.	Barco de passeio da Rambo Ecologia	38
Figura 14.	Barco Kattamaram	39
Figura 15.	Igreja de São Roque	39
Figura 16.	Organograma da Secretaria Municipal de Educação	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.	População de Marechal Cândido Rondon no período de 1970 a 2010	28
Gráfico 2.	População residente por faixa etária e sexo, 2010	29
Gráfico 3.	Infraestrutura das Instituições de Educação Básica da rede municipal de ensino, 2012	43
Gráfico 4.	Infraestrutura das Instituições de Educação Básica da rede estadual de ensino, 2012	43
Gráfico 5.	Infraestrutura das Instituições de Educação Básica da rede privada de ensino, 2012	43
Gráfico 6.	Infraestrutura das Instituições de Educação Superior, 2012	43
Gráfico 1.1.	Instituições que ofertam a Educação Infantil no Município, 2012	44
Gráfico 1.2.	Evolução do atendimento da Educação Infantil no Município, por rede de ensino, 2008 – 2012	45
Gráfico 2.1.	Matrículas do Ensino Fundamental por dependência administrativa, 2012	50
Gráfico 2.2.	Evolução do atendimento do Ensino Fundamental no Município, por rede de ensino, 2008 – 2012	50
Gráfico 2.3.	Formação dos profissionais do magistério (docentes e suporte pedagógico) que atuam nas instituições de Ensino Fundamental (em %), por dependência administrativa, 2012	52
Gráfico 2.4.	Formação dos profissionais de apoio à educação que atuam nas instituições de Ensino Fundamental (em %), por dependência administrativa, 2012	53
Gráfico 2.5.	Índices de aprovação no Ensino Fundamental, por rede de ensino, 2008 – 2011	53
Gráfico 2.6.	Índices de evasão no Ensino Fundamental, por rede de ensino, 2008 – 2011	53
Gráfico 3.1.	Evolução do atendimento do Ensino Médio regular no Município, por rede de ensino, 2008 – 2012	58
Gráfico 3.2	Evolução do atendimento do Ensino Médio profissionalizante no Município, 2008 – 2012	59
Gráfico 8.1.	Formação dos profissionais do magistério da rede municipal de ensino, 2012	76
Gráfico 8.2.	Formação dos servidores de apoio à educação (administrativo e serviços gerais) da rede municipal de ensino, 2012	77
Gráfico 8.3.	Atuação dos profissionais do magistério da rede municipal de ensino, 2012	77
Gráfico 8.4.	Distribuição dos profissionais do magistério da rede municipal de ensino por tempo de serviço, 2012	77

Gráfico 8.5. Distribuição dos profissionais de apoio à educação (administrativo e serviços gerais) da rede municipal de ensino por tempo de serviço, 2012..... 77
Gráfico 9.1. Orçamento do setor educacional em 2012 (em %)..... 86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	População Censitária segundo tipo de domicílio e sexo, 2010	28
Tabela 2.	Taxa de crescimento geométrico segundo tipo de domicílio, 2010	29
Tabela 3.	Número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas, 2010	29
Tabela 4.	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 1991-2000	31
Tabela 5.	Instituições de Ensino existentes no Município, 2013	40
Tabela 1.1.	Atendimento da Educação Infantil, por rede de ensino, 2012	44
Tabela 1.2.	Infraestrutura das instituições que ofertam a Educação Infantil para crianças de 0 a 3 anos, 2012	45
Tabela 1.3.	Infraestrutura das instituições que ofertam a Educação Infantil para crianças de 4 a 5 anos, 2012	46
Tabela 1.4.	Recursos humanos das instituições de ensino da rede municipal que atendem a Educação Infantil, 2012	46
Tabela 1.5.	Recursos humanos das instituições de ensino da rede privada que atendem a Educação Infantil, 2012	47
Tabela 1.6.	Gestão por rede de ensino, 2012	47
Tabela 2.1.	Instituições que ofertam o Ensino Fundamental, 2012	49
Tabela 2.2.	Recursos humanos das instituições de Ensino Fundamental da rede municipal, 2012	50
Tabela 2.3.	Recursos humanos das instituições de Ensino Fundamental da rede estadual, 2012	51
Tabela 2.4.	Recursos humanos das instituições de Ensino Fundamental da rede privada, 2012	51
Tabela 2.5.	IDEB´s observados em 2005-2007-2009-2011 e metas projetadas das instituições que ofertam o Ensino Fundamental na rede municipal, 2007 – 2021	54
Tabela 2.6.	IDEB´s observados em 2005-2007-2009-2011 e metas projetadas das instituições que ofertam o Ensino Fundamental na rede estadual, 2007 – 2021	55
Tabela 2.7.	Gestão por rede de ensino, 2012	56
Tabela 2.8.	Infraestrutura dos prédios escolares, 2012	57
Tabela 3.1.	Instituições que ofertam o Ensino Médio, 2012	58
Tabela 3.2	Parcerias firmadas com as instituições que ofertam o Ensino Médio no Município, 2012	59
Tabela 3.3	Dados complementares da gestão das instituições que ofertam o Ensino Médio no Município, 2012	61

Tabela 4.1.	Instituições que ofertam a Educação Superior no Município, 2012	61
Tabela 4.2.	Formação dos docentes que atuam nas instituições que ofertam a Educação Superior, 2012	63
Tabela 4.3.	Procedência escolar dos acadêmicos que cursam a Educação Superior, por instituição de ensino, 2009 – 2012 (em %)	64
Tabela 4.4.	Índices de evasão na Educação Superior, por instituição de ensino, 2008 – 2011 (em %)	64
Tabela 5.1.	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade, 1991/2000	66
Tabela 5.2.	Oferta da EJA, 2012	66
Tabela 5.3.	Infraestrutura dos locais onde funciona a EJA Fase I, 2012	67
Tabela 5.4.	Infraestrutura do local onde funciona a EJA Fase II e Ensino Médio, 2012	68
Tabela 5.5.	Recursos humanos da EJA Fase I, 2012	69
Tabela 5.6.	Recursos humanos da EJA Fase II e Ensino Médio, 2012	69
Tabela 6.1.	Cursos profissionalizantes ou de qualificação profissional ofertados no Município de 2010 a 2012	71
Tabela 7.1.	Matrículas dos alunos com necessidades especiais, inclusos nas salas regulares da educação básica, por necessidades especiais, 2012	73
Tabela 7.2.	Atendimento da Educação Especial no ensino regular, 2012	73
Tabela 7.3.	Total de alunos atendidos na Instituição Especializada, por tipo de programas e necessidades especiais, 2012	74
Tabela 7.4.	Evolução das matrículas dos alunos com necessidades especiais, inclusos em salas regulares, por etapa ou modalidade de ensino, 2009 – 2012	74
Tabela 7.5.	Evolução das matrículas dos alunos atendidos na Instituição Especializada, por tipo de programas, 2009 – 2012	74
Tabela 7.6	Gestão do atendimento oferecido a educandos com necessidades especiais nas instituições de ensino da educação básica, 2012	75
Tabela 9.1.	Indicadores de Educação, 2010 – 2012	80
Tabela 9.2.	Gastos com merenda escolar, 2010 – 2012	80
Tabela 9.3.	Alunos transportados ao ano, segundo a dependência administrativa, 2011 – 2012	81
Tabela 9.4.	Valores da composição dos recursos anuais com transporte escolar, 2010 – 2012	82
Tabela 9.5.	Laboratórios de Informática, 2012	93

I - APRESENTAÇÃO

"Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente." Paulo Freire.

O Plano Municipal de Educação (PME) de Marechal Cândido Rondon é resultante de um trabalho coletivo e democrático, que envolveu os diferentes segmentos educacionais e sociais. Mais do que atender às exigências do Plano Nacional de Educação, o PME se caracteriza como um documento norteador das ações na área da Educação no Município para o período de 2013 a 2023, visto que partiu do diagnóstico da realidade local para a definição das metas e estratégias a serem realizadas em todos os níveis e modalidades de ensino.

O processo de elaboração do Plano Municipal de Educação iniciou em agosto de 2012, quando foi constituída a Comissão de Elaboração. A primeira etapa dos trabalhos foi o encaminhamento de formulários para os educandários do Município, com a finalidade de coletar dados e informações sobre a realidade de cada instituição. Na sequência, os integrantes da Comissão fizeram a tabulação destes dados e baseados nos mesmos elaboraram o diagnóstico para cada nível de ensino. Desta forma, ressaltamos que os dados aqui publicados, são baseados nas informações fornecidas pelas instituições de ensino.

A partir do diagnóstico, foi possível realizar o planejamento das principais metas e ações que se fazem necessárias para a melhoria da qualidade da educação. Um planejamento conjunto do governo com a participação da sociedade civil, visto que foram distribuídas urnas em locais estratégicos para que cada cidadão contribuísse com sugestões. Foi realizado também um amplo trabalho de divulgação nos meios de comunicação, conclamando a comunidade em geral a participar do processo para que o Plano corresponda às necessidades sociais e às expectativas da população em relação à Educação.

Entre os objetivos do Plano Municipal de Educação de Marechal Cândido Rondon, destacamos:

- Melhorar a qualidade de ensino em todos os níveis;
- Democratizar a gestão do ensino público;
- Assegurar o desenvolvimento integral do aluno nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e comunidade, através de uma Política Educacional discutida com os profissionais da educação e comunidades;
- Promover a Formação Continuada dos profissionais da educação da rede municipal de ensino, abordando temáticas relativas ao exercício do cargo e que contribuam para a promoção de situações de aprendizagem significativa para o aluno;
- Envolver a Sociedade Civil Organizada no planejamento, implantação e avaliação de ações que contribuam para um processo de educação emancipatório.

O documento apresenta a caracterização geral do município, os diagnósticos para cada modalidade de ensino, o acompanhamento e a avaliação do Plano. A proposta é de que todas as metas sejam cumpridas até 2023, mas, ressaltamos que algumas ações estabelecidas são demandas sociais que ultrapassam as competências do Município, sendo necessária a parceria com outros segmentos governamentais e toda a sociedade.

II - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS

1.1 Localização

O município de Marechal Cândido Rondon está localizado na Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense e na Microrregião de Toledo, entre as coordenadas 24° 33' 22" de latitude sul e 54° 03' 24"de longitude oeste.

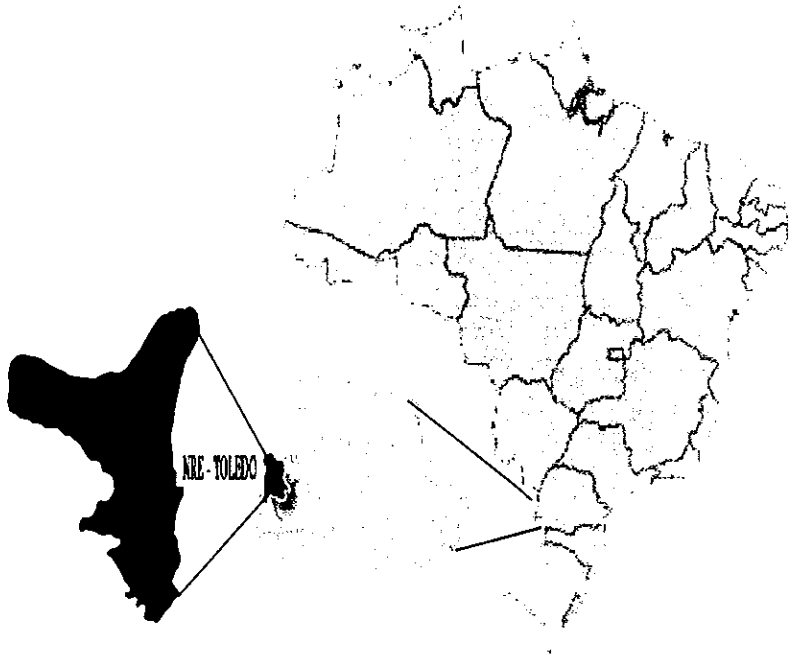


Figura 1. Localização de Marechal Cândido Rondon.
Fonte: http://www.mrherondomingues.seed.pr.gov.br, em 04 de dezembro de 2012.

1.2 Principais Rodovias de Acesso

Acesso a partir de Foz do Iguaçu, através da rodovia federal BR 277, seguindo após pela Estadual PR 467 e Costa Oeste; PR 495 São Clemente, Santa Helena, Trevo Iguiporã; BR 467 Porto Mendes (Trevo Iguiporã), Marechal; BR 462 Quatro Pontes, Toledo, Cascavel; PR 239 Palotina, Vila Nova e Quatro Pontes; BR 163 Mato Grosso do Sul, Guaíra e Mercedes; PR 491 Novo Três Passos e Nova Santa Rosa.

1.3 Municípios Limítrofes

O município possui uma área total de 748 281 km², limitando-se ao norte com o município de Mercedes, a nordeste com Nova Santa Rosa, a leste com Quatro Pontes, a sudeste com Toledo e Ouro Verde do Oeste, a sudoeste com Pato Bragado, ao sul com São José das Palmeiras e Entre Rios do Oeste e com a República do Paraguai (Lago de Itaipu) a oeste.

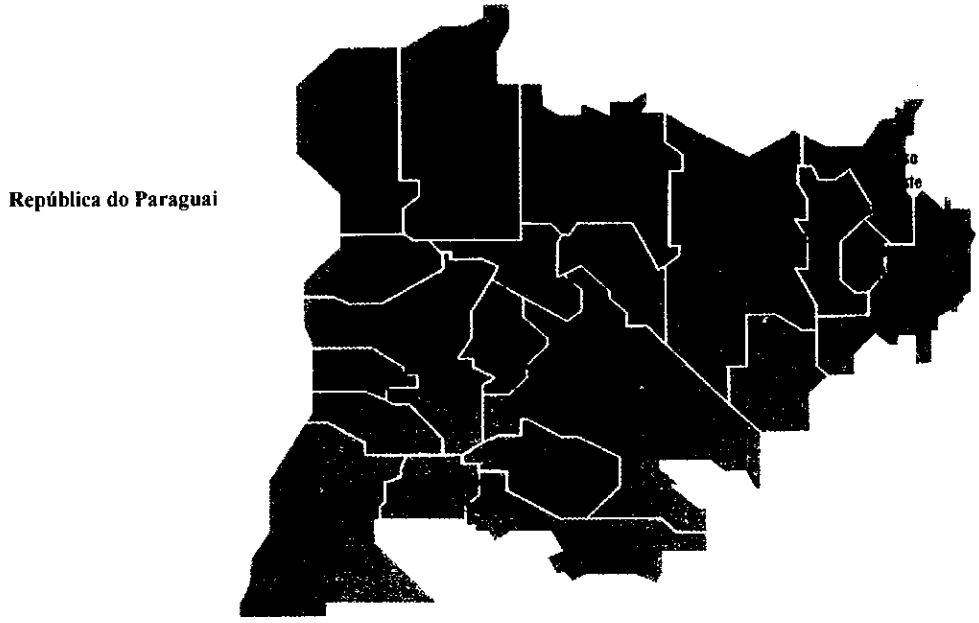


Figura 2. Limites do Município.
Fonte: http://www.policiacivil.pr.gov.br, em 04 de dezembro de 2012.

1.4 Organização Político-Administrativa

Marechal Cândido Rondon é composto pela sede municipal e sete distritos: Bom Jardim, Iguiporã, Margarida, Novo Horizonte, Novo Três Passos, Porto Mendes e São Roque.

1.5 Clima

O clima é subtropical úmido mesotérmico (tipo Cfa), com verões quentes, sem estação seca e com poucas geadas (em média três geadas por ano).

A região de Marechal Cândido Rondon é marcada por épocas de intensas chuvas de verão seguidas por estiagem acentuada, sucedida por período subtropical, sem intervalo seco, mas com seca provocada pelo intenso frio de inverno, com temperaturas médias anuais inferiores a 15°C.

A temperatura média no Município é de 20,6°C (2007). Os meses mais quentes são dezembro, janeiro e fevereiro, com temperaturas médias superiores a 25°C. Já os meses mais frios são maio, junho e julho, com temperaturas médias inferiores a 18°C.

Para se ter uma base mais clara desta amplitude térmica, toma-se como exemplo o ano de 2009: temperaturas de 0°C em junho e julho, com temperaturas negativas em algumas localidades do Município em julho, por outro lado foram registradas temperaturas superiores a 37°C em janeiro e novembro.

Não há registros oficiais das temperaturas recordes no Município, acredita-se que a mínima recorde deva ter ocorrido em julho de 1975, quando houve a geada negra no Paraná e a temperatura chegou a -3°C, já a temperatura máxima possivelmente tenha ocorrido nos últimos anos, quando houve registros de temperaturas superiores a 38°C.

1.6 Hidrografia

A hidrografia do Município é caracterizada pela presença do Rio Paraná (lago artificial de Itaipu) a oeste, o Rio São Francisco Verdadeiro (ao sul) e o Guaçu (ao norte), além de arroios e sangas.

1.7 Solo

Marechal Cândido Rondon está localizado no Terceiro Compartimento Geológico constituído principalmente por rochas magmáticas vulcânicas e rochas sedimentares intercaladas. A unidade de relevo corresponde ao Terceiro Planalto e se apresenta com formas onduladas, aplainadas, sendo rebaixadas na direção do Rio Paraná (Lago de Itaipu), em altitudes que variam entre 220 e 490 metros, com média de 420 metros na sede municipal.

Os solos são férteis (terra roxa), adequados ao plantio de cultivos agrícolas anuais. A topografia é considerada plana, sendo 71% do solo, ou seja, 40.500 hectares são mecanizáveis e altamente férteis.

1.8 Vegetação

A cobertura vegetal original é a Floresta Subtropical (Floresta Estacional semi-decional) que se caracterizava pela ausência de grandes pinheirais, já que os mesmos ocupavam as áreas superiores a 500 metros de altitude, predominavam o cedro, a peroba, a figueira, o ipê, a canafístula e o palmito.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS

2.1 Ocupação

Marechal Cândido Rondon é uma cidade em estilo germânico onde os traços do povo e as construções enxaimel preservam a cultura europeia.

A ocupação do território local foi estimulada a partir das ações da Empresa Colonizadora, denominada Industrial Madeireira Rio Paraná S/A – Maripá, em meados de 1950. A busca do alargamento da fronteira agrícola, aliada à proposta de exploração da erva-mate, a policultura de subsistência, dentre outros fatores econômicos, foram determinantes à formação do núcleo populacional que deu origem ao município de Marechal Cândido Rondon.

A Companhia Colonizadora Maripá, além de explorar as riquezas vegetais presentes no território Oeste do Paraná, desmembrou o espaço em pequenas propriedades rurais e comercializou-as para colonos oriundos dos vizinhos Estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Em 1953, a vila General Rondon passou a ser distrito de Toledo e, em 25 de julho de 1960, através de lei sancionada pelo então governador Moisés Lupion, passou à condição de município, recebendo o nome de Marechal Cândido Rondon. A emancipação política do Município foi em 25 de julho 1960, mas a instalação oficial ocorreu somente no dia 2 de dezembro de 1961.

2.2 Significado do Nome

Seu nome homenageia o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, militar. Ele viveu de 1865 a 1958 e foi um dos responsáveis pela expansão do telégrafo no Brasil e pela ratificação das fronteiras brasileiras, além de ser o primeiro indigenista brasileiro e patrono das comunicações.

Em contato com os índios, o Marechal Cândido Rondon defendeu a ideia "morrer se preciso for, matar nunca", que demonstra o seu posicionamento em defesa dos índios.

2.3 Símbolos do Município

A Bandeira, o Brasão e o Hino atuais de Marechal Cândido Rondon foram instituídos em 1974, por meio da Lei Municipal nº 1.099, de 1º de setembro, durante a gestão do prefeito Almiro Bauermann.

2.3.1 Bandeira

Na Bandeira, a cor vermelha representa a dedicação, audácia, coragem e valentia dos rondonenses; e a cor verde, a honra, civilidade, alegria e a abundância dos campos verdejantes.

Ainda na flâmula rondonense, o triângulo simula toda a cidade que, estampado sobre a cor branca, faz alusão à paz, ao trabalho, prosperidade, amizade e religiosidade de Marechal Cândido Rondon, simbolizando, assim, a irradiação do poder municipal em todas as partes do território municipal.

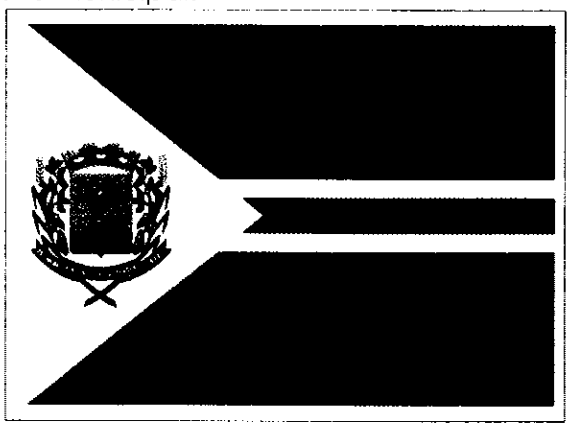


Figura 3. Bandeira Municipal.
Fonte: Prefeitura Municipal, 2012.

2.3.2 Brasão

O Brasão representa o governo municipal. O triângulo branco significa a própria cidade e a cor branca simboliza a paz, amizade, trabalho, prosperidade, pureza e religiosidade, representando a irradiação do poder municipal que se expande para todos os quadrantes de seu território. O verde simboliza civilidade, cortesia, alegria e abundância; a cor preta, austeridade, prudência, soberania, moderação, firmeza de caráter; a cor vermelha é símbolo de dedicação, amor-pátrio, audácia, intrepidez, coragem e valentia de seu povo. As faixas laterais verdes são símbolos de honra, civilidade, cortesia, alegria e abundância, lembra os campos verdejantes da primavera, fazendo "esperar" copiosa colheita.

O Brasão do município de Marechal Cândido Rondon homenageia o grande militar sertanista Cândido Mariano da Silva Rondon. Contempla as atividades econômicas do Município, que tem por base a cortesia, a alegria e a abundância da agricultura e a industrialização de seus produtos.



Figura 4. Brasão Municipal.
Fonte: Prefeitura Municipal, 2012.

2.3.3 Hino

O Hino Municipal tem autoria de Willy Carlos Trentini, com adaptação de Arnoldo Poll, Jacó Beuren, Levi Martins Gomes e José Carlos Mello.

Na linda terra do pinheiro,
No meio de uma selva agreste,
Cresceu um povo hospitaleiro,
Rondon orgulho do Oeste.

Ao Som da serra e do machado,
Três homens hastearam uma Bandeira,
Futuro viram em todo o lado
E apostaram a vida inteira.

Estribilho

Na terra o pão de todo dia,
No sol, a luz pro ano inteiro,
Na luta eterna alegria,
Rondon, trabalho, amor, celeiro.

Talvez não seja a prometida,
Mas é bastante generosa.
Pra muitos é a mais querida,
Pra outros, a mais poderosa.

Estribilho

O sonho hoje se tornou
Maior, gigante e majestoso.
O povo simples continuou,
Mas fala alto e mais garboso.

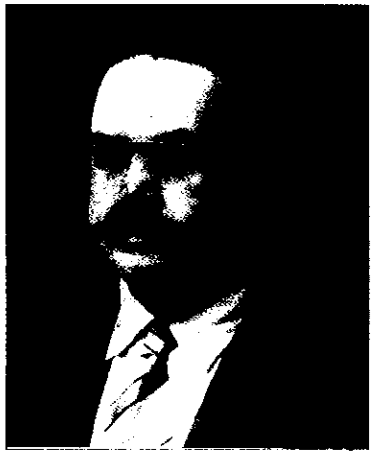
Nas vilas, bairros e cidade,
Nos templos muitos agradecem.
Rondon será eternidade
Pra todos que a engrandecem.

Estribilho

Marechal Cândido Rondon,
Marechal Cândido Rondon,
És cidade, és canção;

Marechal Cândido Rondon,
Marechal Cândido Rondon,
Já tens alma e coração.

2.4 Galeria de Prefeitos

	Prefeito: Ari Branco da Rosa* Gestão: 05/08/1960 a 25/01/1961 * Prefeito interino, nomeado pelo Governador

	Prefeito: Arlindo Alberto Lamb (Prefeito eleito) Vice-Prefeito: Alfredo Wanderer Gestão: 02/12/1961 a 02/12/1965 Presidente da Câmara: Helmuth Priesnitz (04/12/1961 – 29/11/1965) Secretário Municipal de Educação: Oswino Lemke (04/12/1961 – 31/08/1964) Egon Wanderer (02/01/1965 – 15/11/1965)



Prefeito: Werner Wanderer (Prefeito eleito)
Vice-Prefeito: Dealmo Selmiro Poersch
Gestão: 02/12/1965 a 21/02/1970

Presidente da Câmara:
Antônio Maximiliano Ceretta (29/11/1965 – 23/12/1968)
Harry Pydd (23/12/1968 – 23/12/1970)

Secretário Municipal de Educação:
Laudelino Limberger (16/11/1965 – 08/07/1967)
Erich Wenzel (26/07/1967 – 20/09/1969)



Prefeito: Dealmo Selmiro Poersch (Prefeito nomeado)
Vice-Prefeito: (Não teve ou sem informação)
Gestão: 21/02/1970 a 17/08/1972

Presidente da Câmara:
Nori Pooter (23/12/1970 – 20/12/1971)
Harry Pydd (20/12/1971 – 31/01/1973)

Secretário Municipal de Educação:
Carlos Antônio Vanzin (01/04/1970 – 03/02/1973)



Prefeito: Almiro Bauermann (Prefeito nomeado)
Vice-Prefeito: (Não teve ou sem informação)
Gestão: 18/08/1972 a 17/04/1978

Presidente da Câmara:
Eldor Egon Lamb (31/01/1973 – 07/03/1975)
Verno Scherer (07/03/1975 – 14/04/1978)

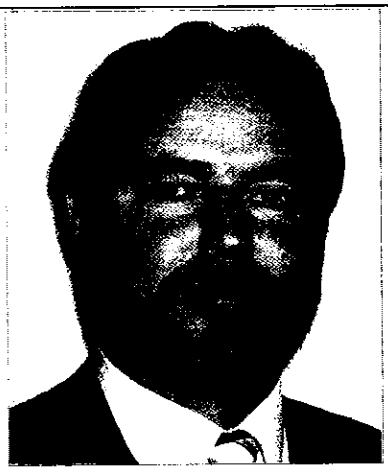
Secretário Municipal de Educação:
Ilmar Priesnitz (05/02/1973 – 17/02/1977)
Dilmo Antônio Bedin (01/04/1977 – 16/09/1983)
Hilmo Weiss (14/04/1978 – 02/03/1979)



Prefeito: Verno Scherer (Prefeito nomeado)
Vice-Prefeito: (Não teve ou sem informação)
Gestão: 01/03/1979 a 04/06/1985

Presidente da Câmara:
Werno Ivo Lamb (02/03/1979 – 06/03/1981)
Elio Lino Rusch (02/03/1981 – 04/03/1985)

Secretário Municipal de Educação:
Dilmo Antônio Bedin (01/04/1977 – 16/09/1983)
Venilda Saatkamp (16/09/1983 – 05/06/1985)



Prefeito: Ilmar Priesnitz (Prefeito eleito)
Vice-Prefeito: Ademir Antônio Osmar Bier
Gestão: 01/01/1986 a 31/12/1988

Presidente da Câmara:
Dieter Leonhard Seyboth (04/03/1985 – 02/03/1987)
Elio Lino Rusch (02/07/1987 – 01/01/1989)

Secretário Municipal de Educação:
Zita E. D. Zart (10/06/1985 – 02/02/1986)
Shirley A. de Souza Piccioni (02/01/1986 – 03/01/1989)



Pefeito: Dieter Seyboth (Prefeito eleito)
Vice-Prefeito: Verno Scherer
Gestão: 01/01/1989 a 31/12/1992

Presidente da Câmara:
Pedro Rauber (01/01/1989 – 18/02/1991)
Ariston Luís Limberger (18/02/1991 – 01/01/1993)

Secretário Municipal de Educação:
Venilda Saatkamp (03/01/1989 – 30/12/1992)



Prefeito: Ademir Antônio Osmar Bier (Prefeito eleito)
Vice-Prefeito: Ariston Luís Limberger
Gestão: 01/01/1993 a 31/12/1996

Presidente da Câmara:
Guido Herpich (01/01/1993 – 20/02/1995)
Miguel Fernandes Reichert (20/02/1995 – 21/02/1996)
Edson Wasem (21/02/1996 – 01/01/1997)

Secretário Municipal de Educação:
Shirley A. de Souza Piccioni (01/01/1993 – 31/12/1996)



Prefeito: Ariston Luís Limberger (Prefeito eleito)
Vice-Prefeito: Renato Kaefer
Gestão: 01/01/1997 a 31/12/2000

Presidente da Câmara:
Ário Martini (01/01/1997 – 31/12/1998)
Pedro Rauber (01/01/1999 – 31/12/2000)

Secretário Municipal de Educação:
Shirley A. de Souza Piccioni (01/01/1997 – 31/12/2000)



Prefeito: Edson Wasem (Prefeito eleito)
Vice-Prefeito: Valdir Port
Gestão: 01/01/2001 a 31/12/2008

Presidente da Câmara:
Italo Fernando Fumagali (01/01/2001 – 31/12/2002)
Nilson Erno Hachmann (01/01/2003 – 31/12/2004)
Nilson Erno Hachmann (01/01/2005 – 31/12/2006)
Silvestre Cotica (01/01/2007 – 08/09/2008)

Secretário Municipal de Educação:
Leocir Lang (01/01/2001 – 02/04/2004)
Rudi Bär (03/04/2004 – 18/05/2005)
Leocir Lang (19/05/2005 – 31/12/2008)



Prefeito: Moacir Luiz Froehlich (Prefeito eleito)
Vice-Prefeito: Silvestre Cotica
Gestão: 01/01/2009 - Atual

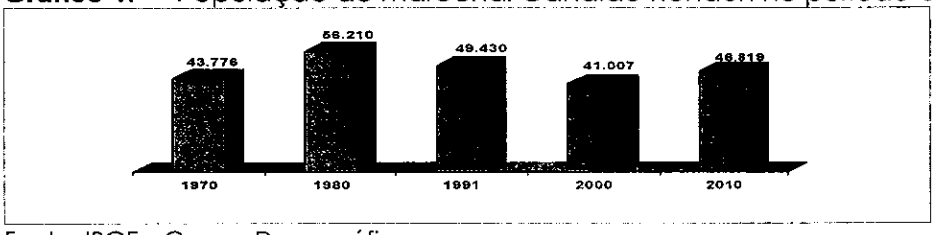
Presidente da Câmara:
Ito Dari Rannov (01/01/2009 – 31/12/2010)
Ilário Hofstaetter (01/01/2011 – 31/12/2012)
Ilário Hofstaetter (01/01/2013 – Atual)

Secretária Municipal de Educação:
Marta Salete Bendo (02/01/2009 - Atual)

3. ASPECTOS POPULACIONAIS

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano 2010 a população de Marechal Cândido Rondon foi estimada em 46.819 habitantes, sendo 39.147 na área urbana e 7.672 na área rural. É o quarto município mais populoso da AMOP (Associação dos Municípios do Oeste do Paraná), que congrega 51 municípios, ficando somente atrás de Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo.

Gráfico 1. População de Marechal Cândido Rondon no período de 1970 a 2010



Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

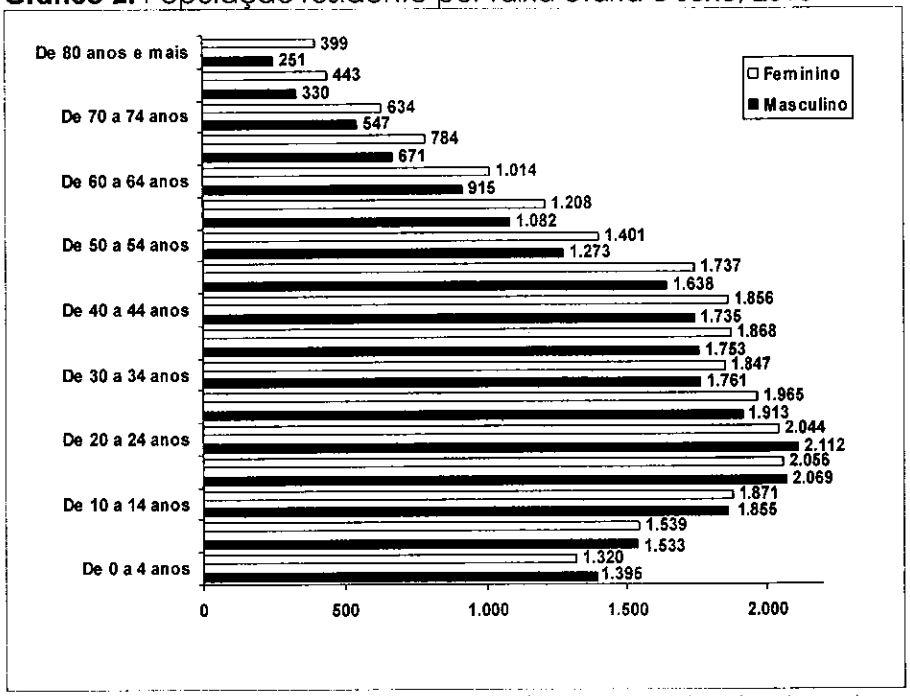
A população economicamente ativa é de 27.560 (IBGE 2010).

Tabela 1. População Censitária segundo tipo de domicílio e sexo, 2010

Tipo de Domicílio	Masculino	Feminino	Total
Urbano	18.852	20.295	39.147
Rural	3.981	3.691	7.672
Total	22.833	23.986	46.819

Fonte: IBGE – Censo Demográfico.
Nota: Dados do universo.

Gráfico 2. População residente por faixa etária e sexo, 2010



Fonte: http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse, em 04 de dezembro de 2012. Elaborado pela Consultoria.

A densidade demográfica no Município é de 62,57 habitantes por quilômetro quadrado.

Tabela 2. Taxa de crescimento geométrico segundo tipo de domicílio, 2010

Tipo de Domicílio	Taxa de Crescimento (em %)
Urbano	2,28
Rural	-2,38
Total	1,33

Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

De acordo com o IBGE (2008), Marechal Cândido Rondon possui um PIB (Produto Interno Bruto) de R$ 891.961.449 (mil). Entre os setores econômicos, o terciário (comércio e serviços) representa 72% do PIB municipal, seguido por 15% da pecuária (aves de corte e criação de suínos) e de 13% da indústria (gêneros alimentícios, mecânica, têxtil, produtos minerais não metálicos e construção civil).

Tabela 3. Número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas, 2010

(continua)

Atividades Econômicas	Estabelecimentos	Empregos
Indústria de extração de minerais	01	14
Indústria de produtos minerais não metálicos	12	113
Indústria metalúrgica	46	189

Indústria mecânica	21	139
Indústria de materiais elétricos e de comunicação	04	18
Indústria de materiais de transporte	11	162
Indústria da madeira e do mobiliário	19	100
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	17	137
Indústria de borracha, fumo, couros, peles e indústria diversa	09	256
Indústria química, produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, sabões, velas e material plástico	07	37
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	23	349
Indústria de calçados	02	92
Indústria de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico	42	1.723
Serviços industriais de utilidade pública	03	47
Construção civil	117	1.985
Comércio varejista	701	3.055
Comércio atacadista	53	708
Instituições de crédito, seguro e de capitalização	16	156
Administradoras de imóveis, valores mobiliários	103	541
Transporte e comunicações	132	637

Tabela 3. Número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas, 2010

(encerra)

Atividades Econômicas	Estabelecimentos	Empregos
Serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão e televisão	148	908
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	73	469
Ensino	21	583
Administração pública direta e indireta	02	960
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca	155	420
Total	**1.738**	**13.798**

Fonte: MTE - RAIS.
Nota: Posição em 31 de dezembro/2011. (Gerado em junho de 2012 – IPARDES).

Marechal Cândido Rondon também tem destaque no Estado do Paraná no que se refere à qualidade de vida, seu IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,829 é o 8° do Paraná e o 139° do Brasil.

O IDH-M é composto de três dimensões: Renda (em que o indicador usado é a renda domiciliar per capita), Educação (em que são usados dois indicadores: taxa de frequência escolar e alfabetização) e Longevidade (medida por meio da esperança de vida ao nascer).

Tabela 4. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 1991-2000

IDH-M	1991	2000	% de crescimento
Índice de Desenvolvimento Humano - IDH	0,758	0,829	9,37%
Índice de Desenvolvimento Humano – Longevidade	0,754	0,808	7,16%
Índice de Desenvolvimento Humano – Educação	0,854	0,932	9,13%
Índice de Desenvolvimento Humano – Renda	0,667	0,747	12%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (http://www.pnud.org.br/atlas/tabelas/index.php), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

5. ASPECTOS CULTURAIS

5.1 Principais Eventos

O Município possui uma forte influência da cultura germânica, demonstrada na arquitetura e no idioma (alemão) ainda muito falado entre a população mais idosa. Estima-se que 80% da população seja desta descendência.

A cultura e os aspectos culturais existentes em Marechal Cândido Rondon exploram a influência da ocupação inicial através do turismo, aproveitando a denominação de cidade de tradições germânicas.

O principal turismo local é o turismo cultural, desenvolvido através da exploração da histórica influência cultural alemã na colonização inicial do Município, que é caracterizada através da arquitetura, música, danças, gastronomia e bebidas tipicamente alemãs.

Esta influência cultural pode ser percebida na arquitetura da cidade, principalmente em construções de importância turística, retratando o estilo colonial ou enxaimel, estilos típicos alemães. Isso ocorre no Portal do Município e no Centro de Eventos, o qual ostenta 34 fachadas que representam estilos de construção de 34 diferentes cidades alemãs.

A influência cultural alemã também pode ser verificada nas festas municipais como a Oktoberfest (a maior do Paraná), através da música e das apresentações dos grupos culturais, sempre em idioma alemão, assim como também está presente na gastronomia destes eventos, quando são servidos pratos típicos alemães, como o eisbein e o kassler, sempre acompanhados pelo chope.

Essas festas podem ser compreendidas também como tributo aos primeiros colonizadores do Município e de manutenção da sua herança cultural, uma vez que nas décadas seguintes várias etnias e seus aspectos culturais vieram a se somar aos costumes dos primeiros colonizadores.

Outro grande evento é a Festa Nacional do Boi no Rolete, paralelamente é organizada a Expo Rondon sempre na semana do aniversário do Município (25 de julho).

5.2 Feriados Municipais

- 25 de julho – Aniversário de emancipação política e administrativa do Município de Marechal Cândido Rondon.
- 31 de outubro – Dia da Reforma (Reforma Luterana), nas igrejas luteranas é comemorado desde o século XVI. Tornou-se feriado municipal através da Lei nº 1.068, de 26 de março de 1974.

5.3 Principais Locais Utilizados para a Realização dos Eventos

- Parque de Exposições Governador Álvaro Dias (1978): parque com ampla área verde e diversos pavilhões onde por ocasião do aniversário da emancipação do Município ocorrem as exposições da agropecuária, de orquídeas e os bailes. No Centro de Eventos Werner Wanderer, com área de 6.380 m² e estilo europeu, ocorre a Expo Rondon, exposição da Indústria e Comércio. No Restaurante do Café Colonial, como o próprio nome diz, é servido o autêntico café colonial. Em outubro, o Parque abriga a Oktoberfest e atualmente também é utilizado para a realização do Concurso Miss Rondon.
- Lago Municipal Rodolfo Rieger: utilizado para eventos ao ar livre.
- Praça Pública Willy Barth: possui ampla área verde, quadras de areia, pista de skate, áreas de lazer, palco ao ar livre, Academia da Terceira Idade e abriga também a Casa do Artesão e a Clínica da Mulher.
- Pavilhões Comunitários: também são constantemente utilizados para eventos organizados pelas Associações de Moradores e Igrejas, onde as comunidades realizam um calendário expressivo de festas religiosas, pratos típicos e manifestações culturais.
- C. T. G. (Centro de Tradições Gaúchas Tertúlia do Paraná): fundado em 04 de julho de 1985 através da união de vários tradicionalistas, sendo alguns oriundos do extinto "C.T.G. Relembrando o Pago" que havia sido criado por tradicionalistas na década de 1960. Pelos relevantes serviços prestados à população, foi declarado de Utilidade Pública através da Lei Municipal nº 4.028, de 20 de março de 2009 e possui o lema: "onde o Brasil faz fronteira a tradição levanta sua bandeira". É uma entidade cultural, onde as tradições e as artes gaúchas são vivenciadas e demonstradas através dos trabalhos realizados pelas Invernadas Artísticas e seus integrantes, além de estar voltada para os valores morais e sociais, fortalecendo a família, que é a célula mãe da Sociedade.

5.4 Principais Estabelecimentos Socioculturais do Município

- Centro Cultural e Recreativo Concórdia: possui salão social com capacidade para 1.000 pessoas, piscina, quadra de futebol de salão e bosque arborizado para lazer.
- Sociedade Folclórica, Cultural, Esportiva e Recreativa Aliança: fundada em 7 de fevereiro de 1954, possui amplo salão social, piscina, quadras de vôlei, canchas de bolão e bocha e área de camping.
- Museu Histórico Padre José Gaertner: localizado no Distrito de Porto Mendes, foi fundado em 1981 e inaugurado em 1984. Sua função é abrigar alguns objetos do antigo Porto Mendes Gonçalves, construído por volta de 1915, pela Companhia Mate Laranjeira e inundado pelas águas do lago de Itaipu. Estes objetos foram salvos

a partir do empenho de algumas pessoas da comunidade local, bem como de autoridades municipais que empregaram ações em torno da preservação de alguns aspectos do Porto. O Museu desenvolve várias atividades como: exposições, visitas guiadas, desenvolvimento de projetos na área educacional, pesquisas universitárias, e atendimento à comunidade em geral.

- Biblioteca Pública Municipal Martinho Lutero: localizada no centro, junto ao Centro Municipal de Ensino Profissionalizante (CEMEP). Possui ótimo acervo bibliográfico, com livros para leitura e pesquisas escolares: Literatura infantil – 5.533 obras; Literatura adulta – 15.284 obras; Obras em língua estrangeira (alemã) – 1.500; Biblioteca do professor – 1.500. Abriga a Sala Verde, onde disponibiliza materiais e acesso à internet para pesquisas sobre questões ambientais.
- Biblioteca Cidadã Alice Weirich, inaugurada em julho de 2011, o prédio possui edificação de 184m² em alvenaria, equipada com mobiliário apropriado ao uso, equipamentos de áudio, vídeo, informática, acesso à internet e conta com o acervo bibliográfico de aproximadamente dois mil títulos composto basicamente por obras de referência, gerais, literaturas e materiais de áudio e vídeo. Está localizada no Loteamento Gralha Azul, ao lado do Bairro São Lucas.
- Escola Municipal de Artes: encontra-se provisoriamente instalada no Parque de Exposições do Município, sendo que após a conclusão da construção do Teatro Municipal, passará a ocupar o espaço da Casa da Cultura. A Escola oferece gratuitamente, cursos de Dança Clássica, Instrumentos Musicais, Canto Coral, Teatro, Dança Folclórica Germânica, além de promover e abrigar espaço para ensaios da Orquestra Municipal de Sopros. Atende aproximadamente 500 alunos.
- Instituto Casa Gasa: possui um vasto acervo e curiosidades da história de um dos combatentes da 2ª Guerra Mundial, Heribert Hans Joachim Gasa. Possui uma arquitetura diferenciada da década de 1960.

5.5 Entidades Responsáveis por Promover as Festas e as Manifestações da Cultura do Município

- **Secretaria Municipal de Cultura:** a Lei nº 4.163, de 2 de dezembro de 2009, criou, a partir de 1º de janeiro de 2010, a Secretaria Municipal de Cultura, com a missão de promover manifestações culturais, objetivando o desenvolvimento das comunidades urbanas e rurais do Município; coordenar incentivos a programas sócio-educativos-culturais; administrar a criação, instalação e manutenção de centros culturais, museus e bibliotecas; implementar projetos, programas e atividades voltadas ao desenvolvimento social, cultural e educacional, juntamente com outras secretarias. No ano de 2009, o município assinou o Acordo de Cooperação Federativa do Sistema Nacional de Cultura, o que promoveu a estruturação da Secretaria instituindo o Sistema Municipal de Cultura (Conselho, Plano e Fundo Municipal de Cultura) através da Lei nº 4.373, de 1º de dezembro de 2011.
- **Conselho Municipal de Políticas Culturais:** criado pela mesma Lei que criou o Sistema Municipal de Cultura. Os seus membros foram nomeados através do Decreto nº 081, de 26 de março de 2012, composto por titular e suplente de seis representantes dos Órgãos Públicos Municipais e seis representantes das Entidades Comunitárias e Organizações Populares. O Conselho tem como finalidade intermediar a relação entre a administração municipal e a sociedade civil. Além disso, tem como atribuições e competências: contribuir com o processo de organização e consolidação das políticas culturais, assumindo co-responsabilidade em relação à

aprovação do Plano Municipal de Cultura, de acordo com proposta apresentada pela Secretaria Municipal de Cultura observando as recomendações dos Fóruns Setoriais e da Conferência Municipal de Cultura e aprovar os projetos culturais para obter apoio vinculado ao orçamento da Secretaria Municipal de Cultura denominada de "Apoio a atividades culturais"; fiscalizar o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC; escolher representantes para compor a Comissão de Avaliação e Seleção de projetos culturais apresentadas para obter apoio da Secretaria Municipal de Cultura na rubrica orçamentária específica de "Apoio a atividades culturais"; fiscalizar a execução financeira dos projetos culturais apoiados pela Secretaria Municipal de Cultura; acompanhar a execução dos projetos culturais da administração municipal e de projetos da sociedade civil apoiados pela Secretaria Municipal de Cultura; acompanhar o processo de planejamento, execução e avaliação das ações e metas estabelecidas no Plano Municipal de Cultura; aprovar o Regimento Interno do Conselho; representar a sociedade civil de Marechal Cândido Rondon, junto ao Poder Público Municipal, preservando as competências da Secretaria Municipal de Cultura, nos assuntos que digam respeito à gestão pública de cultura; estabelecer diretrizes e propor normas para as políticas culturais do município, no âmbito da sua competência; apresentar, discutir e dar parecer sobre projetos que digam respeito à produção, ao acesso dos bens culturais e à difusão das manifestações culturais da cidade de Marechal Cândido Rondon; estimular a democratização e a descentralização das atividades de produção, formação e difusão cultural no município, visando garantir a cidadania cultural como direito de acesso aos bens culturais, de produção cultural e de preservação da memória histórica, social, política e artística; aprovar as condições que garantam a continuidade dos projetos culturais de reconhecimento prévio em benefício à sociedade civil e em fortalecimento às identidades locais; responder as consultas sobre proposições relacionadas às políticas públicas de cultura no município, dentro de sua esfera de competência; fiscalizar as ações relativas ao cumprimento das políticas públicas de cultura, previstas no Plano Municipal de Cultura e na forma de seu Regimento Interno; promover e organizar as Conferências Municipais de Cultura e Fóruns Setoriais de acordo com as áreas cadastradas no Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC; debater as propostas de reformulação dos marcos legais da gestão cultural, para submeter posteriormente aos órgãos competentes, e incentivar, apoiar e acompanhar a criação e o funcionamento de espaços culturais, de iniciativa de associações de moradores ou de outros grupos organizados, estimulando a busca de parcerias com o poder público e a iniciativa privada.

6. ASPECTOS TURÍSTICOS

6.1 Principais Pontos Turísticos

- Centro de Eventos Werner Wanderer: o Centro foi concluído em 17 de outubro de 2003, para ser palco da Oktoberfest, além de receber todos os grandes eventos que são realizados no Município. Construído em convênio com a Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo), ele conta com uma área de 6.380,26 m², com capacidade para cerca de 19.140 pessoas. Composto por 34 fachadas em estilo germânico, o Centro de Eventos lembra diversas cidades da Alemanha.

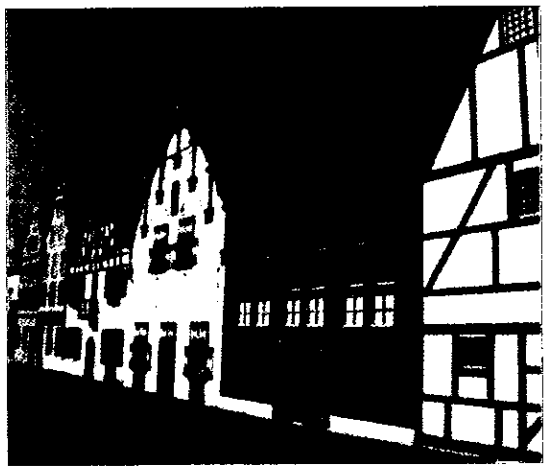


Figura 5. Fachada do Centro de Eventos Werner Wanderer.
Fonte: Prefeitura Municipal.

- Cachoeira da Onça: localizada no distrito de São Roque, a aproximadamente trinta quilômetros da sede, oferece uma ótima estrutura para o visitante. No local há área para camping, com previsão para instalações de pousada, trilhas e pista de skate. A atração principal é a cachoeira, que possui quase trinta metros de altura e é um local para a apreciação da natureza, da paisagem, além da prática do rapel.



Figura 6. Cachoeira da Onça.
Fonte: Prefeitura Municipal.

- Sítio das Orquídeas: propriedade rural localizada no distrito de Novo Três Passos, distante da cidade em torno de quinze quilômetros. Local ideal para apreciar a beleza rara de diversificada linha de espécies de exóticas orquídeas e observar as variadas atividades econômicas desenvolvidas na propriedade, onde impera a agricultura familiar com a finalidade de produzir cereais e leite. Alternativa importante da propriedade é a produção de alimentos coloniais, como bolachas, pães, cucas e roscas que podem ser consumidos em saboroso café colonial servido no local. Os artigos também são colocados à venda.

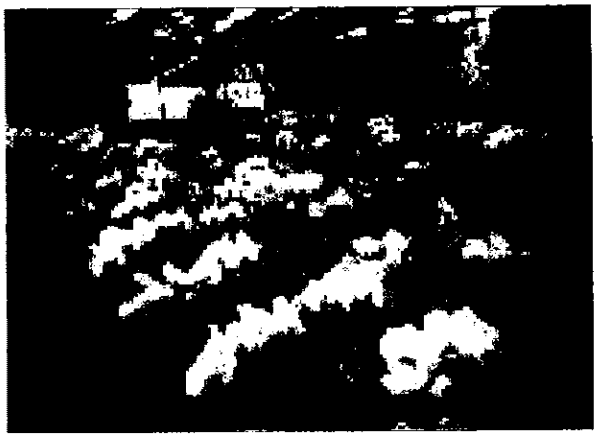


Figura 7. Sítio das Orquídeas.
Fonte: Prefeitura Municipal.

- Casa do Artesão: é um empreendimento com a participação de vários artesãos de Marechal Cândido Rondon, oferecendo diversos produtos em diferentes materiais, como madeira, cerâmica, condimentos, velas, quadros, vidros, doces, além de comercializarem cestas para datas especiais com produtos coloniais.

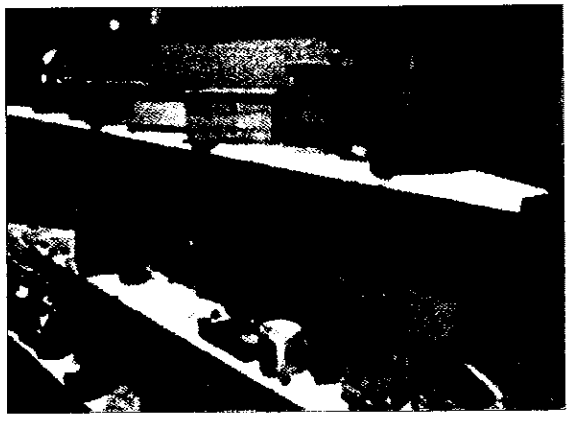


Figura 8. Produtos da Casa do Artesão.
Fonte: Prefeitura Municipal.

- Portal do Município: construído no ano de 1994 em estilo germânico para identificar a colonização predominante alemã. É um local visitado por turistas, principalmente para obterem informações sobre o Município, em especial nos períodos de festividades municipais.



Figura 9. Portal do Município.
Fonte: Prefeitura Municipal.

- Moinho Henke: localizado no Distrito de Novo Três Passos, na Esquina Bandeirantes, é um local para descansar com a família, pois possui uma área de lazer com mesas e churrasqueiras. Também possui dormitórios para grupos com interesse em fazer eventos, sendo o local bastante usado para retiros de igrejas. Também há uma sala de reuniões com capacidade para aproximadamente cem pessoas.

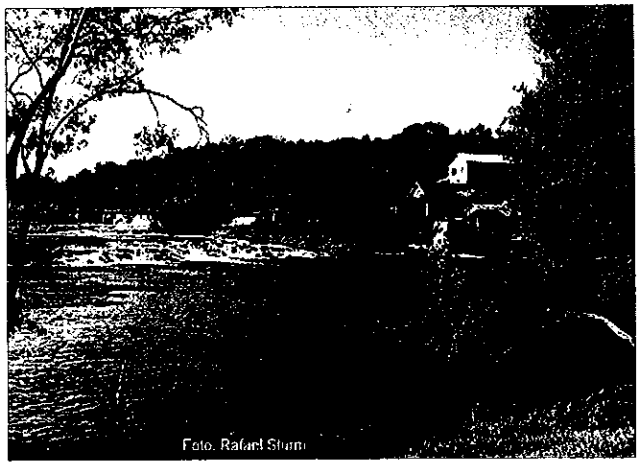


Figura 10. Moinho Henke.
Fonte: Prefeitura Municipal.

- Guaçu Rafting Adventure: descida pelas corredeiras do Rio Guaçu a bordo de botes infláveis com muita adrenalina, emoção e segurança, contemplando as belezas naturais em um trajeto de doze quilômetros. Localiza-se às margens do Rio Guaçu. O passeio é realizado todos os dias desde que marcado com uma semana de antecedência, com o mínimo de cinco pessoas. O equipamento de segurança e orientações são repassadas pela empresa Guaçu Rafting Adventure.



Figura 11. Descida pelas corredeiras do Rio Guaçu.
Fonte: Prefeitura Municipal.

- Terminal Turístico de Porto Mendes: o Parque de Lazer Annita Wanderer foi inaugurado em 12 de outubro de 1984, com o objetivo de fomentar o turismo na região. Possui uma área de 128.640m², que oferece ao turista local para camping com mesas, churrasqueiras, banheiros, restaurante, quadras esportivas, parque de diversão para crianças, atracadouros, praia artificial, enfim, uma infraestrutura

completa para a estada em Porto Mendes. É o local que sedia os eventos de pesca do Município, como a Prova Aberta de Pesca a Corvina realizada geralmente em março e o Torneio de Pesca Esportiva ao Tucunaré que acontece em setembro. De dezembro a fevereiro a programação é especial, voltada aos veranistas com o Verão Ecológico, com várias atividades de lazer, recreação e entretimento.



Figura 12. Parque de Lazer Annita Wanderer.
Fonte: Prefeitura Municipal.

- Rambo Ecologia: o Porto Alykay e restaurante café Porto dos Macacos, situado no município de Salto Del Guairá, departamento de Canindeyu Paraguay, às margens do Lago de Itaipu, é hoje um dos destinos mais promissores do ecoturismo. Por isso, a Rambo Ecologia oferece atrações naturais que estão por toda parte: rios, cachoeiras, mangues e a mata fechada. O início do passeio se faz por meio de um translado fluvial com duração aproximada de 60 minutos, atravessando paisagens fantásticas do lago de Itaipu.

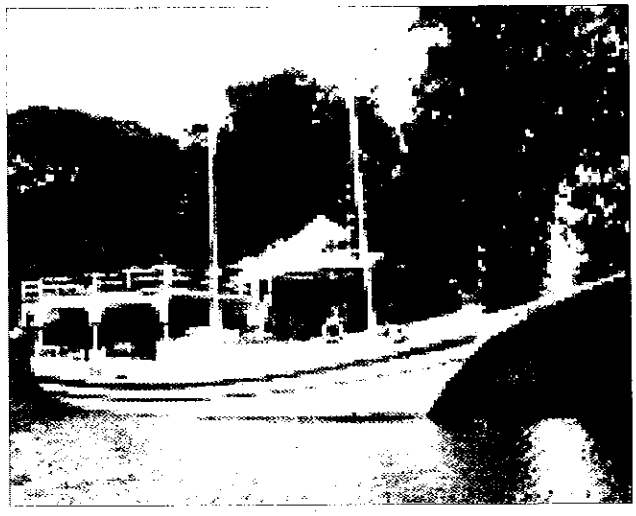


Figura 13. Barco de passeio da Rambo Ecologia.
Fonte: Prefeitura Municipal.

- Barco Kattamaram: o Kattamaram é um projeto do grupo Macuco Eco Aventura, possui 35 metros de comprimento por nove metros de largura e capacidade para 200 pessoas. A embarcação possui dois ambientes: restaurante fechado e climatizado

para 150 pessoas, bar, cozinha, espaço para shows, televisão de plasma com vídeo, som ambiente, antena de telefone celular, internet e banheiros masculino, feminino e adaptado para portadores de necessidades especiais. O deck superior é aberto com bar americano, local para sentar e apreciar a paisagem, enfermaria e cabine de comando. O Kattamaram oferece boias salva-vidas para todos os ocupantes e botes infláveis que garantem total segurança. A equipe de navegação é composta por cinco pessoas, sendo um comandante, dois maquinistas e dois marinheiros de convés, com todas as liberações náuticas necessárias para a navegação. A embarcação faz roteiros especiais pelo Lago de Itaipu e em breve terá novas opções de roteiros de curta, média e longas distâncias no trecho compreendido entre Foz do Iguaçu e Guaíra. Além disso, também pode ser locado para a realização de eventos.

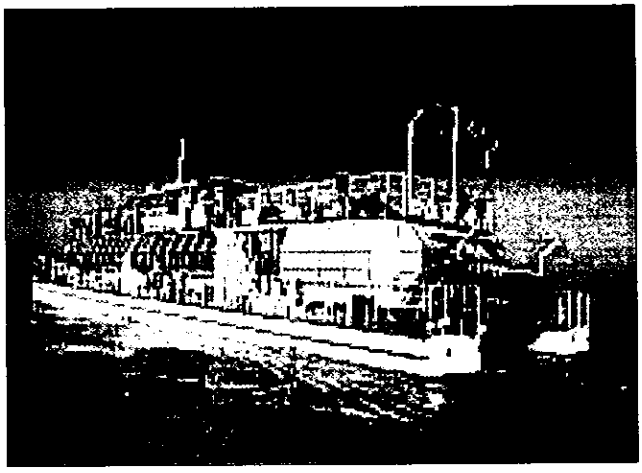


Figura 14. Barco Kattamaram.
Fonte: Prefeitura Municipal.

- Igreja de São Roque: construída no ponto mais alto do distrito de São Roque, a igreja possui uma arquitetura única e diferenciada, fazendo parte do roteiro religioso dos Caminhos – Turismo Integrado ao Lago de Itaipu.

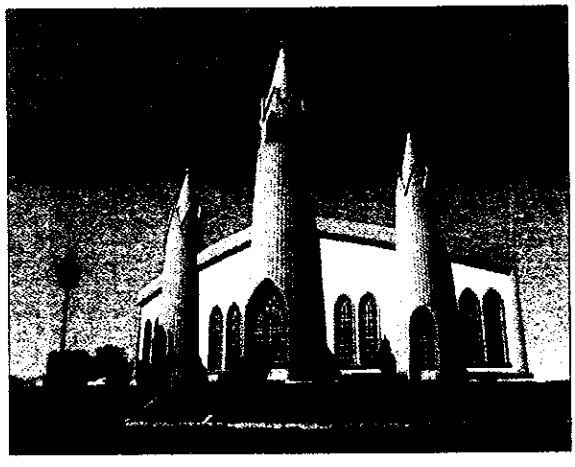


Figura 15. Igreja de São Roque.
Fonte: Prefeitura Municipal.

- Pesque Pague Paulista: localizado no Distrito de Novo Três Passos – Esquina Bandeirantes. Fundado em 25 de abril de 1997, pelos proprietários Elmar e Erma Neubecker. No local é servido filé de peixe, polenta, bolinho de peixe, bolinho de mandioca, arroz e vários tipos de saladas produzidas na propriedade. A maioria

das árvores existentes na propriedade são nativas tais como: angico, canafístula, carvalho, ipê, cedro, pitanga, canela de veado, marfim, araucária gabriúva e outras.

7. ASPECTOS EDUCACIONAIS

7.1 Redes de Ensino

Em 2013, o Município possui 45 instituições de ensino: dezessete escolas municipais, seis centros municipais de Educação Infantil, doze instituições de Educação Básica estaduais, sete instituições de Educação Básica da rede privada e três instituições de Educação Superior, como mostram os dados sintetizados na tabela a seguir.

Tabela 5. Instituições de Ensino existentes no Município, 2013

(continua)

Instituição	Rede de Ensino	Localização	Ano da Construção do Prédio
Escola Raio de Luz – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Privada	Jardim Espigão	2001
Centro de Educação Infantil SESC Marechal Cândido Rondon	Privada	Centro	1993
Centro Municipal de Educação Infantil 24 de Maio	Municipal	Bairro Jardim Líder	1991
Centro Municipal de Educação Infantil O Pequeno Líder	Municipal	Bairro Jardim Líder	1993
Centro Municipal de Educação Infantil O Pequeno Polegar	Municipal	Bairro Jardim Botafogo	1980
Centro Municipal de Educação Infantil Portal da Vida	Municipal	Bairro Jardim Marechal	2002
Centro Municipal de Educação Infantil Vila Gaúcha	Municipal	Bairro Vila Gaúcha	2003
Centro Municipal de Educação Infantil Zilda Arns	Municipal	Santa Felicidade	2012
Colégio Cristo Rei – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio	Privada	Centro	1963
Colégio Estadual Antônio Maximiliano Ceretta – Ensino Fundamental e Médio Profissionalizante	Estadual	Bairro Jardim Social	1978
Colégio Estadual do Campo Margarida – Ensino Fundamental e Médio	Estadual	Distrito de Margarida	1985
Colégio Estadual do Campo Professor Nilso Franceski – Ensino Fundamental e Médio	Estadual	Distrito de Iguiporã	1955
Colégio Estadual Eron Domingues – Ensino Fundamental e Médio Normal	Estadual	Centro	1973

Tabela 5. Instituições de Ensino existentes no Município, 2013

(continua)

Instituição	Rede de Ensino	Localização	Ano da Construção do Prédio
Colégio Estadual Frentino Sackser – Ensino Fundamental e Médio	Estadual	Bairro Jardim Botafogo	1997
Colégio Estadual Marechal Rondon – Ensino Fundamental e Médio	Estadual	Bairro São Lucas	1997
Colégio Estadual Paulo Freire – Ensino Fundamental e Médio	Estadual	Bairro Jardim Alvorada	1974
Colégio Evangélico Martin Luther – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio Profissionalizante	Privada	Centro	1968
Colégio Luterano Rui Barbosa – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio Profissionalizante	Privada	Centro	1964
Colégio SESI Marechal Cândido Rondon – Ensino Médio	Privada	Parque Industrial II	2010
Escola Estadual de Porto Mendes – Ensino Fundamental	Estadual	Distrito de Porto Mendes	1971
Escola Estadual do Campo Dealmo Selmiro Poersch – Ensino Fundamental	Estadual	Distrito de São Roque	1974
Escola Estadual do Campo Novo Três Passos – Ensino Fundamental	Estadual	Distrito de Novo Três Passos	1977
Escola Estadual do Campo Zulmiro Trento – Ensino Fundamental	Estadual	Distrito de Novo Horizonte	1977
Escola Estadual Monteiro Lobato – Ensino Fundamental	Estadual	Bairro Jardim Primavera	1983
Escola Municipal 25 de Julho – Ensino Fundamental	Municipal	Bairro Jardim Primavera	1983
Escola Municipal 25 de Março – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Bairro Vila Gaúcha	1982
Escola Municipal Ana Paula – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Bairro Jardim Ana Paula	1986
Escola Municipal Antônio Rockenbach – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Bairro Jardim Botafogo	1978
Escola Municipal Comandante Luiz Augusto de Moraes Rego – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Distrito de Porto Mendes	1968
Escola Municipal Costa e Silva – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Distrito de Margarida	1970
Escola Municipal Criança Feliz – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Bairro Jardim Social	1995
Escola Municipal Érico Veríssimo – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Bairro Jardim Alvorada	1977
Escola Municipal Floriano Peixoto – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Distrito de Iguiporã	1955
Escola Municipal Jean Piaget – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Centro	1951
Escola Municipal Professor Bento Munhoz da Rocha Neto – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Centro	1977

Tabela 5. Instituições de Ensino existentes no Município, 2013

(encerra)

Instituição	Rede de Ensino	Localização	Ano da Construção do Prédio
Escola Municipal Professor Osvino Weirich – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Bairro Jardim Higienópolis	1988
Escola Municipal Professora Julia Wanderley – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Distrito de Novo Horizonte	1977
Escola Municipal São João Batista – Ensino Fundamental	Municipal	Distrito de Novo Três Passos	1974
Escola Municipal São Roque – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Distrito de São Roque	1974
Escola Municipal Waldomiro Liessen – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Bairro Jardim Marechal	1977
Escola Pequeno Lar – Educação Infantil e Ensino Fundamental na Modalidade de Educação Especial	Privada	Centro	1978
Escola Rural Municipal Almirante Barroso – Educação Infantil e Ensino Fundamental	Municipal	Vila Curvado	1970
Faculdade de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon – ISEPE RONDON	Privada	Bairro Jardim Alvorada	2004
Faculdade Luterana Rui Barbosa – FALURB	Privada	Centro	1964
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE	Estadual	Centro	1980

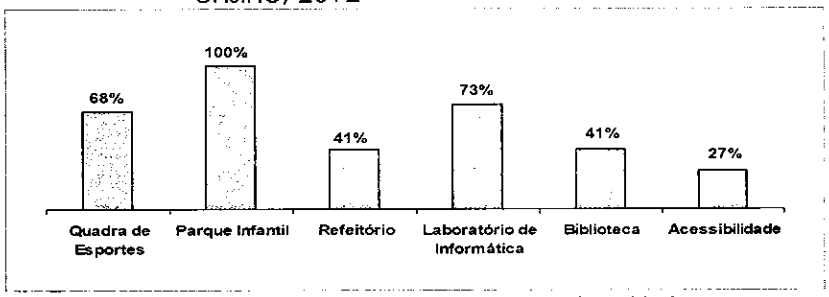
Fonte: Instituições de ensino, 2012.
Siglas: SESI (Serviço Social da Indústria); SESC (Serviço Social do Comércio).

7.2 Infraestrutura das Instituições de Ensino

Os gráficos a seguir demonstram sinteticamente um panorama da infraestrutura da rede escolar, tanto básica como superior.

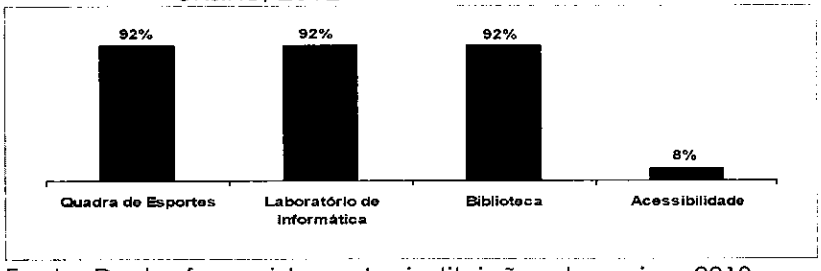
Os dados apresentados foram elaborados a partir de informações prestadas no ano de 2012, desta forma, os dados do CMEI Zilda Arns não estão contabilizados nos totais, visto que iniciou suas atividades em 08 de abril de 2013.

Gráfico 3. Infraestrutura das Instituições de Educação Básica da rede municipal de ensino, 2012



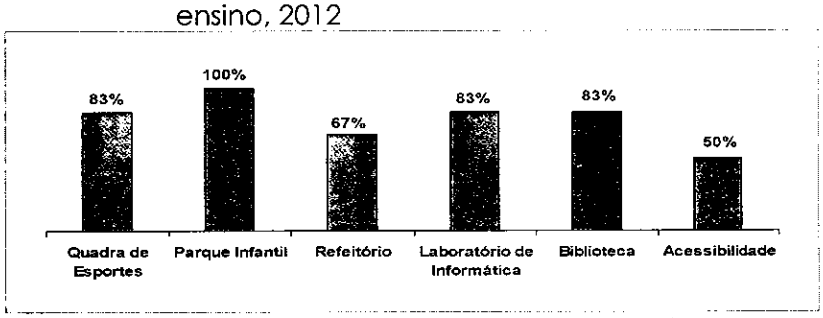
Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.

Gráfico 4. Infraestrutura das Instituições de Educação Básica da rede estadual de ensino, 2012



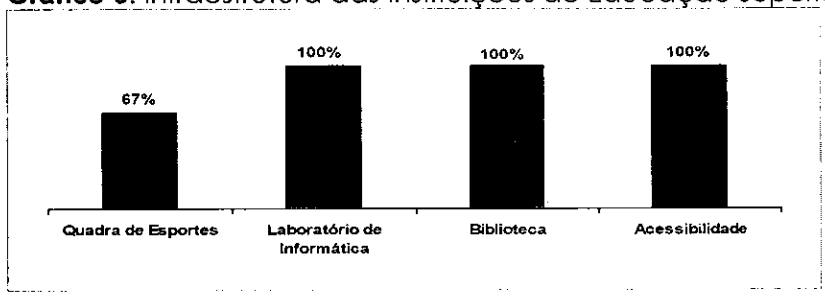
Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.

Gráfico 5. Infraestrutura das Instituições de Educação Básica da rede privada de ensino, 2012



Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.

Gráfico 6. Infraestrutura das Instituições de Educação Superior, 2012



Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.

III - DIAGNÓSTICOS

1. EDUCAÇÃO INFANTIL

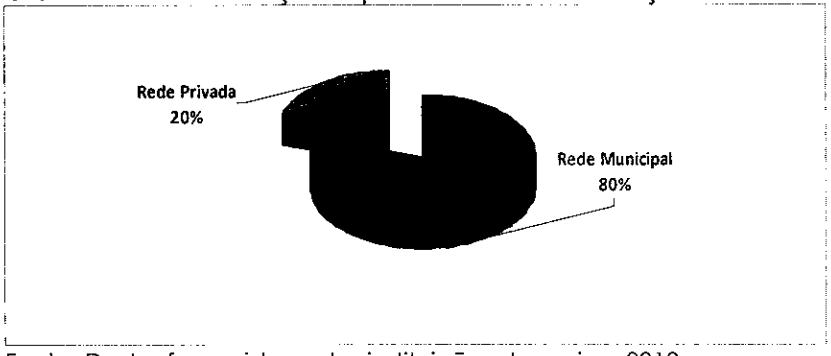
1.1 Atendimento

O atendimento do direito à Educação Infantil (creches e pré-escolas), tal como garantido na Constituição Federal desde 1988, é um desafio educacional permanente na maioria dos municípios brasileiros. Há um déficit de atendimento na Educação Infantil, principalmente para a população da faixa etária de zero a três anos.

Em Marechal Cândido Rondon, este problema encontra-se sanado, em vista das ampliações e das novas construções realizadas na rede municipal de ensino. O que ocorre é que há vaga, mas nem sempre na instituição próxima da residência da criança a ser matriculada.

Ao todo existem no Município, 25 instituições de ensino, públicas e privadas, que ofertam este nível de ensino, atendendo em 2012, um total de 1.935 alunos, dos quais 977 da faixa etária de zero a três anos de idade e 958 da faixa etária de quatro a cinco anos.

Gráfico 1.1. Instituições que ofertam a Educação Infantil no Município, 2012



Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.

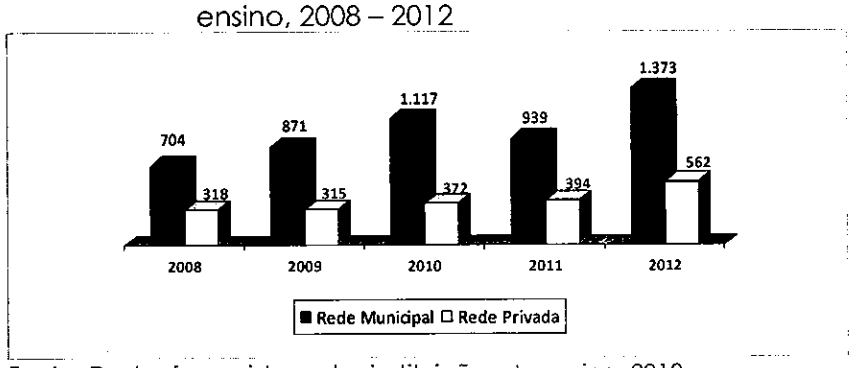
Tabela 1.1. Atendimento da Educação Infantil, por rede de ensino, 2012

Rede de Ensino	Total de alunos por faixa etária		Turnos	Total de vagas oferecidas
	0 a 3 Anos	4 a 5 anos		
Municipal	679	694	M/V/I	1.373
Privada	298	264	M/V/I	562

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.
Siglas: M - Matutino; V - Vespertino; I - Integral.

Gráfico 1.2. Evolução do atendimento da Educação Infantil no Município, por rede de

ensino, 2008 – 2012



Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.

1.2 Infraestrutura das Instituições de Ensino

Um dos grandes desafios desta etapa de ensino é manter uma infraestrutura que dê condições de ofertar a todas as crianças, seja da rede pública ou privada, uma educação de qualidade, uma vez que os espaços para a Educação Infantil têm características diferenciadas, pois atendem a dois programas de necessidades: a creche, para crianças de zero a três anos e a pré-escola, para crianças de quatro a cinco anos.

Entre as características recomendadas para as creches estão o berçário com sala de repouso, a sala de amamentação com cadeiras ou poltronas com repouso, o solário com dimensões compatíveis ao número de crianças atendidas, o lactário com ambientes para higienização, limpeza e esterilização de mamadeiras e o fraldário, com bancada para troca de fraldas. No entanto, não basta dispor destes espaços se a instituição não dá a devida atenção à manutenção do prédio, dos mobiliários e dos equipamentos.

As tabelas a seguir mostram como encontram-se as redes de ensino com relação à infraestrutura mínima para o atendimento da Educação Infantil.

Tabela 1.2. Infraestrutura das instituições que ofertam a Educação Infantil para crianças de 0 a 3 anos, 2012

Itens	% de instituições que possuem o item listado	
	Municipal	Privada
Espaço para banho de sol (solário)	60%	60%
Sala para repouso	60%	80%
Berços individuais	80%	60%
Local para higienização com balcão e pia	100%	80%
Local para amamentação	0%	60%
Local adequado para o preparo das mamadeiras (lactário)	60%	60%
Lavanderia	100%	60%

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.

Tabela 1.3. Infraestrutura das instituições que ofertam a Educação Infantil para crianças de 4 a 5 anos, 2012

Itens	% de instituições que possuem o item listado	
	Municipal	Privada
Sala para desenvolvimento de atividades lúdicas/pedagógicas	62%	100%
Sanitários/pias adequados à faixa etária das crianças	75%	100%
Área verde	94%	100%
Tanque de areia	31%	100%
Parque infantil	94%	100%
Material didático suficiente, variado e adequado, que estimulem o desenvolvimento da criança	94%	100%

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.

1.3 Recursos Humanos

A educação escolar não deve se reduzir somente à sala de aula, mas deve ser viabilizada pela ação articulada entre todos os agentes educativos, quer seja, docentes, técnicos, funcionários administrativos e de apoio que atuam na instituição educacional. Por isso, a formação desses profissionais, principalmente para as áreas técnicas e administrativas deve ser priorizada e ter a mesma qualidade que a formação dos docentes e equipe pedagógica.

No entanto, nem sempre esta é a realidade que prevalece nas redes de ensino. Nas tabelas a seguir encontram-se sintetizadas as informações, por rede de ensino, da formação de todos os agentes educativos que atuam nas instituições que ofertam a Educação Infantil no Município.

Tabela 1.4. Recursos humanos das instituições de ensino da rede municipal que atendem a Educação Infantil, 2012

Função / Cargo	Formação							Total
	EFI	EF	EM	MG	LIC	ESP	MES	
Direção	--	--	--	01	02	16	01	20
Coordenação	--	--	01	02	--	19	--	22
Docente	--	02(*)	09(*)	15	65	77	--	168
Educador Infantil	--	--	--	03	04	02	--	09
Estagiário	--	--	20	39	05	--	--	64
Secretário Escolar	--	--	02	01	04	03	--	10
Auxiliar de Secretaria	--	01	02	--	01	--	--	04
Auxiliar Administrativo	--	--	01	--	03	01	--	05
Merendeira	04	14	12	--	02	--	--	32
Auxiliar de Serviços Gerais	01	02	10	--	--	--	--	13
Servente	--	--	01	--	01	--	--	02
Zeladora	03	15	12	--	02	--	--	32
Total	**08**	**34**	**70**	**61**	**89**	**118**	**01**	**381**

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.
Siglas: EFI - Ensino Fundamental Incompleto; EF - Ensino Fundamental; EM - Ensino Médio; MG - Magistério; LIC - Licenciatura; ESP - Especialização; MES - Mestrado.
(*) Profissionais sem a habilitação – cargo em extinção.

Tabela 1.5. Recursos humanos das instituições de ensino da rede privada que atendem a Educação Infantil, 2012

Função / Cargo	Formação (número de pessoas)							Total
	EFI	EF	EM	MG	LIC	ESP	MES	
Direção	--	--	--	--	--	05	--	05
Coordenação/Orientação	--	--	--	--	--	05	--	05
Docente	--	--	--	02	17	04	--	23
Atendente	--	--	01	--	--	--	--	01
Educador Infantil	--	--	--	--	08	--	--	08
Estagiários	--	--	--	12	05	01	--	18
Bibliotecário	--	--	--	--	01	--	--	01
Auxiliar de Biblioteca	--	--	--	01	01	--	--	02
Secretário Escolar	--	--	02	01	01	--	--	04
Auxiliar de Secretaria	--	--	--	--	03	--	--	03
Auxiliar Administrativo	--	--	02	--	02	--	--	04
Merendeira	--	02	02	01	--	--	--	05
Auxiliar de Serviços Gerais	01	01	03	--	--	--	--	05
Zeladora	03	02	--	--	--	--	--	05
Total	**04**	**05**	**10**	**17**	**38**	**15**	**--**	**89**

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.
Siglas: EFI - Ensino Fundamental Incompleto; EF - Ensino Fundamental; EM - Ensino Médio; MG - Magistério; LIC - Licenciatura; ESP - Especialização; MES - Mestrado.

1.4 Gestão

A gestão pedagógica participativa e democrática é uma necessidade para que ocorra uma educação de qualidade social. É fundamental que as instituições de ensino apresentem uma proposta pedagógica voltada aos interesses de sua comunidade. Neste sentido, a participação do conselho escolar como fórum para as discussões e deliberações a respeitos das questões pedagógicas e administrativas torna-se imprescindível para se alcançar a gestão pedagógica democrática.

De acordo com os dados informados pelas instituições de ensino, (ver tabela a seguir), alguns princípios ainda deverão ser colocados em prática para que se alcance este tipo de gestão.

Tabela 1.6. Gestão por rede de ensino, 2012

(continua)

Itens	Total de instituições que responderam afirmativamente	
	Municipal	Privada
A instituição possui Proposta Pedagógica	100%	100%
Os docentes participam ativamente da elaboração e/ou reformulação da Proposta Pedagógica	91%	100%
A comunidade escolar conhece a Proposta Pedagógica da instituição de ensino	83%	100%
A atualização da Proposta Pedagógica é realizada periodicamente	100%	100%

Tabela 1.6. Gestão por rede de ensino, 2012

(encerra)

Itens	Total de instituições que responderam afirmativamente	
	Municipal	Privada
A Proposta Pedagógica contempla plano de capacitação continuada do corpo docente	100%	100%
A Proposta Pedagógica prevê o atendimento às crianças com necessidades especiais	91%	100%
A instituição possui Conselho Escolar	0%	0%
O Conselho participa de debates e colabora na construção do planejamento escolar	0%	0%
Os membros do Conselho Escolar recebem capacitação	0%	0%
A comunidade utiliza regularmente os espaços da instituição de ensino para suas atividades	61%	80%
A instituição proporciona o acesso dos alunos a programas culturais	87%	80%
A instituição proporciona o acesso dos profissionais da educação a programas culturais	70%	80%
A instituição proporciona o acesso dos alunos a atividades esportivas	78%	100%
A instituição estimula o acesso dos alunos à leitura em sua biblioteca ou em espaço equivalente	91%	100%
A instituição oferece aprendizado de informática aos alunos	65%	60%
A instituição oferece aprendizado de informática aos profissionais da educação	43%	60%
A instituição trabalha de maneira integrada com o Conselho Tutelar	96%	80%
A instituição desenvolve projetos	61%	80%

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.

1.5 Considerações Finais

Quanto ao atendimento na Educação Infantil, as instituições educacionais pontuaram os seguintes problemas:

- na rede municipal de ensino, os principais problemas dizem respeito à infraestrutura dos prédios escolares, onde faltam espaços como solário, biblioteca, quadra coberta, lavanderia, sala para planejamento dos professores, banheiros adequados, refeitório e área coberta e livre, além da falta de material didático-pedagógico específico;
- na rede privada de ensino, também foram apontados problemas de estrutura física além da falta de segurança e da escassez da oferta de encontros pedagógicos.

2. ENSINO FUNDAMENTAL

2.1 Atendimento

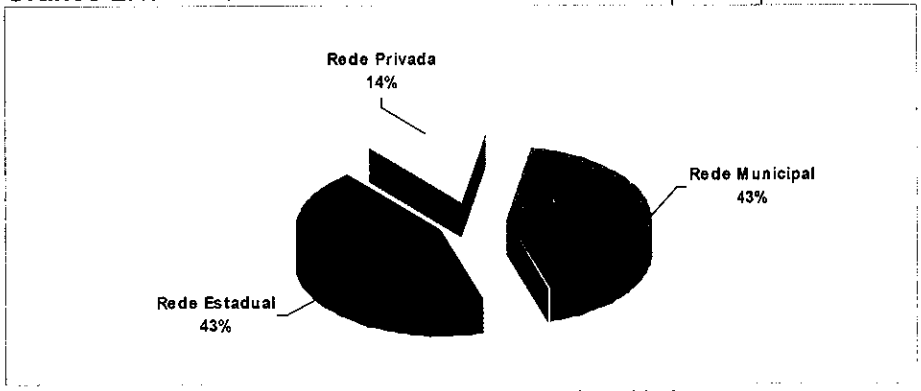
O Ensino Fundamental é atendido por 17 instituições da rede municipal, 12 da rede estadual e três da rede privada. As instituições de ensino da rede municipal atendem somente os anos iniciais, a rede estadual, os anos finais e a rede privada, todo o Ensino Fundamental (anos inicias e finais). Ao todo, são 6.372 alunos matriculados no Ensino Fundamental, distribuídos nos períodos matutino e vespertino, como mostram os dados da tabela a seguir.

Tabela 2.1. Instituições que ofertam o Ensino Fundamental, 2012

Instituição	Total de alunos		Turnos
	Anos Iniciais	Anos Finais	
Colégio Cristo Rei	126	96	M-V
Colégio Estadual Antônio Maximiliano Ceretta	-	485	M-V
Colégio Estadual do Campo Margarida	-	102	V
Colégio Estadual Eron Domingues	-	510	M-V
Colégio Estadual Frentino Sackser	-	450	M-V
Colégio Estadual Marechal Rondon	-	465	M-V
Colégio Estadual Nilso Franceski	-	86	M-V
Colégio Estadual Paulo Freire	-	236	M-V
Colégio Evangélico Martin Luther	176	148	M-V
Colégio Luterano Rui Barbosa	169	175	M-V
Escola Estadual do Campo Dealmo Selmiro Poersch	-	62	M
Escola Estadual do Campo Novo Três Passos	-	42	M
Escola Estadual do Campo Zulmiro Trento	-	59	M-V
Escola Estadual Monteiro Lobato	-	160	M-V
Escola Estadual Porto Mendes	-	113	M-V
Escola Municipal 25 de Julho	146	-	M-V
Escola Municipal 25 de Março	190	-	M-V
Escola Municipal Ana Paula	107	-	M-V
Escola Municipal Antônio Rockenbach	251	-	M-V
Escola Municipal Bento Munhoz da Rocha Neto	208	-	M-V
Escola Municipal Comandante Luiz Augusto de Moraes Rego	108	-	M-V
Escola Municipal Costa e Silva	121	-	M-V
Escola Municipal Criança Feliz	512	-	M-V
Escola Municipal Érico Veríssimo	268	-	M-V
Escola Municipal Floriano Peixoto	78	-	M-V
Escola Municipal Jean Piaget	172	-	M-V
Escola Municipal Osvino Weirich	205	-	M-V
Escola Municipal Professora Julia Wanderley	52	-	M-V
Escola Municipal São João Batista	43	-	M-V
Escola Municipal São Roque	36	-	M-V
Escola Municipal Waldomiro Liessen	196	-	M-V
Escola Rural Municipal Almirante Barroso	19	-	M-V

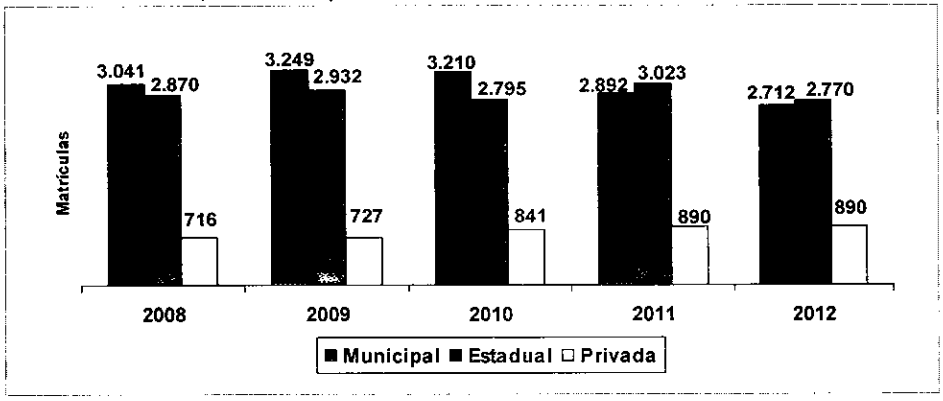
Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.
Siglas: M - Matutino; V - Vespertino.

Gráfico 2.1. Matrículas do Ensino Fundamental por dependência administrativa, 2012



Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.

Gráfico 2.2. Evolução do atendimento do Ensino Fundamental no Município, por rede de ensino, 2008 – 2012



Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.

2.2 Recursos Humanos

As tabelas a seguir mostram um panorama do quadro funcional existente nas instituições que ofertam o Ensino Fundamental.

Tabela 2.2. Recursos humanos das instituições de Ensino Fundamental da rede municipal, 2012

(continua)

Função / Cargo	Formação							Total
	EFI	EF	EM	MG	LIC	ESP	MES	
Direção	--	--	--	01	01	15	--	17
Coordenação/Orientação	--	--	01	02	02	17	--	22
Docente (concurso)	--	--	--	08	34	141	02	185
Docente (contrato)	--	--	03	--	06	01	--	10
Secretário Escolar	--	--	02	--	05	03	--	10
Auxiliar de Secretaria	--	01	01	--	--	--	--	02
Auxiliar Administrativo	--	--	--	--	03	01	--	04

Tabela 2.2. Recursos humanos das instituições de Ensino Fundamental da rede municipal, 2012

(encerra)

Função / Cargo	Formação							Total
	EFI	EF	EM	MG	LIC	ESP	MES	
Merendeira	02	09	09	--	02	--	--	22
Servente	--	01	03	--	--	--	--	04
Zeladora	03	12	09	--	01	--	--	25
Auxiliar de Serviços Gerais	--	--	04	04	--	--	--	08
Total	**05**	**23**	**32**	**15**	**54**	**178**	**02**	**309**

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.
Siglas: EFI - Ensino Fundamental Incompleto; EF - Ensino Fundamental; EM - Ensino Médio; MG - Magistério; LIC - Licenciatura; ESP - Especialização; MES - Mestrado.

Tabela 2.3. Recursos humanos das instituições de Ensino Fundamental da rede estadual, 2012

Função / Cargo	Formação							Total
	EFI	EF	EM	MG	LIC	ESP	MES	
Direção	--	--	--	--	--	11	--	11
Vice-direção	--	--	--	--	--	06	--	06
Supervisão	--	--	--	--	--	01	--	01
Orientação	--	--	--	--	--	11	02	13
Coordenação	--	--	--	--	01	14	--	15
Docente (concurso)	--	--	--	--	40	146	01	187
Docente (contrato)	--	--	--	--	60	38	--	98
Secretário Escolar	--	--	03	--	03	05	--	11
Auxiliar de Secretaria	--	--	05	--	05	--	--	10
Auxiliar Administrativo	--	--	02	--	06	04	--	12
Auxiliar de Biblioteca	--	--	01	--	02	--	--	03
Merendeira	--	01	16	--	02	01	--	20
Auxiliar de Serviços Gerais	01	14	19	--	--	--	--	34
Servente	--	--	01	--	--	--	--	01
Zeladora	--	02	07	--	--	--	--	09
Total	**01**	**17**	**54**	**--**	**119**	**237**	**03**	**431**

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.
Siglas: EFI - Ensino Fundamental Incompleto; EF - Ensino Fundamental; EM - Ensino Médio; MG - Magistério; LIC - Licenciatura; ESP - Especialização; MES - Mestrado.

Tabela 2.4. Recursos humanos das instituições de Ensino Fundamental da rede privada, 2012

(continua)

Função / Cargo	Formação							Total
	EFI	EF	EM	MG	LIC	ESP	MES	
Direção	--	--	--	--	--	03	--	03
Coordenação	--	--	--	01	--	02	-	03
Docente	--	--	--	05	27	21	--	53
Secretário Escolar	--	--	02	01	--	--	--	03
Auxiliar de Secretaria	--	--	--	--	02	--	--	02
Auxiliar Administrativo	--	--	02	--	01	--	--	03
Auxiliar de Biblioteca	--	--	--	01	01	--	--	02

Tabela 2.4. Recursos humanos das instituições de Ensino Fundamental da rede privada, 2012

(encerra)

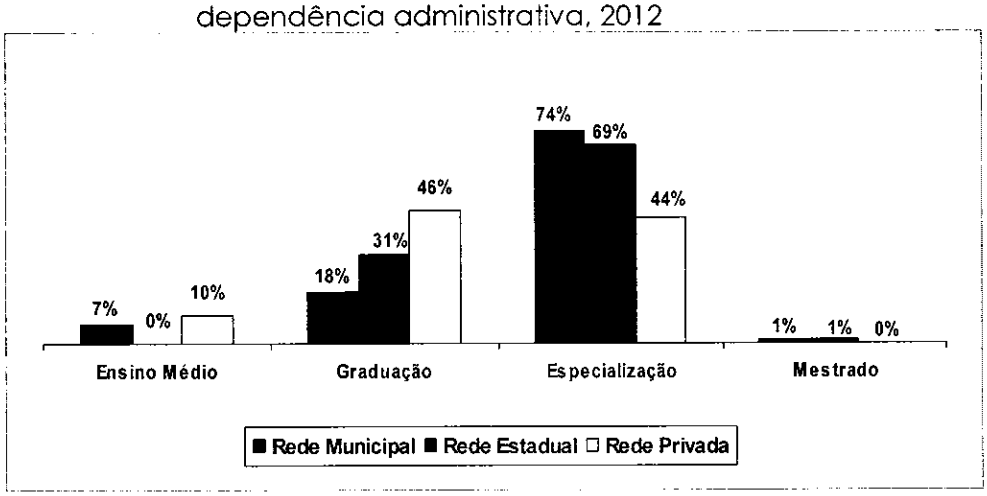
Função / Cargo	Formação							Total
	EFI	EF	EM	MG	LIC	ESP	MES	
Bibliotecário	--	--	--	--	01	--	--	01
Auxiliar de Serviços Gerais	01	--	02	--	--	--	--	03
Zeladora	03	05	--	--	--	--	--	08
Merendeira	--	01	--	--	--	--	--	01
Total	**04**	**06**	**06**	**08**	**32**	**26**	**--**	**82**

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.
Siglas: EFI - Ensino Fundamental Incompleto; EF - Ensino Fundamental; EM - Ensino Médio; MG - Magistério; LIC - Licenciatura; ESP - Especialização; MES - Mestrado.

De acordo com os dados sintetizados nestas tabelas é possível verificar que nas redes municipal e privada de ensino ainda existe uma parcela considerável de funcionários tendo como formação mínima o ensino fundamental incompleto.

Quanto à formação em curso de mestrado é possível verificar que somente na rede estadual de ensino se encontra profissionais com esta formação.

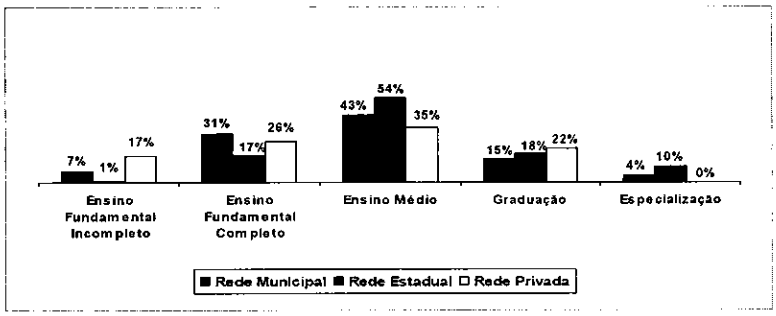
Gráfico 2.3. Formação dos profissionais do magistério (docentes e suporte pedagógico) que atuam nas instituições de Ensino Fundamental (em %), por dependência administrativa, 2012



Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.

Quanto aos profissionais de apoio à educação, como secretário escolar, auxiliar de secretaria, auxiliar administrativo, auxiliar de biblioteca, auxiliar de serviços gerais, zeladora, merendeira, servente, entre outros, a melhor formação encontra-se na rede estadual de ensino.

Gráfico 2.4. Formação dos profissionais de apoio à educação que atuam nas instituições de Ensino Fundamental (em %), por dependência administrativa, 2012



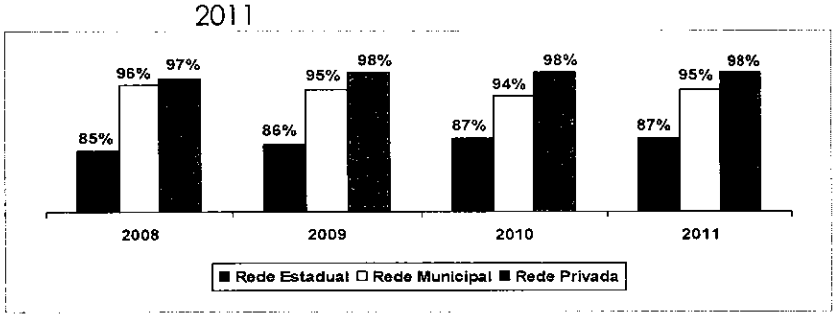
Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.

2.3 Indicadores Educacionais

Anualmente, as instituições de ensino levantam os seus resultados de movimento e rendimento, informando inclusive ao censo escolar. Estas informações são fundamentais para que elas avaliem o seu trabalho, o esforço empreendido e o impacto para a comunidade local, tomando decisões significativas para a melhoria do trabalho pedagógico.

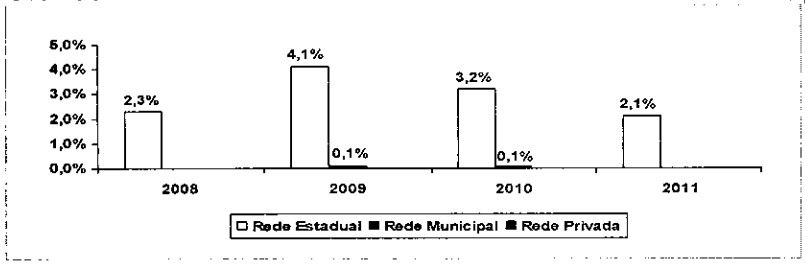
Nos gráficos a seguir constam os dados das taxas de aprovação e evasão no período de 2008 a 2011 de cada rede de ensino que oferta o Ensino Fundamental. Este comparativo serve como base para estudos no esforço coletivo que resulte na redução das taxas de abandono e reprovação, pois o que todos desejam é a permanência do estudante na instituição de ensino e aprendendo.

Gráfico 2.5. Índices de aprovação no Ensino Fundamental, por rede de ensino, 2008 – 2011



Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.

Gráfico 2.6. Índices de evasão no Ensino Fundamental, por rede de ensino, 2008 – 2011



Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.

2.4 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) em 2007, em uma escala de zero a

dez. O IDEB sintetiza dois conceitos importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e a Prova Brasil.

A série histórica de resultados do IDEB se inicia em 2005, a partir de onde foram estabelecidas metas bienais de qualidade a serem atingidas não apenas pelo País, mas também por escolas, municípios e unidades da Federação. A lógica é a de que cada instância evolua de forma a contribuir, em conjunto, para que o Brasil atinja o patamar educacional da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em termos numéricos, isso significa progredir da média nacional 3,8, registrada em 2005 na primeira fase do Ensino Fundamental, para um IDEB igual a 6,0 em 2022, ano do bicentenário da Independência.

O cálculo do IDEB leva em consideração a taxa de aprovação dos alunos e a nota obtida na Prova Brasil. Cada ano de atraso na escolaridade do aluno diminui o IDEB da escola, portanto a escola que reprova muito terá um IDEB baixo, mesmo que tenha tido uma boa nota na Prova Brasil, e por outro lado, a escola que aprova sem se preocupar com a qualidade do ensino, terá um IDEB igualmente baixo.

As tabelas 2.5 e 2.6, condensam os dados obtidos nos IDEB´s de 2005 a 2011, por rede de ensino.

Tabela 2.5. IDEB´s observados em 2005-2007-2009-2011 e metas projetadas das instituições que ofertam o Ensino Fundamental na rede municipal, 2007 – 2021

Instituições de Ensino	IDEB Observado				Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
25 de Julho	--	4.5	4.9	5.5	--	4.7	5.1	5.3	5.6	5.9	6.1	6.4
25 de Março	4.7	5.7	5.6	5.8	4.8	5.1	5.5	5.8	6.0	6.3	6.5	6.7
Antônio Rockenbach	4.6	4.5	5.3	5.3	4.6	5.0	5.4	5.6	5.9	6.1	6.4	6.6
Comandante Luiz Augusto de Moraes Rego	4.1	4.6	5.2	4.5	4.1	4.5	4.9	5.2	5.4	5.7	6.0	6.2
Costa e Silva	4.8	4.9	5.0	5.7	4.8	5.2	5.5	5.8	6.0	6.3	6.5	6.8
Criança Feliz	5.2	5.3	5.3	5.9	5.3	5.6	6.0	6.2	6.4	6.7	6.9	7.1
Érico Veríssimo	4.1	5.2	5.8	5.9	4.2	4.5	4.9	5.2	5.5	5.8	6.0	6.3
Floriano Peixoto	4.7	5.3	5.8	5.0	4.8	5.1	5.5	5.8	6.0	6.3	6.5	6.7
Jean Piaget	--	5.3	5.9	5.2	--	5.5	5.8	6.0	6.3	6.5	6.7	6.9
Professor Bento Munhoz da Rocha Neto	4.8	5.5	5.4	5.4	4.9	5.2	5.6	5.9	6.1	6.3	6.6	6.8
Professor Osvino Weirich	4.2	4.8	5.4	4.9	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	5.8	6.0	6.3
Professora Julia Wanderley	--	--	--	5.3	--	--	--	5.5	5.8	6.0	6.3	6.5
Waldomiro	4.2	4.9	4.7	5.3	4.3	4.6	5.0	5.3	5.6	5.8	6.1	6.3

Liessen												

Fonte: INEP (Consulta no site http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/, em dezembro de 2012). *** Sem média na Prova Brasil 2011.

Tabela 2.6. IDEB´s observados em 2005-2007-2009-2011 e metas projetadas das instituições que ofertam o Ensino Fundamental na rede estadual, 2007 – 2021

Instituições de Ensino	IDEB Observado				Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Antônio Maximiliano Ceretta	3.9	4.2	5.1	4.4	4.0	4.1	4.4	4.8	5.2	5.4	5.7	5.9
Margarida	4.5	5.1	5.6	4.6	4.5	4.7	5.0	5.3	5.7	5.9	6.1	6.4
Eron Domingues	4.4	4.5	4.5	4.8	4.5	4.6	4.9	5.3	5.6	5.9	6.1	6.3
Frentino Sackser	3.5	3.7	4.4	4.3	3.5	3.7	4.0	4.4	4.7	5.0	5.3	5.5
Marechal Rondon	3.8	4.0	4.1	4.1	3.9	4.0	4.3	4.7	5.1	5.3	5.6	5.8
Nilso Franceski	--	4.8	4.4	5.3	--	4.9	5.1	5.4	5.7	6.0	6.2	6.4
Paulo Freire	--	--	--	5.3	--	--	--	5.5	5.8	6.0	6.2	6.4
Monteiro Lobato	--	3.1	3.6	3.5	--	3.2	3.4	3.7	4.1	4.3	4.6	4.9
Porto Mendes	4.8	5.4	5.0	4.9	4.8	5.0	5.2	5.6	5.9	6.2	6.4	6.6

Fonte: INEP (Consulta no site http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/, em agosto de 2012).

2.5 Gestão

Uma gestão pedagógica orientada pelos princípios democráticos se expressa no conjunto das ações realizadas pelas instituições de ensino e pelos demais órgãos pertencentes à rede de ensino.

O planejamento, a organização, a implementação e o acompanhamento dos diferentes processos e instrumentos de gestão, com a participação efetiva da comunidade, e em especial do Conselho Municipal de Educação e dos conselhos escolares, tornam-se condições básicas para a realização de uma gestão autônoma e democrática, voltada para a garantia de processos pedagógicos efetivos na instituição de ensino.

Entre os instrumentos de gestão, destacam-se a formação dos conselhos escolares e a orientação à elaboração ou reelaboração e implementação do projeto político-pedagógico da instituição educacional.

A tabela a seguir apresenta, de forma sucinta, um diagnóstico da gestão pedagógica das instituições do Município que ofertam o Ensino Fundamental.

Tabela 2.7. Gestão por rede de ensino, 2012

Itens	Total de instituições que responderam afirmativamente		
	Municipal	Estadual	Privada
A instituição possui Proposta Pedagógica	100%	100%	100%

Os docentes participam ativamente da elaboração e/ou reformulação da Proposta Pedagógica	94%	100%	100%
A comunidade escolar conhece a Proposta Pedagógica da instituição de ensino	88%	100%	0%
A atualização da Proposta Pedagógica é realizada periodicamente	100%	100%	100%
A Proposta Pedagógica contempla plano de capacitação continuada do corpo docente	88%	92%	100%
A Proposta Pedagógica prevê o atendimento às crianças com necessidades especiais	88%	100%	67%
A instituição possui Conselho Escolar	0%	100%	0%
O Conselho participa de debates e colabora na construção do planejamento escolar	0%	100%	0%
Os membros do Conselho Escolar recebem capacitação	0%	75%	0%
A comunidade utiliza regularmente os espaços da instituição de ensino para suas atividades	65%	42%	100%
A instituição proporciona o acesso dos alunos a programas culturais	88%	92%	67%
A instituição proporciona o acesso dos profissionais da educação a programas culturais	76%	92%	67%
A instituição proporciona o acesso dos alunos a atividades esportivas	88%	92%	100%
A instituição estimula o acesso dos alunos à leitura em sua biblioteca ou em espaço equivalente	82%	92%	100%
A instituição oferece aprendizado de informática aos alunos	47%	33%	100%
A instituição oferece aprendizado de informática aos profissionais da educação	100%	58%	100%
A instituição trabalha de maneira integrada com o Conselho Tutelar	100%	83%	100%

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.

2.6 Infraestrutura dos Prédios Escolares

O prédio escolar é um dos meios pelos quais se realiza a ação pedagógica e educativa. Dificilmente a qualidade do ensino ministrado ocorrerá sem o adequado funcionamento da instituição educacional.

Por isso, os prédios escolares devem dispor de ambientes estimulantes para a reflexão individual, para o encontro de ideias e para a socialização de alunos, professores e funcionários, com mobiliário que atenda às diversidades de ambientes e com equipamentos que possam atender a evolução da tecnologia na prática pedagógica.

Os dados sintetizados na tabela a seguir apresentam um panorama da infraestrutura escolar das instituições que ofertam o Ensino Fundamental no Município.

Tabela 2.8. Infraestrutura dos prédios escolares que ofertam o Ensino Fundamental, 2012

(continua)

Itens	Total de instituições que possuem o item		
	Municipal	Estadual	Privada
Energia elétrica	100%	92%	100%
Água filtrada ou tratada	94%	100%	100%
Esgoto	82%	42%	100%
Sala de direção	76%	58%	100%
Sala de supervisão e/ou coordenação pedagógica	53%	50%	100%
Sala de orientação educacional	0%	67%	100%
Secretaria	100%	100%	100%
Sala de professores	88%	100%	100%
Sala de reuniões	23%	17%	100%
Biblioteca com acervo atualizado ou canto de leitura	88%	92%	100%
Sala de recursos didáticos	35%	42%	100%
Auditório	0%	0%	100%
Sala de televisão, vídeo e/ou DVD	29%	0%	100%
Almoxarifado (material escolar)	70%	50%	100%
Refeitório	18%	42%	100%
Depósito (material de limpeza)	100%	75%	100%
Depósito de botijão de gás	88%	92%	100%
Depósito de lixo	65%	50%	100%
Cozinha	100%	92%	100%
Despensa (alimentos)	88%	75%	100%
Instalações sanitárias - alunos	100%	100%	100%
Instalações sanitárias - administrativo	82%	92%	100%
Instalações sanitárias - funcionários	94%	67%	100%
Recreio coberto	88%	92%	100%
Campo esportivo	41%	42%	100%

Tabela 2.8. Infraestrutura dos prédios escolares que ofertam o Ensino Fundamental, 2012

(encerra)

Itens	Total de instituições que possuem o item		
	Municipal	Estadual	Privada
Quadra poliesportiva	53%	58%	100%
Quadra de esportes coberta	35%	67%	100%
Laboratório de informática	100%	75%	100%
Laboratório de ciências	12%	42%	100%
Acesso à internet para alunos	76%	92%	100%
Acesso à internet para professores e funcionários	82%	92%	100%
Mobiliário adequado à faixa etária	100%	100%	100%
Material pedagógico de apoio ao aluno	100%	100%	100%
Material pedagógico de apoio ao professor	100%	100%	100%
Adequação às características das crianças com	47%	25%	100%

necessidades educacionais especiais (rampa, corrimão, sinalizações, instalações sanitárias)			

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.

3. ENSINO MÉDIO

3.1 Atendimento

O Ensino Médio regular é ofertado por dez instituições de ensino, das quais três ofertam também o Ensino Médio Profissionalizante, o Colégio Estadual Eron Domingues, o Colégio Estadual Antônio Maximiliano Ceretta e o Colégio Evangélico Martin Luther, como mostram os dados da tabela a seguir.

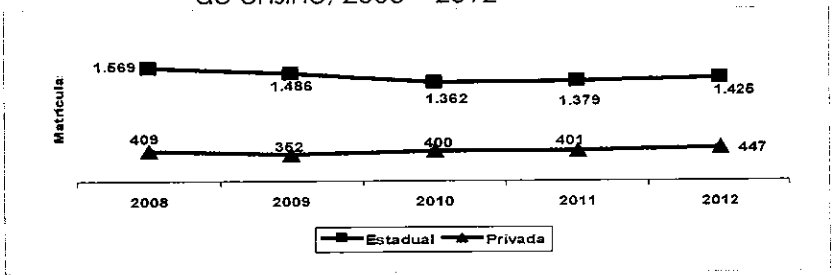
Tabela 3.1. Instituições que ofertam o Ensino Médio, 2012

Instituição de Ensino	Total de alunos		Turnos
	Regular	Profissiona-lizante	
Colégio Cristo Rei	70	-	M
Colégio Estadual Antônio Maximiliano Ceretta	298	93	M-V-N
Colégio Estadual do Campo Margarida	112	-	M-N
Colégio Estadual Eron Domingues	455	164	M-V-N
Colégio Estadual Frentino Sackser	334	-	M-N
Colégio Estadual Marechal Rondon	115	-	M
Colégio Estadual Nilso Franceski	111	-	M-V
Colégio Evangélico Martin Luther	90	50	M
Colégio Luterano Rui Barbosa	118	-	M
Colégio SESI	169	-	M-V

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.
Siglas: M - Matutino; V - Vespertino; N - Noturno.

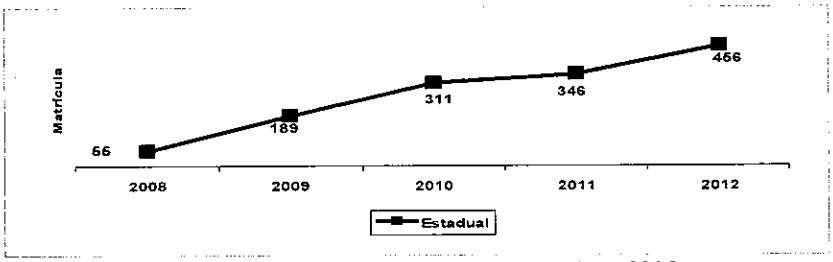
O Colégio Estadual Eron Domingues oferta os cursos de Formação de Docentes e Formação de Docentes com aproveitamento de estudos; o Colégio Estadual Antônio Maximiliano Ceretta oferta os cursos, Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Enfermagem e o Colégio Evangélico Martin Luther oferta o curso de Técnico em Informática.

Gráfico 3.1. Evolução do atendimento do Ensino Médio regular no Município, por rede de ensino, 2008 – 2012



Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.

Gráfico 3.2. Evolução do atendimento do Ensino Médio profissionalizante no Município, 2008 – 2012



Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.

3.2 Projetos e Parcerias

Muitos são os projetos desenvolvidos para os alunos deste nível de ensino, tanto na rede estadual como privada, dentre os quais se destacam:

- na rede estadual: Futsal, Celem (Centro de Línguas Estrangeiras Modernas) Inglês/Espanhol/Alemão, Projeto Leitura, Projeto Coleta de Óleo, Hora Cívica, Fanfarra, Experimentação Científica, Enfrentamento a Violência Escolar - Bulling, Mostra de Trabalhos, Noite de Talentos, Viagens de Estudos;
- na rede privada: Festival de Danças, Jogos Inter Salas, Robótica, Inglês Diário, Jogos Bordô e Branco, Fanfarra Mirim, Futsal, Voleibol, Fecimartin (Feira de Ciências Martin Luther), Leitura, Escrevendo para o Sucesso, EnContraMão, Aluno Parceiro, Mostra de Conhecimentos, Auto da Páscoa, Viagem de Conhecimento, Oratória, Vinte e Quatro Horas no Ar, Ato Cívico.

Alguns destes projetos e outras ações desenvolvidas pelas instituições de ensino, para que realmente possam ser efetivadas e de fato acontecerem, precisam que sejam firmadas parcerias, dentre as quais se destacam:

Tabela 3.2. Parcerias firmadas com as instituições que ofertam o Ensino Médio no Município, 2012

(continua)

Parcerias	Objetivos da Parceria
Colégio Estadual Eron Domingues / Sesc	Apoio Educacional para os 1° e 2° anos do Ensino Médio
Colégio Estadual Antônio Maximiliano Ceretta / Ong Amparo	Desenvolvimento cultural
Colégio Estadual Antônio Maximiliano Ceretta / Sesc	Apoio Educacional no contraturno
Colégio Estadual Marechal Rondon / UNIOESTE	Preparação - Docência
Colégio Estadual Marechal Rondon / ONG Amparo / SESI	Desenvolvimento cultural

Tabela 3.2. Parcerias firmadas com as instituições que ofertam o Ensino Médio no Município, 2012

(encerra)

Parcerias	Objetivos da Parceria
Colégio Estadual Marechal Rondon / Prefeitura	Estimular dança

Colégio Estadual Marechal Rondon / Colégio Cristo Rei	Oratória/socialização
SESI / Biblioteca Pública	Incentivar leitura
SESI / CIEE / SINE / SICREDI	Oportunidade do primeiro emprego
SESIClik EAD	Auxiliar na formação e preparo para o vestibular
Cristo Rei / SICOOB	Trabalho Social
Cristo Rei / Prefeitura Municipal / AACC / SESI / Fidelitá	Trabalho Social

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.
Siglas: ONG (Organização não Governamental); CIEE (Centro de Integração Empresa Escola); SINE (Sistema Nacional de Emprego); SICRED (Sistema de Crédito Cooperativo); EAD (Educação a Distância); SICOOB (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil); AACC (Associação Atlética Cultural Copagril).

Por meio dessas parcerias, a sociedade demonstra aos alunos o seu compromisso com a educação e a importância que atribuem a esse processo, criando dessa forma não apenas melhores condições de aprendizagem, mas também uma mensagem da importância desse processo.

Na área vocacional, ou seja, para que as instituições saibam quais são os cursos superiores de maior interesse de ingresso dos alunos do Ensino Médio, várias ações são realizadas, destacando-se as parcerias firmadas com as universidades para visitas e possíveis esclarecimentos, pesquisa interna com os alunos, aplicação de teste vocacional, orientação profissional e visitas técnicas.

3.3 Merenda e Transporte Escolar

Na rede estadual a merenda escolar é ofertada pelo governo estadual em parceria com Agricultura Familiar/Cooperativas, porém não há acompanhamento de uma nutricionista na organização dos cardápios diários. O transporte escolar é oferecido pelo governo estadual em parceria com a Prefeitura Municipal. Tendo como destaque para melhorias a disponibilização de transporte para o contra turno escolar, a redução de super lotação e uma maior segurança.

3.4 Dados Complementares

A integração da escola com a comunidade e com os pais tem sido identificada como um fator importantíssimo para o bom funcionamento da escola e qualidade de seu processo educacional.

Diretores, cujas escolas foram selecionadas para receber o Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar, têm expressado que uma das estratégias mais importantes para melhorar o seu funcionamento tem sido a abertura da instituição de ensino para a comunidade. Ao disponibilizarem a escola para uso pela comunidade, ganham em troca a recuperação do patrimônio e a parceria com a sua conservação.

A tabela a seguir sintetiza algumas ações consideradas para a melhoria da gestão nas instituições educacionais.

Tabela 3.3. Dados complementares da gestão das instituições que ofertam o Ensino Médio no Município, 2012

Com relação à instituição educacional	Rede Estadual	Rede Privada
A comunidade utiliza regularmente os espaços da instituição de ensino para suas atividades	67%	75%
Proporciona o acesso dos alunos a programas culturais	100%	75%
Proporciona o acesso dos profissionais da educação a programas culturais	83%	75%
Proporciona o acesso dos alunos a atividades esportivas	100%	100%
Estimula o acesso dos alunos à leitura em sua biblioteca ou em espaço equivalente	100%	100%
Oferece aprendizado de informática aos alunos	50%	100%
Oferece aprendizado de informática aos profissionais da educação	67%	100%
Trabalha de maneira integrada com o Conselho Tutelar	100%	100%

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.

4. EDUCAÇÃO SUPERIOR

4.1 Oferta

Marechal Cândido Rondon possui três instituições que oferecem a Educação Superior, uma estadual e duas da rede privada.

Tabela 4.1. Instituições que ofertam a Educação Superior no Município, 2012

Instituição	Cursos	Total de vagas ofertadas	Total de vagas preenchidas
Faculdade de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon – ISEPE RONDON	Administração	100	Não Informado
	Direito	200	
Faculdade Luterana Rui Barbosa	Administração	120	120
	Ciências Contábeis	100	100

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - campus de Marechal C. Rondon	Administração	40	41
	Agronomia	40	40
	Ciências Contábeis	40	38
	Direito	40	40
	Educação Física (bacharelado – noturno)	25	25
		25	27
	Educação Física (licenciatura – integral)	40	43
	Geografia	40	14
	História (matutino)	40	24
	História (noturno)	10	08
	Letras-Português/Alemão	15	16
		15	15
	Letras-Português/Espanhol	40	40
	Letras-Português/Inglês		
	Zootecnia		

Fonte: Instituições de Educação Superior, 2012.

A Unioeste ocupa, sem dúvida, um lugar de destaque no Município, no que se refere ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Há na instituição três grandes áreas de formação profissional: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Agrárias. Nas Ciências Humanas estão alocados os cursos de formação de professores das áreas de Letras, História, Geografia e Educação Física. As três áreas formam profissionais para a docência (no caso dos cursos de licenciatura) ou para serem profissionais liberais ou funcionários na área.

Além da formação profissional, há um projeto de verticalização intenso no campus, com a oferta de cursos de mestrado (Agronomia, História, Zootecnia, Geografia, Desenvolvimento Rural Sustentável) e doutorado em Agronomia, além da presença dos professores em outros campus e programas de pós-graduação, como é o caso de Mestrado e Doutorado em Letras/Cascavel, Mestrado em Geografia/Francisco Beltrão, Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras e Mestrado em Ensino, ambos em Foz do Iguaçu. A Unioeste não responde somente às necessidades da sociedade local e regional, mas possui compromisso com a Ciência, Tecnologia e Informação, atuando na produção e socialização de conhecimentos.

4.2 Corpo Docente

Com relação ao corpo docente, a instituição possui 188 professores, sendo 18 pós-doutores, 92 doutores, 65 mestres, 10 especialistas e apenas três graduados (dados de 2012).

Tabela 4.2. Formação dos docentes que atuam nas instituições que ofertam a Educação Superior, 2012

Instituição	Total de Docentes por Titulação					Total
	Graduado	Especialista	Mestre	Doutor	PHD	
ISEPE RONDON	-	14	12	02	-	28
FALURB	-	14	10	01	-	25
UNIOESTE	03	10	65	92	18	188
Total	**03**	**38**	**87**	**95**	**18**	**241**

Fonte: Instituições de Educação Superior, 2012.

4.3 Parcerias

Com relação às parcerias desenvolvidas no Município com as instituições de Educação Superior, destacam-se:

- com o ISEPE RONDON, cedência das dependências da faculdade para realização de eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação e parceria com a Escola Municipal Antônio Rockenbach na arrecadação de óleo de cozinha usado;
- com o Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon - ISEPE RONDON, que oferece assistência jurídica gratuita à população de baixa renda;
- com a FALURB, realização de estágio e atividades sociais por parte dos alunos;
- com a UNIOESTE, convênio entre o campus e a Prefeitura Municipal para a prestação de serviço em análise de solos; convênio para a elaboração do Mapa da Violência contra a Mulher; projetos de extensão universitária: Judô, Natação, esporte, inclusão de pessoas com deficiência e língua alemã, todos destinados a alunos da rede municipal de ensino; cedência do complexo poli-esportivo para o Colégio Estadual Antônio Maximiliano Ceretta; atividades vinculadas ao Observatório do Mundo Contemporâneo e o Núcleo de Formação Docente e Prática de Ensino – NUFOPE.

Vinculado ao Curso de Direito da UNIOESTE, há Núcleo de Prática Jurídica, que presta assistência jurídica à população de baixa renda. A participação da universidade no Programa Universidade Sem Fronteiras, possibilitou a aprovação de projetos vinculados à inclusão social, coordenado pela equipe do NEDIJ (Núcleo de Estudos e Defesa de Direitos da Infância e da Juventude).

O Município realizou doação de áreas para o Campus da UNIOESTE, como a área da Estação Experimental da Linha Guará e permutou área do Complexo Poli-esportivo. Em 2000/2001 o Campus firmou convênio com a Câmara Municipal tendo por objeto a organização do acervo documental e do arquivo da Câmara Municipal de Vereadores.

Também há no campus de Rondon o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, envolvendo os cursos de História, Letras, Educação Física e Geografia. As atividades do PIBID são desenvolvidas na universidade e nas escolas da sede, envolvidas com o projeto.

4.4 Corpo Discente

Quanto à procedência dos alunos matriculados nas instituições de Educação Superior do Município, verifica-se que a maioria provém da rede pública de ensino, como mostram os dados da tabela a seguir.

Tabela 4.3. Procedência escolar dos acadêmicos que cursam a Educação Superior, por instituição de ensino, 2009 – 2012 (em %)

Instituição	2009		2010		2011		2012	
	Rede Pública	Rede Privada	Rede Pública	Rede Privada	Rede Pública	Rede Privada	Rede Pública	Rede Privada
ISEPE RONDON	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta
FALURB	97%	3%	97%	3%	97%	3%	97%	3%
UNIOESTE	74%	26%	75%	25%	78%	22%	80%	20%

Fonte: Instituições de Educação Superior, 2012.

Quanto à evasão na Educação Superior verifica-se um alto índice na rede privada.

Tabela 4.4. Índices de evasão na Educação Superior, por instituição de ensino, 2008 – 2011 (em %)

Instituição	Percentuais de evasão por ano			
	2008	2009	2010	2011
ISEPE RONDON	15%	15%	15%	15%
FALURB	10%	09%	11%	12%
UNIOESTE	00%	3,9%	8,1%	8,8%

Fonte: Instituições de Educação Superior, 2012.

4.5 Considerações Finais

Dentre as principais conquistas e/ou avanços que ocorreram neste nível de ensino destacam-se:

- na rede privada de ensino: há mais de 400 bacharéis em administração formados pela FALURB e outros 400 pelo ISEPE RONDON; há projetos de responsabilidade social realizados com êxito, como Infoação, que já melhorou a qualidade de vida de 250 pessoas com mais de 50 anos de idade; participação em programas de acesso ao ensino superior como PROFALURB e convênios Empresa ACJC (Associação dos Comitês de Jovens da Copagril), ACFC (Associação dos Comitês Femininos da Copagril), IELB (Igreja Evangélica Luterana do Brasil), ACIMACAR (Associação Comercial e Industrial de Marechal Cândido Rondon); atuação de alunos e professores em diversas atividades educacionais, sociais e ambientais e a procura significativa pelos cursos oferecidos;
- Na UNIOESTE: qualificação do corpo docente e processo de verticalização do ensino, com a implantação de cinco mestrados e um doutorado; ampliação da capacidade de obtenção de financiamento de projetos e programas junto a órgãos de fomento como Fundação Araucária, CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento

de Pessoal de Nível Superior) e CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico); formação de grupos de pesquisa e o estabelecimento de intercâmbios e parcerias com outras instituições de ensino de abrangência nacional e internacional; alto índice de TIDE (Tempo Integral de Dedicação Exclusiva), para os professores com 40 horas semanais de trabalho; produção científica dos docentes em periódicos qualis e em eventos técnico-científicos; capacidade instalada de equipamentos e laboratórios com equipamentos de última geração; ampliação do número de laboratórios de ensino, pesquisa e extensão; qualidade da educação e a garantia da realização de cursos de graduação em uma instituição reconhecida.

Dentre os principais problemas existentes no atendimento deste nível de ensino, pode-se elencar:

- na rede particular de ensino há inadimplência e evasão escolar;
- na rede pública, falta de recursos do orçamento do Estado para investimentos e a redução do valor de custeio de ensino; falta de definição de um plano de carreira cargos e salários para os técnicos, com possibilidades de progressão e qualificação dos agentes universitários; falta de espaço físico para a ampliação das estações experimentais e a edificação de novos ambientes de ensino-pesquisa-extensão e à administração do campus, centros, colegiados e cursos; prédios antigos e falta de manutenção da estrutura física; falta de veículos para transporte coletivo – ônibus e micro-ônibus; tecnologias de informação desatualizadas.

Portanto, para que as instituições de Educação Superior possam garantir qualidade no seu atendimento há a necessidade contínua de ampliação do acervo bibliográfico e investimento contínuo em materiais permanentes e equipamentos.

Para a UNIOESTE, aquisição de ônibus micro-ônibus escolar e, na área de infraestrutura, investimento na urbanização de áreas na sede, reforma da rede de esgoto da sede, implantação da rede na área doada nos fundos do complexo poli-esportivo e aquisição de novas áreas para fazenda experimental e novos projetos.

Com a futura implantação do curso de Engenharia Florestal, o campus precisará realizar concurso público para agentes universitários, obter terreno para construção da Casa do Estudante e de uma nova estação experimental, além de espaço físico para atividades de ensino, pesquisa e extensão.

5. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

5.1 Atendimento

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, em 1991, a taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais no Município era de 6,07%. Em 2000, este índice baixou para 4,35%. Hoje, o índice de analfabetismo no Município é de 2,47%.

Esta redução se deve à oferta de vários programas implementados ao longo destes anos, destacando-se o Brasil Alfabetizado e o Paraná Alfabetizado.

O levantamento do número de analfabetos é realizado nas escolas municipais e estaduais. Nestes estabelecimentos há uma ampla divulgação para que todos que necessitam concluir seus estudos voltem aos bancos escolares.

Tabela 5.1. Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade, 1991/2000

Indicador	1991	2000	Redução
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade	6,07	4,35	28,34%
Taxa de analfabetismo da população de 25 anos ou mais	7,96	5,25	34,05%

Fonte: Censo Demográfico – resultado das amostras, 2010.

Visando possibilitar condições para a continuidade da escolarização dos egressos alfabetizados, bem como daqueles que deixaram de frequentar os bancos escolares, a Secretaria Municipal de Educação oferta a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) - Fase I do Ensino Fundamental, considerando os locais onde esta população reside e trabalha.

A EJA – Fase I é um curso presencial com avaliação no processo. Os alunos frequentam regularmente a escola onde são avaliados de acordo com a aprendizagem. A modalidade é organizada em dois períodos que são divididos em quatro etapas.

O PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos) também é ofertado na rede municipal de ensino no período noturno.

A partir de fevereiro de 2013 todas as turmas da EJA FASE I, serão centralizadas na Escola Municipal Bento Munhoz da Rocha Neto, tendo como objetivo melhor aproveitamento e rendimento das turmas.

A EJA Fase II e o Ensino Médio são ofertados pelo Colégio Estadual Paulo Freire – Ensino Fundamental e Ensino Médio – Regular e EJA que funciona no Município desde o ano de 1997. Os alunos são atendidos por duas opções diferentes:

- Na sede o atendimento ocorre no período vespertino e noturno;
- Nas APED´s (Ações Pedagógicas Descentralizas), as turmas funcionam em salas de escolas estaduais.

Tabela 5.2. Oferta da EJA, 2012

Programas / Cursos	**Local**	**Número de alunos atendidos**	**Turno**
EJA / Fase I	Escola Municipal Bento Munhoz da Rocha Neto	23	Noturno
EJA / Fase I	Escola Municipal 25 de Março	18	Noturno
EJA / Fase I	Escola Municipal Antônio Rockenbach	17	Noturno
EJA / Fase I	Escola Municipal Waldomiro Liessen	16	Noturno
EJA / Fase I	Escola Municipal Costa e Silva	11	Noturno
EJA / Fase I / PROEJA	Escola Municipal Comandante Luiz Moraes Rego	26	Noturno
EJA Fase II	Colégio Estadual Paulo Freire	585	Vespertino / Noturno
EJA – Ensino Médio	Colégio Estadual Paulo Freire	582	Vespertino / Noturno

Paraná Alfabetizado	Colégio Estadual Monteiro Lobato	14	Noturno
Paraná Alfabetizado	Colégio Estadual Frentino Sackser	14	Noturno
Paraná Alfabetizado	Colégio Estadual Marechal Rondon	14	Noturno
Paraná Alfabetizado	Escola Municipal Antônio Rockenbach	14	Noturno
Paraná Alfabetizado	Escola Municipal Costa e Silva	07	Noturno
Paraná Alfabetizado	Escola Municipal Érico Veríssimo	14	Noturno
Paraná Alfabetizado	Colégio Estadual Novo Três Passos	07	Noturno
Paraná Alfabetizado	Igreja Batista	14	Vespertino
Paraná Alfabetizado	Comunidade da Igreja Católica no Bairro São Francisco	14	Noturno
Paraná Alfabetizado	Lar Rosas Unidas	28	Noturno
Paraná Alfabetizado	Lar Espaço Viver	14	Noturno
Paraná Alfabetizado	Lar da Capela	07	Noturno
Paraná Alfabetizado	Lar Ana Paula	07	Noturno
Paraná Alfabetizado	Vila Rural	07	Noturno
Paraná Alfabetizado	Lar Bem Estar	07	Vespertino
Paraná Alfabetizado	Unidade Industrial de Aves Copagril	28	Matutino e Vespertino

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2013.

Com relação à infraestrutura dos prédios públicos onde funcionam as aulas de EJA, verifica-se que a iluminação encontra-se em condições de funcionamento, bem como a ventilação, a temperatura ambiente, a água potável e as instalações sanitárias.

Tabela 5.3. Infraestrutura dos locais onde funciona a EJA Fase I, 2012

Requisitos	Situação				
	O	B	R	P	I
Iluminação	-	05	-	-	-
Ventilação	-	05	-	-	-
Temperatura ambiente	-	05	-	-	-
Mobiliário	-	05	-	-	-
Equipamentos	-	05	-	-	-
Material Pedagógico	-	05	-	-	-
Adequação às características das pessoas com necessidades educacionais especiais (rampa, corrimão, instalações sanitárias, etc.)	-	04	-	-	01

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.
Legenda: O – Ótimo; B – Bom; R – Regular; P – Precária; I – Inexistente.

Tabela 5.4. Infraestrutura do local onde funciona a EJA Fase II e Ensino Médio, 2012 (continua)

Requisitos	Situação				
	O	B	R	P	I
Energia elétrica	-	-	X	-	-
Água filtrada ou tratada	-	X	-	-	-
Esgoto	-	-	-	-	X
Sala de direção	-	-	X	-	-
Sala de supervisão e/ou de coordenação pedagógica	-	-	-	X	-
Sala de orientação educacional	-	-	X	X	-
Secretaria	-	-	-	X	-
Sala de professores	-	-	-	-	X
Sala de reuniões	-	-	X	-	-
Biblioteca com acervo atualizado ou canto de leitura	-	-	X	-	-
Sala de recursos didáticos	-	-	X	-	-
Auditório	-	-	-	-	X
Sala de televisão, vídeo e/ou DVD	-	-	-	-	X
Almoxarifado (material escolar)	-	-	-	-	X
Refeitório	-	-	-	-	X
Depósito (material de limpeza)	-	-	-	X	-
Depósito de botijão de gás	-	X	-	-	-
Depósito de lixo	-	-	-	-	X
Cozinha	-	X	-	-	-
Despensa (alimentos)	-	-	X	-	-
Instalações sanitárias – alunos	-	X	-	-	-
Instalações sanitário – administrativo	-	-	X	-	-
Instalações sanitárias - funcionários	-	-	X	-	-
Recreio coberto	-	-	-	X	-
Campo esportivo	-	-	-	-	X
Quadra poliesportiva	-	-	-	-	X

Tabela 5.4. Infraestrutura do local onde funciona a EJA Fase II e Ensino Médio, 2012 (encerra)

Requisitos	Situação				
	O	B	R	P	I
Quadra de esportes coberta	X	-	-	-	-
Laboratório de informática	-	X	-	-	-
Laboratório de ciências	-	-	-	-	X
Acesso à internet para alunos	-	X	-	-	-
Acesso à internet para professores e funcionários	-	-	X	-	-
Mobiliário adequado à faixa etária	-	X	-	-	-
Material pedagógico para o aluno	-	X	-	-	-
Material pedagógico para o professor	-	-	X	-	-
Adequação às características das pessoas com necessidades educacionais especiais (rampa, corrimão, instalações sanitárias, etc.)	-	-	X	-	-

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.
Legenda: O – Ótimo; B – Bom; R – Regular; P – Precária; I – Inexistente.

O material didático dos alunos é ofertado pelo MEC, mas os professores utilizam também apostilas elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação e por eles próprios. Os livros são adequados ao perfil da Educação de Jovens e Adultos.

Os alunos têm acesso à biblioteca escolar, mas o que dificulta é que estes livros são para a faixa etária infantil e não para a idade dos alunos de Educação de Jovens e Adultos.

Os alunos também frequentam os laboratórios de informática de acordo com os projetos desenvolvidos pelo docente.

Os professores participam dos encontros pedagógicos ofertados para todos os docentes, além de capacitações específicas para Educação de Jovens e Adultos e grupos de estudos mensais. Nestes, são discutidas questões referentes à escolarização dos alunos, suas especificidades e dificuldades, bem como seu contexto social. Nestes encontros ocorre o planejamento dos conteúdos e troca de experiências entre os professores.

Nas turmas de EJA verifica-se a existência de vários alunos com necessidades educativas especiais, bem como professores preparados para atender esta demanda.

Tabela 5.5. Recursos humanos da EJA Fase I, 2012

Cargos/ Função	Formação					
	EF	EM	MG	LIC	ESP	Total
Suporte Pedagógico	--	--	--	--	01	01
Docência (concurso)	--	--	--	--	07	07
Apoio Administrativo	--	--	--	--	01	01
Total	**--**	**--**	**--**	**--**	**09**	**09**

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.
Siglas: EF - Ensino Fundamental; EM - Ensino Médio; MG - Magistério; LIC - Licenciatura; ESP - Especialização.

Tabela 5.6. Recursos humanos da EJA Fase II e Ensino Médio, 2012

Cargos/ Função	Formação					
	EF	EM	MG	LIC	ESP	Total
Direção	--	--	--	--	01	01
Vice Direção	--	--	--	--	01	01
Orientação	--	--	--	--	05	05
Docência (concurso)	--	--	--	--	03	03
Secretario Escolar	--	--	--	--	01	01
Auxiliar Administrativo	--	01	--	04	--	05
Merendeira	--	04	--	--	--	04
Auxiliar de serviços Gerais	--	02	--	--	--	02
Servente	01	02	--	--	--	03
Total	**01**	**09**	**--**	**04**	**11**	**25**

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.
Siglas: EF - Ensino Fundamental; EM - Ensino Médio; MG - Magistério; LIC - Licenciatura; ESP - Especialização.

Quanto à proposta pedagógica para Educação de Jovens e Adultos, a partir de do ano de 2009, o município de Marechal Cândido Rondon vem desenvolvendo o trabalho com base na Proposta Curricular – Fase I do Ensino Fundamental para a EJA.

5.2 Considerações Finais

Dentre os avanços da Educação de Jovens e Adultos no Município, pode-se destacar: incentivo aos alunos através de viagens de estudos, atividades de integração, redução do índice do analfabetismo, transporte e merenda escolar, diferentes escolas de acesso, professores capacitados para atender a demanda da EJA, maior oferta de vagas, estrutura física adequada funcionando de forma descentralizada, maior envolvimento da Secretaria Municipal de Educação, estabelecimento de critérios gerais específicos para todo o Município, capacitação dos professores buscando atualização e aprofundamento teórico e assessoramento pedagógico aos professores.

O principal problema existente na Educação de Jovens e Adultos é a desistência devido ao trabalho dos alunos.

As perspectivas de assegurar o acesso e permanência do aluno na escola está no incentivo do aluno para continuar estudando. Para que isto aconteça, faz se necessário maior apoio dos empresários, continuar atendendo em pontos estratégicos e atendimento prioritário na área da saúde.

6. EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta

Segundo relatório do IPARDES de novembro de 2011, verificou-se que existe um contingente de 13.798 pessoas empregadas no Município. Deste contingente, 3.055 estão no comércio varejista, 1.985 na construção civil e 1.723 na industrialização de alimentos.

De acordo com informações do mesmo órgão (junho/2012), o município de Marechal Cândido Rondon conta com um universo de 27.560 pessoas economicamente ativas, destas, 966 encontram-se desempregadas, ou seja, um contingente em torno de 3,5%.

As parcerias de apoio e integração aos desempregados são realizadas através do Sistema S (SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio; SESI – Serviço Social da Indústria, SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, etc.), por meio do oferecimento de cursos de qualificação, bem como do SINE (Sistema Nacional de Emprego), que intermedia a ocupação de vagas existentes nas empresas.

Neste contexto, o CEMEP que foi criado em 1976 para oferecer cursos gratuitos de corte e costura, vem ampliando a oferta de cursos de qualificação visando suprir algumas áreas carentes de mão-de-obra especializada no Município.

A ampliação da oferta de formação profissional, visando a inserção de jovens e trabalhadores no mundo de trabalho, vem ocorrendo com mais força no Município, por meio das instituições de ensino da rede estadual e privada.

Em 2012, mais de 450 jovens e trabalhadores encontravam-se matriculados na rede estadual e privada em cursos de educação profissional.

Em relação às políticas de incentivo da Administração Municipal para a ampliação da formação profissional de seus funcionários, foi firmado um convênio com o Instituto Federal do Paraná (IFPR), onde 59 funcionários puderam concluir a graduação de Tecnólogo em Gestão Pública. Para 2013, já estão inscritos 35 funcionários para a mesma formação.

Entre os objetivos fundamentais desta política está a valorização do trabalho dos profissionais da educação que atuam nas secretarias escolares, por isso, também em parceria com o IFPR, o Município oferece o Profuncionário, programa que visa a formação dos funcionários de escolas, instituído pelo Decreto Federal 7.415, de 30 de dezembro de 2010.

Tabela 6.1. Cursos profissionalizantes ou de qualificação profissional ofertados no Município de 2010 a 2012

Ano	Instituição	Curso	Parcerias	Público-alvo
2010	CEMEP	Solda	SINE (FAT)	Desempregados
2010	CEMEP	Secretariado	Ação Social (SENAC)	CRAS
2010	CEMEP	Jovem Aprendiz	SENAI	Comunidade
2010	CEMEP	Recepcionista	SENAC	Comunidade
2010	CEMEP	Auxiliar de Confecção	SENAI – Secretaria da Indústria e Comércio	Comunidade
2012	Administração Municipal	Técnico em Meio Ambiente	IFPR	Comunidade
2012	Administração Municipal	Técnico Logística	IFPR	Comunidade
2012	Administração Municipal	Técnico em Segurança no Trabalho	IFPR	Comunidade
2012	Administração Municipal	Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos	IFPR	Comunidade
2012	Colégio Estadual Eron Domingues	Formação de Docentes	SEED	Comunidade
2012	Colégio Estadual Eron Domingues	Formação de Docentes com aproveitamento de Estudos	SEED	Comunidade
2012	Colégio Estadual Antônio Maximiliano Ceretta	Técnico em Segurança no Trabalho	SEED	Comunidade
2012	Colégio Estadual Antônio Maximiliano Ceretta	Técnico em Enfermagem	SEED	Comunidade
2012	Colégio Evangélico Martin Luther	Técnico em Informática	--	Comunidade

Fonte: Instituições que ofertam cursos de formação e qualificação profissional, 2012.
Siglas: CRAS – Centro de Referência de Assistencial Social; SEED – Secretaria de Estado da Educação; FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Mesmo com a oferta destes cursos de qualificação e formação profissional, ainda se verifica que os setores mais carentes de mão-de-obra especializada no Município são a

construção civil, os serviços de manutenção industrial e os serviços de manutenção da linha branca.

A ACIMACAR oferta constantemente treinamentos, cursos e palestras para diferentes setores profissionais, contribuindo para a capacitação da comunidade rondonense.

Entre as formações ofertadas estão os cursos de: Metas e Planejamento; Administração do custo e formação do prelo de vendas; Formação de Auditores Internos; Gerenciamento de Projetos; CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes; Análise de Crédito; Marketing Pessoal; Negociação; Das correspondências tradicionais aos e-mails: a redação a serviço do marketing; Metas Pessoais e Profissionais; Gestão de Visual de Loja; Comportamento e Atitudes no Ambiente de Trabalho; Pós-venda e relacionamento com o cliente; Atualização previdenciária e desoneração de folha de pagamento; Desenvolvendo a excelência na recepção e atendimento ao cliente; Novas normas brasileiras de Contabilidade segundo os padrões internacionais; Básico de rotinas trabalhistas-recursos humanos; Oratória Avançada; Gestão Financeira e Estratégica; Comportamento e atitudes no ambiente de trabalho; Telessalas - aprender a empreender; Sei controlar o meu dinheiro; Sei comprar; Sei vender; Administração de custo e formação do preço de venda para o setor de móveis; Como organizar um evento – Gestão de Eventos; Introdução a PNL – Programação Neurolinguística; Qualifique-se e esteja apto para o Mercado de Trabalho; Administração Financeira com o uso da calculadora HP12C; Câmbio automático de veículos; Bom negócio Paraná; Quero ser empresário; Mecânica Básica para mulheres; Formação de Auditores Internos; Secretariando com Excelência; e as palestras: Saúde e segurança no trabalho; Sistema de freios para linha leve e fras-le; Formando equipes geradoras de resultados-liderança; Gestão de Habilidades e Competências; Como encantar seu cliente; Programa de Saúde ocupacional – medicina do trabalho; Sucessão Familiar; Tributação – Área Contábil e Sistemas.

6.2 Considerações Finais

Dentre os avanços da Educação Tecnológica e Formação Profissional no Município, pode-se destacar: mão de obra mais qualificada; desenvolvimento das pessoas; mudança de comportamento (visão/atitudes); atualização (envolvimento em novas temáticas); postura mais crítica.

Os problemas existentes são: falta de profissionais qualificados; desinteresse das pessoas; falta de "tempo"; baixos salários.

Como ações prioritárias pode-se elencar a realização de parcerias com órgãos e instituições para oferecer bons cursos.

7. EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Constituição Federal estabelece no art. 208, inciso III, o direito das pessoas com deficiências receberem educação, preferencialmente, na rede regular de ensino visando a plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade e o direito à educação, comum a todas as pessoas, através de uma educação inclusiva, em escola de ensino regular.

No entanto, apesar do atendimento preferencial na rede regular para os educandos

com deficiências, a legislação educacional considera a existência de atendimento especializado. Assim, quando não for possível a integração desses educandos em classes comuns do ensino regular, deve ser oferecido atendimento em classes, escolas ou serviços especializados.

Em Marechal Cândido Rondon, este atendimento se dá através de educação inclusiva nas classes comuns de ensino regular, em turmas/classes especiais ou salas de recursos multifuncionais e em instituição especializada como a Escola Pequeno Lar e no Centro de Atendimento Especializado instalado junto à Escola Municipal Bento Munhoz da Rocha Neto.

Tabela 7.1. Matrículas dos alunos com deficiências, inclusos nas salas regulares da educação básica, por tipo de deficiência, 2012

Deficiências	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação de Jovens e Adultos
	0 a 3 anos	4 a 6 anos	Anos iniciais	Anos finais		
Deficiência Intelectual	--	--	15	15	07	12
Deficiência Visual	01	--	04	03	--	--
Deficiência Auditiva	--	--	05	02	03	01
Deficiência Física	02	--	04	03	04	02
Deficiência Múltipla	--	--	02	01	--	03
Condutas típicas	--	--	02	03	--	--
Hiperatividade	--	--	08	05	08	02
Autismo	--	--	01	--	--	--
Distúrbios de aprendizagem	--	--	--	07	--	02
Síndrome de Down	01	--	--	--	--	--
Total	**04**	**--**	**41**	**39**	**22**	**22**

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.

Tabela 7.2. Atendimento da Educação Especial no ensino regular, 2012

Instituição de Ensino	Classe Especial		Sala de Recursos Multifuncionais		Sala de Apoio	
	AL	TU	AL	TU	AL	TU
Escola Municipal Bento Munhoz	11	02	21	02	12	01
Escola Municipal Jean Piaget	--	--	--	--	50	02
Escola Municipal Criança Feliz	--	--	--	--	20	01
Escola Municipal Antônio Rockenback	--	--	--	--	32	02
Total	**11**	**02**	**21**	**02**	**114**	**06**

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.

Siglas: AL – Alunos; TU – Turmas.

Tabela 7.3. Total de alunos atendidos na Instituição Especializada, por tipo de programas e deficiências, 2012

Deficiências	Número de alunos		
	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Educação Profissional
Deficiência Mental	--	33	41
Autismo	--	04	--
Atraso no desenvolvimento	14	--	--
Deficiência mental associada a outra(s) deficiência(s)	--	08	08
Atraso no desenvolvimento deficiência intelectual	03	--	--
Total	**17**	**45**	**49**

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.

Apesar do crescimento das matrículas, como mostram os dados das tabelas 7.4 e 7.5, o déficit é muito grande e constitui um desafio imenso para os sistemas de ensino, pois diversas ações devem ser realizadas ao mesmo tempo. Entre essas ações destacam-se a sensibilização dos demais alunos e da comunidade em geral para a integração, as adaptações curriculares, a qualificação dos professores para o atendimento nas escolas regulares e a especialização para o atendimento nas novas escolas especiais, a produção de livros e materiais pedagógicos adequados às diferentes necessidades, adaptação das escolas para que os alunos especiais possam nelas transitar e a oferta de transporte escolar adaptado.

Tabela 7.4. Evolução das matrículas dos alunos com deficiências, inclusos em salas regulares, por etapa ou modalidade de ensino, 2009 – 2012

Etapas / Modalidades de ensino	2009	2010	2011	2012
Creche	03	03	04	03
Pré-escola	01	01	02	02
Ensino Fundamental (anos iniciais)	14	21	37	49
Ensino Fundamental (anos finais)	67	50	50	65
Ensino Médio	03	04	08	13
Educação de Jovens e Adultos	12	12	13	13
Total	**100**	**91**	**114**	**145**

Fonte: Instituições de ensino, 2012.

Tabela 7.5. Evolução das matrículas dos alunos atendidos na Instituição Especializada, por tipo de programas, 2009 – 2012

Etapas / Modalidades de ensino	2009	2010	2011	2012
Educação Infantil (0 a 3 anos)	12	16	09	07
Educação Infantil (4 a 6 anos)	19	19	23	14
Ensino Fundamental	47	38	41	47
Educação Profissional	48	56	54	49
Total	**126**	**129**	**127**	**117**

Fonte: Instituição de ensino, 2012.

Quanto ao nível de escolaridade dos docentes que atuam na Educação Especial em escolas especializadas e em classes especiais/salas de recursos multifuncionais localizadas na rede regular de ensino, a maior parte possui curso específico (60%).

Na instituição especializada, além dos docentes e profissionais que atuam no apoio à educação, também há o atendimento de técnicos como Assistente Social, Psicóloga, Terapeuta Ocupacional, Fisioterapeuta e Fonoaudióloga.

A Educação Especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da instituição de ensino, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos alunos, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da Educação Especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Estes preceitos encontram-se sintetizados na tabela a seguir, onde foram computados os dados das instituições que ofertam esta modalidade de ensino ou que possuem alunos inclusos.

Tabela 7.6. Gestão do atendimento oferecido a educandos com deficiências nas instituições de ensino da educação básica, 2012

(continua)

Atendimento	% de instituições que realizam o item listado		
	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Privada
Oferta cursos sobre o atendimento básico a educandos especiais para os professores em exercício.	47%	33%	33%
Aplica anualmente testes de acuidade auditiva e visual em todos os alunos.	35%	8%	33%
Oferta o ensino da Língua Brasileira de Sinais (para alunos, familiares, comunidade escolar).	6%	-	17%
Utiliza equipamentos de informática como apoio à aprendizagem do educando com necessidades especiais.	29%	42%	-
Possui, no Projeto Pedagógico, a inclusão do atendimento às necessidades educacionais de seus alunos, com definição de recursos disponíveis e oferecimento de formação em serviço aos professores em exercício.	53%	58%	67%
Possui acessibilidade nas edificações, com a eliminação de barreiras arquitetônicas nas instalações, no mobiliário e nos equipamentos, conforme normas técnicas vigentes.	12%	17%	83%

Tabela 7.6. Gestão do atendimento oferecido a educandos com deficiências nas instituições de ensino, 2012

(encerra)

Atendimento	% de instituições que realizam o item listado		
	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Privada
Reduziu o número de alunos por turma, onde estão incluídos os alunos com necessidades especiais significativas.	53%	25%	33%
Flexibilizou e realizou a adaptação curricular, em consonância com a proposta pedagógica.	53%	50%	67%

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições de ensino, 2012.

8. FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

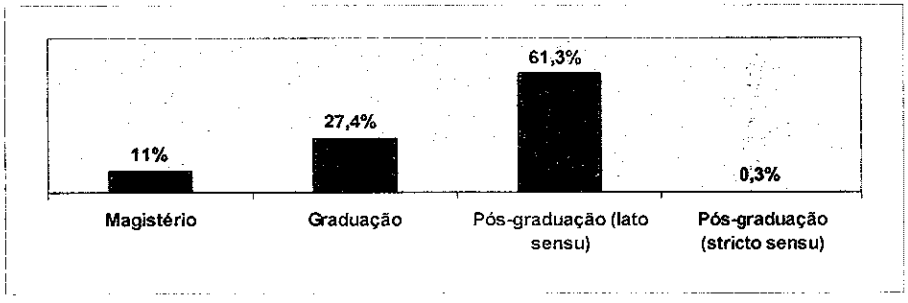
8.1 Profissionais da Educação Municipal

Em 2012, o atendimento das 22 instituições da rede municipal de ensino de Marechal Cândido Rondon, totalizando 4.085 alunos, era realizado por um contingente de 377 profissionais do magistério. Destes, 61 profissionais atuavam no suporte pedagógico (22 diretores, 26 coordenadores pedagógicos das instituições educacionais e 13 coordenadores da Secretaria Municipal de Educação), 119 na docência da Educação Infantil, 185 no Ensino Fundamental e 12 na Educação Especial.

Além dos profissionais do magistério, 90 servidores atuavam como profissionais de apoio na área da educação, em setores administrativos e de serviços gerais.

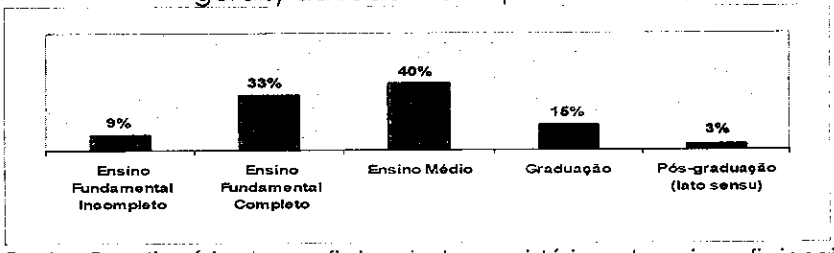
Os gráficos a seguir apresentam um panorama da formação e distribuição dos profissionais da educação (profissionais do magistério e servidores de apoio administrativo e de serviços gerais) na rede municipal de ensino.

Gráfico 8.1. Formação dos profissionais do magistério da rede municipal de ensino, 2012



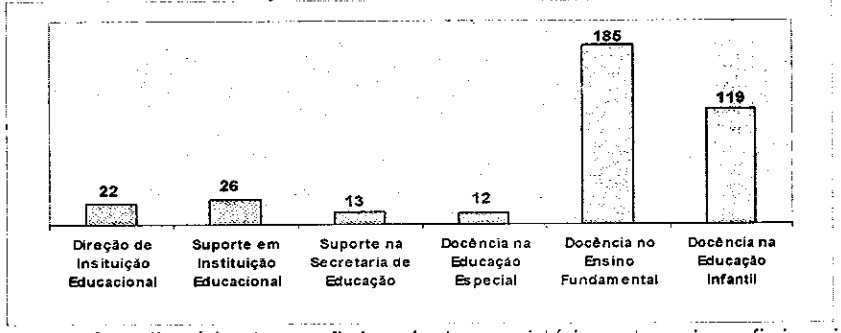
Fonte: Questionário dos profissionais do magistério e demais profissionais da educação, 2012.

Gráfico 8.2. Formação dos servidores de apoio à educação (administrativo e serviços gerais) da rede municipal de ensino, 2012



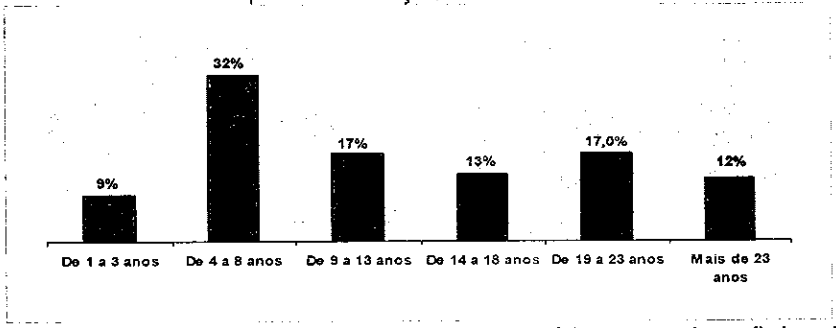
Fonte: Questionário dos profissionais do magistério e demais profissionais da educação, 2012.

Gráfico 8.3. Atuação dos profissionais do magistério da rede municipal de ensino, 2012



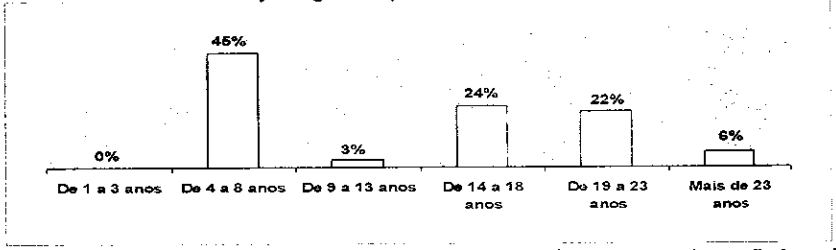
Fonte: Questionário dos profissionais do magistério e demais profissionais da educação, 2012.

Gráfico 8.4. Distribuição dos profissionais do magistério da rede municipal de ensino por tempo de serviço, 2012



Fonte: Questionário dos profissionais do magistério e demais profissionais da educação, 2012.

Gráfico 8.5. Distribuição dos profissionais de apoio à educação (administrativo e serviços gerais) da rede municipal de ensino por tempo de serviço, 2012



Fonte: Questionário dos profissionais do magistério e demais profissionais da educação, 2012.

8.2 Situação Funcional dos Profissionais da Educação Municipal

Um dos principais meios para a valorização do magistério é a existência de um plano de carreira que proporcione o desenvolvimento profissional e assegure uma remuneração condigna.

Em Marechal Cândido Rondon, os profissionais do magistério da rede municipal de ensino possuem um Plano de Carreira instituído por meio da Lei Municipal nº 4.291, de 22 de novembro de 2010.

O Plano, que foi atualizado e refeito em 2010, visando as normas educacionais vigentes, prevê dois cargos permanentes, professor e professor de Educação Infantil, e um cargo em extinção, o de agente educacional.

A carreira do magistério é organizada em quatro níveis de habilitação ou titulação com quinze classes de evolução horizontal:

- Nível A: formação em nível médio na modalidade normal;
- Nível B: formação em nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena, ou outra graduação correspondente às áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica nos termos da legislação vigente;
- Nível C: idem Nível B, acompanhada da formação em pós-graduação, lato sensu, na área da educação, com duração mínima de 360 horas;
- Nível D: idem Nível B, acompanhada da formação em pós-graduação, stricto sensu, em cursos de mestrado ou doutorado na área da educação.

O Nível A da tabela de vencimentos do cargo de professor encontra-se em extinção, ou seja, não será realizado mais concurso para o cargo de professor admitindo-se somente o nível médio na modalidade normal.

O Plano prevê progressão automática por habilitação ou titulação e progressão horizontal a cada dois anos, de acordo com o resultado obtido na avaliação de desempenho e de qualificação.

A jornada de trabalho dos professores é de vinte horas semanais, e as dos professores de Educação Infantil é de vinte e quarenta horas e as dos agentes educacionais é de trinta e quarenta horas semanais.

Os profissionais que atuam no suporte pedagógico, na função de direção de instituição educacional, percebem gratificação de acordo com o porte da instituição: instituição com até cem alunos, a gratificação é de 40%, independente da carga horária semanal do profissional, e com mais de cem alunos a gratificação é de 50%, para cada jornada de vinte horas semanais de trabalho na respectiva função.

Os profissionais que atuam no suporte pedagógico da Secretaria Municipal de Educação percebem gratificação de 70% para as funções de Direção, Planejamento e Assessoramento Educacionais e de 30% para suporte pedagógico com atendimento no âmbito das instituições educacionais da rede municipal. Já os profissionais que atuam na Coordenação, Supervisão e Orientação Pedagógica nas instituições educacionais percebem gratificação de 30%.

Os percentuais correspondentes a estas gratificações aplicam-se sobre o vencimento básico da carreira, estabelecido no Nível B, da tabela de vencimentos do cargo de Professor, independentemente do cargo ocupado pelo profissional.

Outras vantagens atribuídas aos profissionais do magistério são:

- gratificação de até 15% pelo exercício em instituição educacional de difícil acesso ou provimento, de acordo com regulamentação específica;
- prêmio assiduidade de 1,5% ao mês, calculado sobre o vencimento básico da carreira e pago no primeiro trimestre do ano subsequente, para os profissionais, em efetivo exercício da função de docência, que não apresentarem licenças ou afastamentos justificadas ou não, durante o mês letivo;
- adicional de incentivo funcional de 4% calculado sobre o vencimento básico até o limite de 12% para os profissionais que atingirem a Classe 15 e não estiverem aptos à aposentadoria. O adicional será suspenso quando o profissional se tornar apto ao benefício da aposentadoria.

Quanto aos demais servidores de apoio à educação, em 2011 foi sancionada a Lei que instituiu o Plano de Carreira para os servidores da administração direta do Poder Executivo. Diferente dos profissionais do magistério, estes servidores são promovidos a cada interstício de um ano, mediante acréscimo de 2% a cada ano de efetivo exercício. A promoção por formação também ocorre de maneira automática, mediante simples apresentação da formação obtida e efetivada no mês subsequente a esta apresentação.

O Município possui atualmente 23 professores aposentados pelo fundo de previdência próprio, no período compreendido de 01 de outubro de 1993 a 31 de julho de 1999, sendo que o referido fundo foi extinto em 1° de agosto de 1999, retornando servidores a contribuírem para o INSS. Portanto, os servidores aposentados pelo fundo recebem seus proventos de aposentadoria prevista na Lei Orçamentária, sendo seus proventos de aposentadoria reajustados anualmente, conforme a reposição concedida aos servidores públicos do Município. Os demais são aposentados pelo INSS.

9. FINANCIAMENTO E GESTÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

9.1 Financiamento

O art. 212 da Constituição Federal do Brasil de 1988 determina que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aplicar, anualmente, nunca menos de 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Com base nas informações da Secretaria Municipal de Finanças verifica-se que o município de Marechal Cândido Rondon cumpre integralmente este preceito legal, investindo em torno de 27%, como mostram os dados da tabela a seguir.

Tabela 9.1. Indicadores de Educação, 2010 – 2012

Indicadores	2010	2011	2012
Total de Matrículas providas pelo Município	4.144	3.889	4.085
Total de Usuários do Transporte Escolar Municipal	2.056	2.187	2.309
Total de Atendidos com a Merenda Escolar Municipal	4.144	3.889	4.085
Gastos com Educação – Recursos Próprios	5.520.062,75	5.967.670,40	7.672.348,34
Gastos com Educação – Recursos FUNDEB	7.103.133,26	8.217.245,48	8.949.719,37
Gastos com Educação – Recursos de Outras Fontes	1.193.451,81	3.144.653,87	3.536.051,88
Total de Gastos com Educação	13.816.647,82	17.329.569,75	20.158.119,59
Índice (%) de Gastos com Educação	27,24%	26,27%	27,35%
Quantidade de Docentes	389	371	419
Total de Docentes Pagos com Recursos do FUNDEB	304	356	404
Total de Gastos com Pagamento de Docentes do FUNDEB	5.579.892,43	6.981.457,61	7.564.000,00
Total de Servidores na Educação	503	466	531

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças, 2013.

O recurso previsto pela Constituição Federal, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que estabelece que anualmente a União aplicará nunca menos do que 18%, e os Estados, Distrito Federal e os Municípios 25% da receita resultante de impostos para manutenção e desenvolvimento do ensino, não envolve os recursos para a merenda escolar.

Em Marechal Cândido Rondon, diariamente são servidas cerca de 7.480 refeições com repasses de recursos do Governo Federal. Além deste repasse federal, o Município faz a complementação financeira dos recursos para a alimentação escolar, pois o recurso federal não é suficiente para a implementação do Programa, como mostram os dados da tabela a seguir.

Tabela 9.2. Gastos com merenda escolar, 2010 – 2012

Ano	Valor Total	Repasse Federal	% Investido pela Prefeitura	Custo Aluno
2010	393.807,41	288.300,00	27%	184,40
2011	485.053,97	284.220,00	41%	296,51
2012 (*)	417.975,64	308.040,00	26%	207,56

Fonte: Prestação de Contas PNAE.
(*) Previsão.

A compra e a gestão descentralizada da alimentação escolar se constitui em um importante fator na medida em que as aquisições feitas de produtores e empresários locais proporcionam a geração de trabalho e renda.

A promoção de hábitos alimentares saudáveis é um dos grandes desafios da Secretaria Municipal de Educação. Para tanto, a partir de 2009, houve um aumento na frequência do fornecimento de alimentos "in natura" nos cardápios, como frutas, hortaliças, filé de peixe e frango.

Também foram implementadas as hortas escolares em 14 escolas (Escola Municipal Ana Paula, Escola Municipal Antônio Rockenbach, Escola Municipal Bento Munhoz da Rocha Neto, Escola Municipal Criança Feliz, Escola Municipal Jean Piaget, Escola Municipal 25 de Março, Escola Municipal Waldomiro Liessen, Escola Rural Municipal Almirante Barroso, Escola Municipal Costa e Silva, Escola Municipal Floriano Peixoto, Escola Municipal Julia Wanderley, Escola Municipal São João Batista, Escola Municipal São Roque) e em três CMEI's (CMEI Pequeno Polegar, CMEI Vila Gaúcha, CMEI 24 de Maio).

No entanto, ressalta-se a dificuldade na manutenção destas hortas escolares em virtude de não ter nas escolas pessoa específica para a execução das tarefas necessárias. Essa demanda de mão de obra faz com que, em determinados períodos do ano, a horta tenha um aspecto de abandono.

Com relação às boas práticas na manipulação dos alimentos, as atividades da nutricionista envolvem treinamento especializado de pessoal, tanto de forma pró-ativa quanto reativa, atendendo a demandas das instituições de ensino atendidas. São ofertados cursos periódicos para formar e aperfeiçoar os profissionais envolvidos com o Programa de Alimentação Escolar, visando garantir a produção de alimentos seguros e fornecer subsídios técnicos aos responsáveis pelo controle da alimentação.

Quanto ao transporte escolar, o Município conta com 2.546 alunos cadastrados no Programa do Transporte Escolar.

Do total de nove ônibus que compõem a frota própria, quatro são utilizados para o Transporte Escolar, dois para atender aos projetos e os outros três começarão a rodar após a Licitação de 2013. Além destes, 38 veículos (22 ônibus, uma van, 15 kombis) compõem a frota locada.

Diariamente, a frota escolar percorre um total de 949.800 quilômetros, transportando mais de dois mil alunos.

Tabela 9.3. Alunos transportados ao ano, segundo a dependência administrativa, 2011 – 2012

Ano	Rede Municipal	Rede Estadual	Outros	Total
2010	676	1.348	32	2.056
2011	729	1.414	44	2.187
2012	702	1.550	57	2.309

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2013.

Tabela 9.4. Valores da composição dos recursos anuais com transporte escolar, 2010 – 2012

Ano	Próprios	Estaduais	Quota Salário Educação	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Total
2010	764.539,45	142.767,63	400.000,00	137.301,91	1.444.608,99
2011	963.228,63	296.489,48	330.000,00	124.000,00	1.713.718,11
2012*	1.170.633,03	297.004,73	212.987,52	184.193,85	1.864.819,13

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2013.
(*) Previsão.

As principais conquistas se efetivaram através do PAR (Plano de Ações Articuladas), como aquisição de ônibus, mobiliário escolar, equipamentos de climatização (ar condicionado), construção de unidades de Educação Infantil, instalação de laboratórios de informática e distribuição de projetores do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO).

Com recursos próprios foram construídas salas de aula, realizadas reformas e ampliações em cozinhas, reforma de telhados e reforma de rede elétrica e hidráulica, a partir de diagnóstico emergencial.

O principal problema está no percentual (25%) destinado à Educação. Não é suficiente para atender a demanda existente.

Outro problema relaciona-se ao repasse do FUNDEB que teoricamente seria utilizado 60% para a folha de pagamento e 40% para a manutenção do ensino, no entanto, é utilizado integralmente para a folha e ainda não é suficiente.

Para que a administração municipal possa garantir qualidade no seu atendimento algumas ações são elencadas como prioritárias e necessárias, tais como:

- Construir unidade escolar de Educação Infantil na região do Bairro Botafogo ou reformar, adequar e ampliar o CMEI Pequeno Polegar;
- Construir unidade escolar de Ensino Fundamental na região do Bairro São Lucas;
- Construir unidade escolar estadual e outra municipal na região do Bairro Vila Gaúcha;
- Construir bibliotecas nas escolas;
- Construir salas de aulas visando a ampliação das escolas (exceto nas Escolas Criança Feliz e Antônio Rockenbach);
- Construir quadras esportivas e/ou cobertura de quadras esportivas nas escolas da rede municipal;
- Construir área coberta nos CMEI's para recreação;
- Revitalizar, reformar e adequar a Escola Municipal 25 de Julho após o início do funcionamento da Escola Estadual Monteiro Lobato em prédio próprio;
- Adequar os espaços escolares, considerando a necessidade de acessibilidade arquitetônica, em todas as escolas e CMEI's da rede municipal de ensino;
- Adquirir, por meio de Assistência Financeira do FNDE/MEC (do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Ministério da Educação e Cultura), mobiliários e

equipamentos diversos (equipamentos para a climatização, projetor multimídia) para as instituições de ensino da rede municipal de ensino;

- Adquirir, por meio de Assistência Financeira do FNDE/MEC, veículo apropriado para o transporte escolar terrestre;
- Adquirir, por meio de assistência financeira do FNDE/MEC, instrumentos musicais e eletrônicos de áudio e vídeo destinados às atividades de banda fanfarra, rádio escolar, hip hop, cineclube e vídeo nas escolas públicas;
- Implementar políticas para a formação continuada de professores que atuam na Educação Infantil;
- Incluir os profissionais técnicos administrativos e de serviços gerais, que atuam nas escolas, no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal;
- Implementar políticas para a formação continuada de professores, que visem à melhoria da qualidade de aprendizagem de todos os componentes curriculares, nos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental, incluindo professores da Educação de Jovens e Adultos, professores que atuam na Educação Especial ou no atendimento educacional especializado e nas escolas do campo;
- Implementar políticas para a formação continuada de professores para cumprimento das Leis 9.795/99, 10.639/03, 11.525/07 e 11.645/08;
- Viabilizar a participação de gestores, equipes pedagógicas, profissionais de serviços e apoio escolar em programas de formação específica e em programas de formação para a educação inclusiva;
- Implantar e organizar o ensino obrigatório dos quatro aos 17 anos, atendendo a Emenda Constitucional nº 59/2009;
- Implementar educação em tempo integral voltada para o atendimento gradual das escolas da rede municipal de ensino, com atividades que ampliem a jornada escolar do estudante para, no mínimo, sete horas diárias nos cinco dias por semana;
- Identificar e superar as causas de abandono e de evasão escolar;
- Atender a demanda de Educação de Jovens e Adultos;
- Dar continuidade à proposta curricular da rede municipal de ensino;
- Continuar organizando e orientando o processo de escolha do livro didático de modo a propiciar momentos de reflexão coletiva e democrática entre os participantes, em todas as escolas da rede;
- Orientar e acompanhar a utilização de metodologias específicas para alfabetizar, com êxito, as crianças até os oito anos de idade, aliando um ensino sistemático da notação alfabética com a vivência cotidiana de práticas letradas, conforme princípios do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa;
- Implementar programas de incentivo à leitura, para o professor e o aluno, incluindo a Educação de Jovens e Adultos;
- Incentivar e dar condições para a realização de práticas pedagógicas fora do espaço escolar (atividades culturais, como visitas a museus, cinema, teatro, exposições, entre outras; atividades de educação ambiental, como passeios ecológicos, visitas à estação de tratamento de água e esgoto, lixão, entre outras; atividades de integração com a comunidade do entorno);

- Oferecer assistência individual e/ou coletiva aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem (paralela ou em turno complementar);
- Implantar salas de recursos multifuncionais para o atendimento educacional especializado (AEE) nas escolas;
- Possibilitar que o acervo de livros na biblioteca de cada escola da rede contemple, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, em cumprimento à Lei 12.244/2010, ou mais livros;
- Possibilitar que as escolas da rede tenham materiais pedagógicos diversos (mapas, jogos, brinquedos), em quantidades adequadas e acessíveis, para atender aos alunos e professores, incluindo materiais para cumprir a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica (Lei 11.769/2008) e desenvolver atividades culturais;
- Possibilitar que as escolas da rede tenham equipamentos e materiais esportivos de qualidade, acessíveis, em quantidade suficiente para o desenvolvimento de práticas desportivas;
- Ofertar materiais didáticos e pedagógicos diversos para a Educação de Jovens e Adultos oferecida na rede;
- Incentivar os diferentes segmentos da sociedade e da comunidade escolar a participar do Conselho Municipal de Educação (CME), do Conselho da Alimentação Escolar (CAE), do Conselho do FUNDEB e demais Conselhos/Comissões;
- Implantar conselhos escolares com participação efetiva de todos os segmentos, eleitos democraticamente;
- Definir critérios para a escolha da direção das escolas, considerando experiência educacional, mérito e desempenho;
- Observar a relação matrícula/professor, evitando prejuízos ao aprendizado dos alunos, garantindo boas condições de trabalho ao professor e suprindo as necessidades pedagógicas das diversas faixas etárias;
- Garantir o pagamento do Piso Salarial Nacional do professor como vencimento básico da carreira.

9.2 Gestão da Educação Pública Municipal

9.2.1 Estrutura do Órgão Municipal de Educação

A Secretaria Municipal de Educação de Marechal Cândido Rondon, melhor conhecida por seu acrônimo SMED, é um órgão da administração municipal responsável pela formulação e implementação da política pública de educação do Município.

O titular da pasta trabalha em conjunto com o diretor, que, por sua vez, tem à sua disposição funcionários da chefia e da equipe pedagógica. A ela estão subordinados órgãos como a Diretoria Pedagógica e Projetos Educacionais, Diretoria de Documentação Escolar e Profissional e Diretoria Financeira.

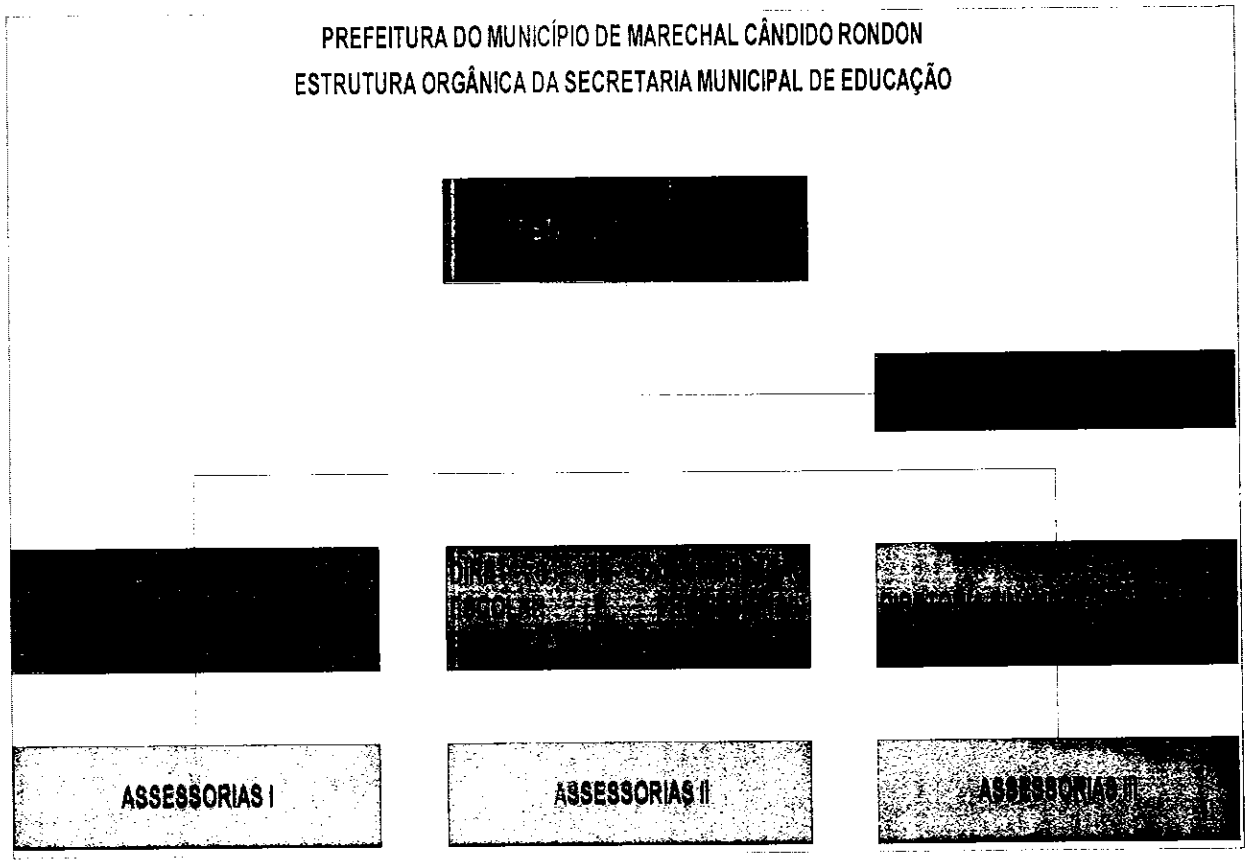


Figura 16. Organograma da Secretaria Municipal de Educação.
Fonte: Prefeitura Municipal, 2013.

Assessorias I: Língua Portuguesa (1); Matemática (1); Projetos: Educação Ambiental, Artes, Ensino Religioso e Inglês (1); Educação Física (1); História e Geografia (1); Educação Infantil (1); Educação de Jovens e Adultos (1); Assessoria de Bibliotecas (1); Educação à Distância (1); Assessoria NTM - Núcleo Tecnológico Municipal - PROINFO (1). Total: 10 pessoas.

Assessorias II: Assessoras de Documentação Escolar e Profissional (1) e Assessora do Histórico Municipal (1). Total: duas pessoas.

Assessorias III: Assessoria do Transporte Escolar (2); Assessoria de Alimentação (2). Total: quatro pessoas.

O gabinete do dirigente da educação articula suas funções com o CME instituído em 2012, por meio da Lei Municipal nº 4.436, de 26 de abril de 2013.

Compõem este conselho membros representativos do Poder Executivo Municipal, dos Profissionais da Educação dos Estabelecimentos Públicos Municipais de Ensino Fundamental, dos Profissionais da Educação Pública Municipal de Educação Infantil, da Educação Básica das instituições públicas estaduais, das Instituições privadas que ofertam a Educação Infantil, das instituições de Educação Superior, das Associações de Pais e Mestres das Escolas (APM), das Associações de Pais, Mestres, Amigos e Servidores (APAS) dos Centros Municipais de Educação Infantil.

9.2.2 Organização da Rede Municipal de Ensino

A rede municipal de ensino é formada por dezessete escolas e cinco CMEI's (o sexto CMEI iniciou suas atividades em abril de 2013 e seus dados não estão contabilizados nas estatísticas gerais deste documento) com cerca de 316 docentes e 61 profissionais de suporte pedagógico.

Essa estrutura atende em torno de 4.085 alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, além das modalidades de ensino (Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos) nos períodos matutino e vespertino.

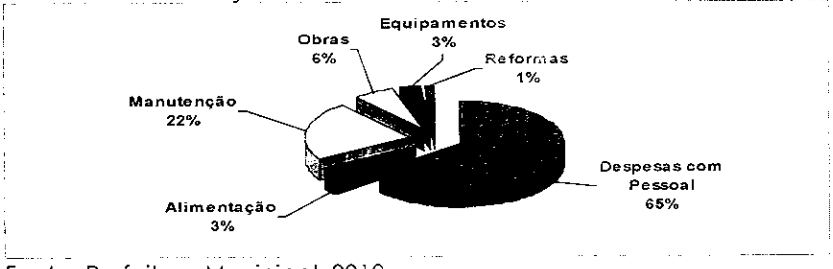
Em 2011, a SMED implantou uma proposta de educação integral na Escola Municipal Antônio Rockenbach, através do Programa Mais Educação. Inicialmente foram atendidas 60 crianças no turno inverso, sendo 30 no período matutino e 30 no período vespertino, com atividades que complementam a educação, promovidas por professores da própria rede e por monitores externos.

A educação em tempo integral é um projeto piloto que deverá ser estendido, gradativamente, às demais escolas da rede. Ponto prioritário para a Secretaria, as atividades no turno inverso contemplarão todas as escolas de Ensino Fundamental regulares.

9.2.3 Orçamento do Órgão Municipal de Educação

O orçamento da educação em 2012 foi de R$ 21.198.999,79, distribuído da seguinte forma:

Gráfico 9.1. Orçamento do setor educacional em 2012 (em %)



Fonte: Prefeitura Municipal, 2012.

9.2.4 Projetos em andamento

Proposta de Atuação Escolar – Prevenção da Doença e Promoção da Saúde Auditiva

- Objetivos: proporcionar aos alunos o conhecimento e a conscientização das questões auditivas: funcionamento, anatomia básica, higiene, alterações auditivas, ruídos; aprimorar os conhecimentos dos professores à respeito da audição; mostrar direções para solucionar/amenizar problemas de ordem auditiva que venham interferir no aprendizado do aluno; explanar aos professores métodos para identificar crianças com distúrbios auditivos; fazer um levantamento dos casos suspeitos de deficiência auditiva.
- Público Alvo: Alunos e equipe escolar.
- Número de pessoas envolvidas: em média 90 pessoas (no 2° semestre de 2012).
- Responsável pelo projeto: Fonoaudiólogo Fagner Michel Mallmann.

Grupo de Apoio Psicológico para Professores

- Objetivos: oferecer espaço de diálogo entre os profissionais; oportunizar encontros entre os professores fora do contexto da sala de aula; facilitar a comunicação entre os professores; promover saúde mental e bem estar.
- Público alvo: Professores e educadores infantis da rede municipal de ensino.
- Número de pessoas envolvidas: 383 (convidados a participar) e dois na organização do projeto.
- Responsáveis pelo projeto: Débora Stela (psicóloga) e Miguela Andresa Hanke Ohse.

Empresa na Comunidade

- Objetivo: oferecer informações sobre a mandioca como uma cultura rentável e economicamente viável, a utilização da fécula e amido nos inúmeros produtos que consumimos diariamente, bem como seu valor nutritivo, além de focar também na proteção do meio ambiente.
- Público alvo: Professores e alunos do 5° ano.
- Número de pessoas envolvidas: 435.
- Responsáveis pelo projeto: Parcerias - Agrícola Horizonte e Secretaria Municipal de Educação.

Programa COOPERJOVEM

- Objetivo: fomentar o cooperativismo por meio da escola a partir da inserção de uma proposta educacional, baseada na relação ensino-aprendizagem, construída a partir dos princípios, valores e da prática da cooperação que embasam a doutrina do cooperativismo.
- Público alvo: Professores e alunos do 4° ano.
- Número de pessoas envolvidas: 590.
- Responsáveis pelo projeto: Parcerias – Copagril e Secretaria Municipal de Educação.

Assessoria Pedagógica nas Escolas

- Objetivo: oferecer suporte e atender as necessidades dos professores e alunos, proporcionando encontros para ouvir, sugerir, trocar ideias, experiências e estimular a busca por novos desafios para solucionar os problemas e assim contribuir com a melhoria da prática docente na formação dos alunos.
- Público alvo: Professores e alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental das escolas municipais
- Número de pessoas envolvidas: 3.554.
- Responsável pelo projeto: Secretaria Municipal de Educação – Assessoria Pedagógica.

Jogos Infantis

- Objetivo: proporcionar o desenvolvimento de alunos de escolas da rede municipal e particular em diferentes atividades esportivas, recreativas e cooperativas, respeitando regras, adotando atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade, sem discriminação, fazendo com que esta data se transforme num dia de lazer e divertimento, com atividades diferenciadas das realizadas no cotidiano escolar.
- Público alvo: Alunos do 1° ao 5° ano da rede municipal e privada.
- Número de pessoas envolvidas: 3.400.
- Responsável pelo projeto: SMED – Assessoria Pedagógica.

Boletim de Acompanhamento da Família - BAF

- Objetivo: oportunizar uma ação desafiadora aos pais e responsáveis, educadores e alunos através do processo socioeducativo, proporcionando orientação e apoio sociofamiliar para prevenir que grande parte de crianças e adolescentes do município de Marechal Cândido Rondon fiquem expostas às chamadas situações de risco pessoal e social.
- Público alvo: Alunos 4° e 5° anos.
- Número de pessoas envolvidas: 1.150.
- Responsável pelo projeto: Parceria – Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação.

Projeto Sem Fronteiras

- Objetivo: trabalhar os conteúdos de forma interdisciplinar através de aplicativos instalados nos computadores do laboratório de informática.
- Público alvo: Alunos de Educação Infantil e Ensino Fundamental.
- Número de pessoas envolvidas: 1.346.
- Responsável pelo projeto: Secretaria Municipal de Educação.

Programa de Aplicação Tópica de Bochecho com Flúor

- Objetivo: prevenção de cáries (higiene bucal).
- Público alvo: Alunos do Ensino Fundamental.
- Número de pessoas envolvidas: 9.570.
- Responsável pelo projeto: Parceria – Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação.

Acompanhamento da Frequência Escolar do Programa Bolsa Família

- Objetivo: na educação, a condicionalidade efetiva-se através do acompanhamento da frequência escolar dos alunos oriundos das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.
- Público alvo: Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos.
- Número de pessoas envolvidas: 1.073.
- Responsáveis pelo projeto: Parceria com o Ministério de Educação e Cultura, Ministério da Saúde e Secretaria Municipal de Educação.

Pacto Nacional Pela Alfabetização Na Idade Certa - PNAIC

- Objetivo: compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3° ano do Ensino Fundamental. Realizar curso de formação para os professores que lecionam em turmas do 1°, 2° e 3° ano e/ou multisseriadas que possuem alunos desses anos.
- Público alvo: Professores e alunos das classes de alfabetização.
- Número de pessoas envolvidas: um Coordenador Local; três Orientadores de Estudo; 64 Professores Alfabetizadores e 1417 Alunos.
- Responsável pelo projeto: Governo Federal em parceria com a Secretaria Municipal de Educação.

Viagem de Estudos - Conhecendo o Município

- Objetivo: oportunidade de ampliar os conhecimentos teóricos sobre o município em que mora, vivenciar na prática e observar as diversas transformações que ocorreram em nosso espaço geográfico ao longo do tempo, percebendo o todo cultural, a articulação entre presente, passado e futuro, quanto a paisagem, relevo, indústrias,

pontos turísticos, meios de comunicação e poderes constituídos, compreendendo-se como parte integrante e atuante no desenvolvimento do município em que vivemos.
- Público alvo: Alunos do 4° ano.
- Número de pessoas envolvidas: 590.
- Responsáveis pelo projeto: SMED – Assessoria Pedagógica.

Televisando O Futuro: cidadania – direitos e deveres
- Objetivo: incentivar a produção textual, artística e pedagógica de estudantes e professores.
- Público alvo: Alunos do 1° ao 5° ano do Ensino Fundamental.
- Número de pessoas envolvidas: 1.722.
- Responsáveis pelo projeto: RPC TV, Instituto GRPCOM em parceria com a Secretaria Municipal de Educação.

Desenvolvendo Potencialidades
- Objetivo: a inclusão social, a democratização de acesso à cultura musical, assim como reduzir o tempo ocioso dos alunos, mantendo-os longe das ruas e consequentemente, ao perigo das drogas.
- Público alvo: Alunos do 3° ao 5° do Ensino Fundamental.
- Número de pessoas envolvidas: 183.
- Responsáveis pelo projeto: ABEC – Associação Beneficente Cristo em parceria com a Secretaria Municipal de Educação.

Estudando Valores com a Bíblia
- Objetivo: fazer com que o aluno "aprenda a ser" e faça do aprendizado de vida, o que é chamado como ser humano, a melhor forma de ser, constituída de relações interpessoais vivida como prática de valores, resgatando os valores humanos e religiosos que vem sendo esquecidos pela escola, pela família, pela sociedade e pelo ser humano.
- Público alvo: Alunos do 1° ao 5° ano do Ensino Fundamental.
- Número de pessoas envolvidas: 3.352.
- Responsáveis pelo projeto: Sociedade Bíblica do Brasil em parceria com a Secretaria Municipal de Educação.

Assessoria Pedagógica nos CMEI`S
- Objetivo: oferecer suporte para o aprimoramento e a reflexão conjuntas do trabalho do educador, contribuindo e proporcionando momentos de mediação da qualificação do trabalho e das formas de encaminhamento. Como também diagnosticar junto com o educador as suas conquistas, seus problemas, trocar experiências e estimular a buscar novos desafios para solucionar os problemas.
- Público Alvo: Professores e alunos dos CMEI´S.
- Número de pessoas envolvidas: 971.
- Responsáveis pelo projeto: Secretaria Municipal de Educação – Assessoria Pedagógica.

Assessoria Pedagógica na EJA Fase I
- Objetivo: promover a atuação conjunta dos profissionais da escola fornecendo subsídios ao corpo docente na implementação de seus projetos e no desenvolvimento do seu trabalho e acompanhar o processo de ensino-aprendizagem atuando junto ao corpo docente e alunos no sentido de analisar os resultados da aprendizagem com vistas a sua melhoria.

- Público Alvo: Professores e alunos da EJA Fase I.
- Número de pessoas envolvidas: 111.
- Responsáveis pelo projeto: Secretaria Municipal de Educação – Assessoria Pedagógica.

Programa Agrinho
- Objetivo: contribuir com o processo de mudanças de atitudes nas crianças e jovens do ensino público fundamental, visando despertar o interesse pelos temas: meio ambiente, cidadania, saúde e educação através de uma pedagogia baseada na pesquisa e na interdisciplinaridade.
- Público alvo: Professores e alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental das escolas municipais.
- Número de pessoas envolvidas: 3.554.
- Responsáveis pelo projeto: Parcerias – SENAR-PR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Paraná), FAEP (Federação da Agricultura do Estado do Paraná), Secretarias de Estado, Prefeitura, Secretaria Municipal de Educação.

Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos
- Título: Formação Inicial e Continuada em Pesca.
- Objetivo: inserir na vida social e certificar os alunos que não concluíram o Ensino Fundamental Fase I (anos iniciais) e profissionalizar os alunos na área da aquicultura.
- Público Alvo: Professores e alunos do PROEJA.
- Número de pessoas envolvidas: 26
- Responsáveis pelo projeto: Parceria o Instituto Federal do Paraná – Campus de Foz do Iguaçu e Secretaria Municipal de Educação – Assessoria Pedagógica.

Alimentação Nota 10
- Objetivo: desenvolver atividades de Educação Nutricional, Capacitação de profissionais envolvidos na Alimentação Escolar (Produtores rurais e merendeiras), Implantação de Processos gerenciais de produção.
- Público Alvo: professores, coordenadores, diretores, merendeiras e alunos das Escolas e CMEI´S, além de produtores rurais, técnicos do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) e Associação Central dos Produtores Rurais Ecológicos (ACEMPRE).
- Pessoas envolvidas: nutricionistas da alimentação escolar, diretores, coordenadores, professores, merendeiras, alunos de escolas e CMEI´s, técnicos do CAPA e da ACEMPRE.
- Número de pessoas atendidas: todos os alunos das Escolas e CMEI´S (Módulo Educação Nutricional) – aproximadamente 4.100 crianças, 48 Merendeiras (Módulo Valorização Profissional) e 28 Produtores Rurais.
- Responsáveis pelo projeto: Nutricionistas Jaciara Reis Nogueira e Elly Ana Pootz e professor Sebastião Alves.

Formação de Multiplicadores em Educação Nutricional
- Objetivo: capacitar para o ensino da Educação Nutricional e para o desenvolvimento de projetos nas instituições de ensino.
- Público Alvo: Professores, coordenadores, diretores e merendeiras das Escolas e CMEI'S.
- Pessoas envolvidas: Nutricionistas da alimentação escolar, diretores, coordenadores, professores, merendeiras e alunos de escolas e CMEI´s.
- Número de pessoas atendidas: 21 Profissionais (Professores, coordenadores,

merendeiras).
- Responsáveis pelo projeto: Nutricionistas Jaciara Reis Nogueira e Elly Ana Pootz.

Horta é Mais Saúde

- Objetivo: possibilitar a utilização da horta escolar no processo de educação nutricional e como ferramenta pedagógica nas escolas e CMEI´s.
- Público Alvo: Alunos das Escolas e CMEI´s.
- Pessoas envolvidas: Nutricionistas da alimentação escolar, diretores, coordenadores, professores, merendeiras e alunos de escolas e CMEI´s.
- Número de pessoas atendidas: 2026 alunos das escolas e 363 alunos de CMEIs.
- Responsáveis pelo projeto: Nutricionistas Jaciara Reis Nogueira e Elly Ana Pootz.

Peixe na Merenda Escolar

- Objetivo: possibilitar às crianças o acesso da proteína do peixe e fortalecimento da agricultura familiar (piscicultura).
- Público Alvo: Todos os alunos das Escolas e CMEI´s.
- Pessoas envolvidas: Nutricionistas da alimentação escolar, professores e alunos da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Secretaria de Educação do Município, diretores e merendeiras de escolas e CMEI´s.
- Número de pessoas atendidas: aproximadamente 4.100 alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Município.
- Responsáveis pelo projeto: Professora Dra. Adriana Maria De Grandi e a Nutricionista Jaciara Reis Nogueira.

9.2.5 Programas Suplementares

Programa Nacional do Livro Didático – PNLD: o Programa é executado em ciclos trienais alternados e tem por objetivo prover as escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio com livros didáticos e acervos de obras literárias, obras complementares e dicionários. Ao que se refere à rede municipal de ensino, são atendidos alunos do 1° ao 5° ano do Ensino Fundamental.

Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE: o PNAE, implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Na rede municipal de ensino são atendidos os alunos matriculados nos Centros Municipais de Educação Infantil e nas Escolas Municipais (Creche, Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Educação de Jovens e Adultos).

Conforme o art. 3° da Resolução n° 26, de 17 de junho de 2013, o PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE: o Programa foi instituído pela Lei n° 10.880, de 9 de junho de 2004, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do Ensino Fundamental público

residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios.

Programa Caminho da Escola: criado pela Resolução nº 3, de 28 de março de 2007, o Programa tem como o objetivo renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar, ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. O programa também visa à padronização dos veículos de transporte escolar, à redução dos preços dos veículos e ao aumento da transparência nessas aquisições. Existem três formas para estados e municípios participarem do Caminho da Escola: com recursos próprios, bastando aderir ao pregão; via convênio firmado com o FNDE; ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO): fornecimento de Laboratórios de Informática para as escolas da rede municipal de ensino.

Programa Banda Larga nas Escolas: fornecimento de internet para as escolas com Laboratórios PROINFO.

Programa Mais Educação: o programa é operacionalizado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB), por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), do FNDE, para as escolas dos territórios prioritários. As atividades fomentadas são organizadas nos respectivos macrocampos: acompanhamento Pedagógico; Educação Ambiental; Esporte e Lazer; Direitos Humanos em Educação; Cultura e Artes; Cultura Digital; Promoção da Saúde; Comunicação e uso de Mídias; Investigação no Campo das Ciências da Natureza e Educação Econômica. Em Marechal Cândido Rondon o Programa está em funcionamento na Escola Municipal Antônio Rockenbach, onde são atendidas duas turmas de 30 alunos.

Programa Escola Acessível: objetiva promover a acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes o direito de compartilharem os espaços comuns de aprendizagem, por meio da acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e às comunicações e informações. O Programa disponibiliza recursos por meio do PDDE, às escolas contempladas pelo Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. No âmbito deste programa são financiáveis as seguintes ações: adequação arquitetônica: rampas, sanitários, vias de acesso, instalação de corrimão e de sinalização visual, tátil e sonora; aquisição de cadeiras de rodas, recursos de tecnologia assistiva, bebedouros e mobiliários acessíveis.

9.2.6 Tecnologias Educacionais

Os laboratórios instalados nas escolas municipais fazem parte do PROINFO. Todos têm acesso à internet – Programa Banda Larga nas Escolas.

Os professores acompanham as suas turmas no Laboratório e são responsáveis pela condução e orientação das atividades. Estes professores recebem formação e

capacitação ofertada pela Secretaria Municipal de Educação no Núcleo Tecnológico Municipal (NTM) instalado na Escola Municipal Bento Munhoz da Rocha Neto.

Não há aulas específicas de informática. Os professores de turma usam o Laboratório como ferramenta pedagógica para complementar suas aulas.

Além dos alunos, toda a comunidade escolar tem acesso a esses laboratórios por meio de agendamentos organizados em cada escola.

O acesso ao laboratório é liberado mediante solicitação e autorização da direção da escola.

Além do NTM, o Município dispõe de um telecentro instalado junto ao CEMEP.

Tabela 9.5. Laboratórios de Informática, 2012

(continua)

Instituição de Ensino	Número de computadores	Número de alunos atendidos
Escola Municipal 25 de Julho	5	150
Escola Municipal 25 de Março	24	245
Escola Municipal Ana Paula	19	112
Escola Municipal Antônio Rockenbach	18	335
Escola Municipal Bento Munhoz da Rocha Neto	38	266

Tabela 9.5. Laboratórios de Informática, 2012

(encerra)

Instituição de Ensino	Número de computadores	Número de alunos atendidos
Escola Municipal Comandante Luiz Augusto de Moraes Rego	17	141
Escola Municipal Costa e Silva	17	156
Escola Municipal Criança Feliz	17	435
Escola Municipal Érico Veríssimo	17	319
Escola Municipal Floriano Peixoto	19	86
Escola Municipal Jean Piaget	18	282
Escola Municipal Professor Osvino Carlos Weirich	19	248
Escola Municipal Professora Julia Wanderley	5	61
Escola Municipal São João Batista	19	41
Escola Municipal São Roque	5	43
Escola Municipal Waldomiro Liessen	18	262
Escola Rural Municipal Almirante Barroso	5	30

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2013.

9.2.7 Diretrizes do Plano de Metas "Compromisso Todos Pela Educação"

Dentre as 28 Diretrizes do Plano de Metas "Compromisso Todos Pela Educação", o Município tem conseguido alcançar efetivamente em torno de 96% das metas. A diretriz que ainda não foi alcançada na sua totalidade pela rede municipal de ensino é que trata da implementação de conselhos escolares.

IV - METAS E ESTRATÉGIAS

As metas apresentadas a seguir são as metas propostas no novo Plano Nacional de Educação, porém, as estratégias são baseadas no diagnóstico da realidade do município de Marechal Cândido Rondon.

META 1: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até o final da vigência do PNE, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos.

ESTRATÉGIAS:

1.1) Realizar periodicamente levantamento da demanda por Educação Infantil como forma de planejar e verificar o atendimento da demanda manifesta.

1.2) Ampliar a oferta de matrículas na Educação Infantil Pública de zero a cinco anos por meio da construção de novas instituições e/ou ampliação das já existentes, com base nas vagas registradas nas listas de espera de cada CMEI e no diagnóstico da demanda manifesta. *

1.3) Construir instituição de Educação Infantil na região do Bairro Botafogo ou reformar, adequar e ampliar o CMEI Pequeno Polegar.

1.4) Definir, em conjunto com a Secretaria de Viação, Obras e Serviços Públicos e Secretaria de Educação, critérios de infraestrutura para construção e ampliação de prédios escolares com base nos Parâmetros Nacionais de Infraestrutura do MEC.

1.5) Construir área coberta nos CMEI's para recreação.

1.6) Firmar parceira com a União para participar do programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para a rede escolar pública de Educação Infantil, voltado à expansão e à melhoria da rede física de creches e pré-escolas públicas.

1.7) Adquirir, por meio de Assistência Financeira do FNDE/MEC, mobiliários e equipamentos diversos (equipamentos para a climatização, projetor multimídia) para os CMEI's.

1.8) Avaliar a Educação Infantil com base em instrumentos nacionais, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal e os recursos pedagógicos e de acessibilidade empregados na creche e na pré-escola. ***

1.9) Manter programa de formação continuada de profissionais do magistério para a Educação Infantil. ***

1.10) Manter o atendimento das crianças do campo na Educação Infantil de acordo com as especificidades das comunidades rurais.

1.11) Estimular o acesso à creche e à pré-escola e a oferta do atendimento educacional especializado complementar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a transversalidade da Educação Especial na Educação Infantil.

META 2: Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos.

ESTRATÉGIAS:

2.1) Construir instituições de Ensino Fundamental na região do Bairro São Lucas e na região do Bairro Vila Gaúcha.

2.2) Construir salas de aulas visando a ampliação das escolas da rede municipal de ensino (exceto nas Escolas Criança Feliz e Antônio Rockenbach).

2.3) Construir bibliotecas e quadras esportivas e/ou cobertura de quadras esportivas nas escolas da rede municipal de ensino.

2.4) Revitalizar, reformar e adequar a Escola Municipal 25 de Julho.

2.5) Adequar os espaços escolares, considerando a necessidade de acessibilidade arquitetônica, em todas as escolas da rede municipal de ensino.

2.6) Adquirir, por meio de Assistência Financeira do FNDE/MEC, mobiliários e equipamentos diversos (equipamentos para a climatização, projetor multimídia) para as instituições de ensino da rede municipal de ensino.

2.7) Adquirir, por meio de Assistência Financeira do FNDE/MEC, veículo apropriado para o transporte escolar.

2.8) Adquirir, por meio de assistência financeira do FNDE/MEC, instrumentos musicais e eletrônicos de áudio e vídeo destinados às atividades de banda, fanfarra, rádio escolar, cineclube e vídeo nas escolas da rede municipal de ensino.

2.9) Organizar e implantar o ensino obrigatório dos quatro aos dezessete anos, atendendo a Emenda Constitucional nº 59/2009.

2.10) Criar mecanismos para o acompanhamento individual de cada estudante do Ensino Fundamental, visando a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem. ***

2.11) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência na escola por parte dos beneficiários de programas de transferência de renda, identificando motivos de ausência e baixa frequência e garantir, em regime de colaboração, a frequência e o apoio à aprendizagem. **

2.12) Identificar e superar as causas de abandono e de evasão escolar e promover a busca ativa de crianças fora da escola, em parceria com as áreas de educação, assistência social, saúde e Conselho Tutelar.

2.13) Assegurar a renovação e padronização da frota de veículos escolares, de forma a garantir o transporte intracampo e reduzir o tempo máximo dos estudantes em deslocamento a partir de suas realidades. */**

2.14) Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades.

2.15) Assegurar o desenvolvimento de projetos e atividades que visem estimular o gosto pela leitura e escrita. ***

2.16) Implementar programas de incentivo à leitura, para o professor e o aluno, incluindo a Educação de Jovens e Adultos. ***

2.17) Universalizar o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e aumentar a relação computadores/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação. ***

2.18) Assegurar periodicamente a atualização das propostas pedagógicas das instituições de ensino, em observância das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e legislação vigente. ***

2.19) Continuar organizando e orientando o processo de escolha do livro didático de modo a propiciar momentos de reflexão coletiva e democrática entre os participantes, em todas as escolas da rede municipal de ensino.

2.20) Garantir programa de formação continuada aos profissionais do Ensino Fundamental por meio de cursos, grupos de estudos, semanas pedagógicas, seminários, encontros, nas várias áreas do conhecimento. ***

2.21) Suprir todas as instituições de ensino com profissionais capacitados para a manutenção e desenvolvimento das bibliotecas e laboratórios de informática, prevendo horários regulares de frequência dos alunos a esses espaços. ***

META 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final da vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%, nesta faixa etária.

ESTRATÉGIAS:

3.1) Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do Ensino Fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do estudante com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade. ***

3.2) Incentivar e apoiar a participação dos alunos no Exame Nacional do Ensino Médio como critério de acesso à Educação Superior.

3.3) Apoiar a expansão das matrículas de Ensino Médio integrado à Educação Profissional, observando-se as peculiaridades das populações atendidas.

3.4) Incentivar a expansão da oferta de matrículas gratuitas de Educação Profissional técnica de nível médio por parte das entidades privadas de formação profissional.

3.5) Estimular a expansão do estágio para estudantes da Educação Profissional técnica de nível médio e do Ensino Médio regular, visando ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento do estuaante para a vida cidadã e para o trabalho.

3.6) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência na escola por parte dos beneficiários de programas de assistência social e transferência de renda, identificando motivos de ausência e baixa frequência e garantir, em regime de colaboração, a frequência e o apoio à aprendizagem. ***

3.7) Promover a busca ativa da população de 15 a 17 anos fora da escola, em parceria com as áreas da educação assistência social, saúde e Conselho Tutelar.

3.8) Apoiar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e

discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.

3.9) Fomentar programas de Educação de Jovens e Adultos para a população na faixa etária de 15 a 17 anos, com qualificação social e profissional para jovens que estejam fora da escola e com defasagem idade-série. **

3.10) Estimular o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade de forma a aumentar a relação computadores/estudante nas escolas da rede pública de educação básica. ***

3.11) Incentivar o redimensionamento da oferta de Ensino Médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de Ensino Médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes.

META 4: Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.

ESTRATÉGIAS:

4.1) Incentivar o redimensionamento da oferta de Ensino Médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de Ensino Médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes.

4.2) Assegurar a implantação de salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado complementar. ***

4.3) Implantar salas de recursos multifuncionais para o atendimento educacional especializado (AEE) nas escolas. ***

4.4) Ampliar a oferta do atendimento educacional especializado complementar aos estudantes matriculados na rede pública de ensino regular. ***

4.5) Oferecer assistência individual e/ou coletiva aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem (paralela ou em turno complementar). ***

4.6) Firmar parceira com a União para participar do programa nacional de acessibilidade nas escolas públicas para adequação arquitetônica, oferta de transporte acessível, disponibilização de material didático acessível e recursos de tecnologia assistiva, e oferta da educação bilíngue em Língua Portuguesa e Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). ***

4.7) Fomentar a educação inclusiva, promovendo a articulação entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado complementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas. ***

4.8) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola por parte dos beneficiários do benefício de prestação continuada, de maneira a garantir a ampliação do atendimento aos estudantes com deficiência na rede pública regular de ensino. ***

4.9) Assegurar a redução do número de alunos nas salas do ensino regular onde houver alunos inclusos. ***

4.10) Assegurar a aquisição de materiais de apoio específico aos alunos da Educação Especial, conforme a especificidade do quadro. ***

META 5: Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade.

ESTRATÉGIAS:

5.1) Assegurar a estruturação do Ensino Fundamental de nove anos com foco na organização de ciclo de alfabetização com duração de três anos, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano. ***

5.2) Orientar e acompanhar a utilização de metodologias específicas para alfabetizar, com êxito, as crianças até os oito anos de idade, aliando um ensino sistemático da notação alfabética com a vivência cotidiana de práticas letradas, conforme princípios do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. ***

5.3) Assegurar a aplicação do programa de Avaliação dos 5 Anos, implantado na rede municipal de ensino, para aferir a alfabetização das crianças e o grau de conhecimento aos conteúdos mínimos por parte do alunos do Ensino Fundamental.

5.4) Assegurar a aquisição de materiais pedagógicos específicos e de boa qualidade para a alfabetização e para os anos iniciais do Ensino Fundamental, incluindo acervo bibliográfico, jogos pedagógicos e materiais para o trabalho com recreação e arte. ***

5.5) Garantir a avaliação psicoeducacional e o acompanhamento dos alunos da rede pública com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas nabilidades ou superdotação. ***

5.6) Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade. ***

5.7) Assegurar a aplicação permanente de projetos de incentivo à leitura nas instituições de ensino, envolvendo também as bibliotecas escolares e municipal. ***

5.8) Implementar mecanismos que assegurem a elaboração do planejamento pedagógico coletivo nas instituições de ensino (escolas e CMEI's), com efetiva participação dos alunos e familiares, buscando o desenvolvimento de propostas pedagógicas constituídas a partir das especificidades locais. ***

5.9) Incentivar a prática da autoavaliação das comunidades escolares, capacitando as equipes escolares para a prática de avaliação, contemplando tanto o rendimento acadêmico como a formação pessoal e social do aluno. ***

5.10) Divulgar os indicadores de avaliação, acompanhados de análises e interpretações que auxiliem os educadores responsáveis pelo trabalho da escola em suas práticas de melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. ***

META 6: Oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica.

ESTRATÉGIAS:

6.1) Implementar a educação em tempo integral voltada para o atendimento gradual das escolas da rede municipal de ensino, com atividades que ampliem a jornada escolar do estudante para, no mínimo, sete horas diárias nos cinco dias por semana.

6.2) Manter, em regime de colaboração com a União, o programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como de produção de material didático e de formação de recursos humanos para a educação em tempo integral. ***

6.3) Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos e equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros e cinema.

6.4) Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de estudantes matriculados nas escolas da rede pública de educação básica, por parte das entidades privadas de serviço social de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino. ***

6.5) Orientar, na forma do art. 13, § 1º, I, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, a aplicação em atividades de ampliação da jornada escolar de alunos matriculados nas escolas da rede pública de educação básica de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino. ***

6.6) Atender as escolas do campo na oferta de educação em tempo integral considerando as peculiaridades locais. ***

META 7: Atingir as seguintes médias municipais para o IDEB:

Serie/Ano	Metas Projetadas				
	2013	2015	2017	2019	2021
4ª série / 5º ano	5.7	5.9	6.2	6.4	6.7
8ª série / 9º ano	5.0	5.3	5.6	5.8	6.1

ESTRATÉGIAS:

7.1) Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar, ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar. **

7.2) Acompanhar e divulgar bienalmente os resultados do IDEB das escolas da rede pública de educação básica.

7.3) Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos. ***

7.4) Apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar, com vistas à ampliação da participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos e o desenvolvimento da gestão democrática efetiva. ***

7.5) Assegurar o atendimento ao aluno por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. */***

7.6) Assegurar no cardápio da alimentação escolar a inserção de produtos in-natura e produzidos no Município, bem como a capacitação das merendeiras sobre as vantagens da utilização destes produtos. ***

7.7) Prover as instituições de ensino com equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar. ***

7.8) Informatizar a gestão das escolas e da Secretaria de Educação e aderir ao programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico da Secretaria Municipal de Educação.

7.9) Garantir políticas de combate à violência na escola e construção de uma cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade escolar. ***

7.10) Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente de que trata a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

7.11) Garantir o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, nos termos da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e com a sociedade civil em geral. ***

7.12) Assegurar o desenvolvimento e a manutenção de projetos de resgate e preservação da cultura do Município, em parceria com outras redes de ensino.

7.13) Assegurar a instituição de conselhos escolares ou órgãos colegiados equivalentes, com representação de trabalhadores em educação, pais alunos e comunidade, escolhidos pelos seus pares. ***

7.14) Implantar conselhos escolares com participação efetiva de todos os segmentos, eleitos democraticamente.

7.15) Assegurar, a todas as escolas públicas de educação básica, água tratada e saneamento básico; energia elétrica; acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade; acessibilidade à pessoa com deficiência; acesso a bibliotecas; acesso a espaços para prática de esportes; acesso a bens culturais e à arte; e equipamentos e laboratórios de ciências (quando necessário). ***

7.16) Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

7.17) Promover a articulação dos programas da área da educação com os de outras

áreas como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte, cultura, possibilitando a criação de uma rede de apoio integral às famílias, que as ajude a garantir melhores condições para o aprendizado dos alunos.

7.18) Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

7.19) Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e moral dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade do ensino. ***

7.20) Orientar as ações das instituições de ensino de forma a buscar atingir as metas do IDEB, procurando reduzir a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem. ***

7.21) Assegurar a realização de ciclo de palestras e desenvolvimento de projetos que visem buscar a participação dos pais no ambiente escolar e no comprometimento com a educação de seus filhos. ***

7.22) Assegurar e ampliar, em parceira com a área da Saúde, a manutenção dos programas, projetos e atividades em andamento.

7.23) Incentivar e dar condições para a realização de práticas pedagógicas fora do espaço escolar (atividades culturais, como visitas a museus, cinema, teatro, exposições; atividades de educação ambiental, como passeios ecológicos, visitas à estação de tratamento de água e esgoto, lixão; atividades de integração com a comunidade ao entorno).

7.24) Possibilitar que o acervo de livros na biblioteca de cada escola contemple, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, em cumprimento à Lei 12.244/2010, ou mais livros. ***

7.25) Possibilitar que as escolas tenham materiais pedagógicos diversos (mapas, jogos, brinquedos), em quantidades adequadas e acessíveis, para atender aos alunos e professores, incluindo materiais para cumprir a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica (Lei 11.769/2008) e desenvolver atividades culturais. ***

7.26) Observar a relação matrícula/professor, evitando prejuízos ao aprendizado dos alunos, garantindo boas condições de trabalho ao professor e suprindo as necessidades pedagógicas das diversas faixas etárias. ***

META 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade e dos 25% mais pobres.

ESTRATÉGIAS:

8.1) Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, acompanhamento pedagógico individualizado, recuperação e progressão parcial bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados. ***

8.2) Assegurar a oferta de programas de Educação de Jovens e Adultos para os segmentos populacionais que estejam fora da escola e com defasagem idade

série. */**

8.3) Garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio. **

8.4) Fomentar a expansão da oferta de matrículas gratuitas de Educação Profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino público.

8.5) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento de acesso à escola para os segmentos populacionais considerados, identificando motivos de ausência e baixa frequência e colaborando com o Estado para garantir a frequência e o apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino.

8.6) Promover busca ativa de crianças fora da escola, em parceria com as áreas de educação, assistência social, saúde e Conselho Tutelar.

META 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até o final da vigência do PNE, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIAS:

9.1) Assegurar a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria. **

9.2) Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica. **

9.3) Ofertar materiais didáticos e pedagógicos diversos para a Educação de Jovens e Adultos da rede municipal de ensino.

9.4) Promover o acesso ao Ensino Fundamental aos egressos de programas de alfabetização e garantir o acesso a exames de reclassificação e de certificação da aprendizagem. **

9.5) Promover chamadas públicas regulares para a Educação de Jovens e Adultos e avaliação de alfabetização por meio de exames específicos, que permitam aferição do grau de analfabetismo de jovens e adultos com mais de 15 anos de idade. **

9.6) Executar, em articulação com a área da saúde, programa de atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos para estudantes da Educação de Jovens e Adultos.

9.7) Assegurar a oferta de formação continuada aos professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos. ***

9.8) Viabilizar mecanismos para conscientizar os funcionários públicos municipais a elevar o nível de sua escolaridade, e em parceria com instituições da sociedade civil e empresas locais, conscientizar os demais funcionários que atuam no Município.

9.9) Somente permitir, na realização de concursos públicos do Município, a abertura de cargos com exigência de formação mínima a partir do Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio.

9.10) Assegurar a qualidade da oferta da Educação de Jovens e Adultos com espaços pedagógicos adequados às características dos alunos desta modalidade de ensino. ***

META 10: Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à Educação Profissional nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

ESTRATÉGIAS:

10.1) Assegurar a oferta de Educação de Jovens e Adultos voltada à conclusão do Ensino Fundamental e ampliar a oferta da formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica. **

10.2) Fomentar a expansão das matrículas na Educação de Jovens e Adultos de forma a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores e a Educação Profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador. **

10.3) Fomentar a integração da Educação de Jovens e Adultos com a Educação Profissional, em cursos planejados de acordo com as características e especificidades do público da Educação de Jovens e Adultos, inclusive na modalidade de Educação a Distância. **

10.4) Aderir ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional. ***

10.5) Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas para avaliação, formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional. ***

10.6) Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à Educação de Jovens e Adultos, em regime de colaboração e com apoio das entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.

10.7) Aderir ao programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psico-pedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da Educação de Jovens e Adultos integrada com a Educação Profissional. ***

10.8) Fomentar a diversificação curricular do Ensino Médio para jovens e adultos, integrando a formação integral à preparação para o mundo do trabalho e promovendo a inter-relação entre teoria e prática nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características de jovens e adultos por meio de equipamentos e laboratórios, produção de material didático específico e formação continuada de professores. ***

10.9) Estimular a oferta de cursos de qualificação para o trabalho voltados para as áreas da economia local e da demanda existente.

10.10) Firmar parcerias com empresas e instituições de formação profissional visando a oferta de cursos de qualificação profissional.

META 11: Duplicar as matrículas da Educação Profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta.

ESTRATÉGIAS:

11.1) Estimular a expansão da oferta de Educação Profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino. **

11.2) Estimular a expansão da oferta de Educação Profissional técnica de nível médio na modalidade de Educação a Distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à Educação Profissional pública e gratuita. **

11.3) Estimular a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional em nível técnico. **

11.4) Fomentar a oferta de matrículas gratuitas de Educação Profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.

11.5) Estimular o atendimento do Ensino Médio integrado à formação profissional. **

11.6) Integrar as políticas de Educação Profissional às políticas de desenvolvimento local e às políticas de geração de emprego e renda.

META 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.

ESTRATÉGIAS:

12.1 Fomentar a oferta de Educação Superior prioritariamente para a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender o déficit de profissionais em áreas específicas.

12.2 Fomentar a ampliação da oferta de estágio como parte da formação de nível superior.

12.3 Assegurar condições de acessibilidade nas instituições de Educação Superior, na forma da legislação.

12.4 Ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior.

12.5 Assegurar e ampliar os programas de incentivo à formação em nível superior implantadas no Município.

12.6 Assegurar mecanismos para incentivar os alunos de escolas públicas a continuarem os estudos em nível superior, divulgando, em parceria com instituições de Educação Superior, dados sobre seleção, cursos e carreiras. **

META 13: Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores.

ESTRATÉGIAS:

13.1) Fomentar a formação de consórcios entre universidades públicas de Educação Superior com vistas a potencializar a atuação regional nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

META 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

ESTRATÉGIAS:

14.1 Apoiar programas, projetos e ações que incentivem a formação de mestres e doutores.

14.2 Promover o intercâmbio entre as redes de ensino e as instituições de ensino superior existentes no Município.

14.3 Apoiar ações para redução de desigualdades regionais, de modo a favorecer o acesso da população a programas de mestrado e doutorado.

META 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e o Município, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

ESTRATÉGIAS:

15.1) Incentivar a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública.

15.2) Fomentar a formação e valorização dos profissionais da educação, de forma a ampliar as possibilidades de formação em serviço.

15.3) Apoiar a implementação de programas específicos para formação de professores para as populações do campo.

15.4) Fomentar a reforma curricular dos cursos de licenciatura de forma a assegurar o foco no aprendizado do estudante, dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica.

15.5) Valorizar o estágio nos cursos de licenciatura, visando um trabalho sistemático de conexão entre a formação acadêmica dos graduandos e as demandas da rede pública de educação básica.

15.6) Fomentar a oferta de cursos e programas especiais para assegurar formação específica aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não-licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício.

META 16: Formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu e garantir a todos formação continuada em sua área de atuação.

ESTRATÉGIAS:

16.1) Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de Educação Superior, de forma articulada às políticas de formação do Município.

16.2) Manter e ampliar programa de composição de acervo de livros didáticos, paradidáticos, de literatura e dicionários, sem prejuízo de outros, a ser disponibilizado para os professores das escolas da rede pública de educação básica. ***

16.3) Criar portal eletrônico para subsidiar o professor na preparação de aulas, disponibilizando gratuitamente roteiros didáticos e material suplementar. ***

16.4) Prever, no plano de carreira dos profissionais da educação, licenças para qualificação profissional em nível de pós-graduação stricto sensu. ***

16.5) Consolidar programa de formação continuada dos profissionais da educação. ***

META 17: Valorizar o magistério público da educação básica a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

ESTRATÉGIAS:

17.1) Assegurar aos profissionais do magistério tabela de vencimentos conforme formação específica. ***

17.2) Garantir o pagamento do Piso Salarial Nacional do profissional do magistério como vencimento inicial da carreira para o nível médio na modalidade normal. ***

17.3) Adequar, gradativamente, para os profissionais do magistério, o cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento de ensino. ***

META 18: Assegurar a existência de plano de carreira para os profissionais do magistério.

ESTRATÉGIAS:

18.1) Estruturar a rede municipal de ensino buscando atingir, em seu quadro de profissionais do magistério, 90% de servidores nomeados em cargos de provimento efetivo.

18.2) Instituir programa de acompanhamento do professor iniciante, supervisionado por profissional do magistério com experiência de ensino, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação ou não-efetivação do professor ao fim do estágio probatório. ***

18.3) Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio destinados à formação de funcionários de escola para as áreas de administração escolar, multimeios e manutenção da infraestrutura escolar, inclusive para alimentação escolar, sem prejuízo de outras. ***

18.4) Implantar, no prazo de um ano de vigência desta Lei, política de formação continuada para funcionários de escola. ***

18.5) Assegurar a associação do aprimoramento profissional dos profissionais da educação e a avaliação de desempenho à progressão na carreira.

META 19: Garantir, mediante lei específica, a nomeação de diretores de escola vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar.

ESTRATÉGIAS:

19.1) Assegurar em lei específica a observância de critérios técnicos de mérito, desempenho e experiência educacional para a escolha de direção de escola,

garantindo a participação da comunidade escolar. ***

19.2) Implementar programa de formação continuada específica para os gestores escolares e membros dos conselhos escolares. ***

19.3) Incentivar os diferentes segmentos da sociedade e da comunidade escolar a participar do Conselho Municipal de Educação, do Conselho da Alimentação Escolar, do Conselho do FUNDEB e demais Conselhos/Comissões.

META 20: Ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 10% do produto interno bruto do país.

ESTRATÉGIAS:

20.1) Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento dos recursos públicos destinados e aplicados em educação.

20.2) Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que promovam a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação.

20.3) Assegurar, em regime de colaboração, programas articulados e permanentes de formação dos membros integrantes dos conselhos de apoio à educação.

20.4) Garantir recursos para a manutenção dos prédios escolares. ***

(*) O cumprimento deste Objetivo/Meta depende da colaboração da União.
(**) O cumprimento deste Objetivo/Meta depende da colaboração do Estado.
(***) O cumprimento deste Objetivo/Meta, do que se refere às instituições de ensino que não são da rede municipal, depende dos programas e/ou da iniciativa de cada mantenedora.

V - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

A implantação com sucesso, do Plano Municipal de Educação – PME, no município de Marechal Cândido Rondon, depende, não somente da mobilização e vontade política das forças sociais e institucionais, mas, também, de mecanismos e instrumentos de acompanhamento e avaliação nas diversas ações, a serem desenvolvidas no ensino, durante os dez anos de sua vigência.

O Órgão Municipal de Educação, na figura do Dirigente Municipal de Educação, e o Conselho Municipal de Educação são responsáveis pela coordenação do processo de implantação e consolidação do Plano, formando em conjunto o "Grupo de Avaliação e Acompanhamento do PME". Desempenharão também um papel essencial nessas funções, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e a Sociedade Civil Organizada. Assim, sob uma ótica ampla e abrangente, o conjunto das instituições envolvidas, sejam elas governamentais ou não, assumirá o compromisso de acompanhar e avaliar as diretrizes, os objetivos e as metas aqui estabelecidas, sugerindo sempre que necessário, as intervenções para correção ou adaptação no desenvolvimento das metas.

Os objetivos e as metas deste Plano, somente poderão ser alcançados se ele for concebido e acolhido como Plano do Município, mais do que Plano de Governo e, portanto, assumido como um compromisso da sociedade para consigo mesma. Sua aprovação pela Câmara Municipal, o acompanhamento e a avaliação pelas instituições governamentais e pela sociedade civil, são fatores decisivos para que a educação produza a grande mudança no panorama do desenvolvimento educacional, propiciando a inclusão social e a cidadania plena.

É fundamental que a avaliação seja efetivamente realizada, de forma periódica e contínua e que o acompanhamento seja voltado à análise de aspectos qualitativos e quantitativos do desempenho do PME, tendo em vista a melhoria e o desenvolvimento do mesmo.

Para isto, deverão ser instituídos mecanismos de avaliação e acompanhamento, necessários para monitorar continuamente, durante os dez anos de vigência, a execução do PME.

A primeira avaliação técnica será realizada no segundo ano após sua implantação, e as posteriores a cada dois anos.

Além da avaliação técnica, realizada periodicamente, poderão ser feitas avaliações contínuas, com a participação das comissões de elaboração do PME, com a sociedade civil organizada, por meio de conferências, audiências, encontros e reuniões, organizadas pelo Grupo de Avaliação e Acompanhamento.

Os instrumentos de avaliação instituídos em nível nacional e estadual são subsídios e informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação do PME, os quais devem ser analisados e utilizados como meio de verificar se as prioridades, metas e objetivos propostos no PME estão sendo atingidos, bem como se as mudanças necessárias estão sendo implementadas.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

Constituição Federal de 1988.

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Lei nº 9.394/96, de 23 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação.

Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências.

Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Lei nº 11.525, de 25 de setembro de 2007. Acrescenta § 5º ao art. 32 da Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental.

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008, que altera a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, lei de diretrizes e bases da educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica.

Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001.

Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.

Lei Municipal nº 1.099, de 1º de setembro de 1974, que cria a Bandeira, o Brasão e o Hino do Município.

Lei Municipal nº 4.163, de 2 de dezembro de 2009, que cria a Secretaria Municipal de Cultura.

Lei Municipal nº 4.291, de 21 de novembro de 2010, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.

Lei Municipal nº 4.373, de 1º de dezembro de 2011, que institui o Sistema Municipal de Cultura (Conselho, Plano e Fundo Municipal de Cultura).

Lei Municipal nº 4.436, de 26 de abril de 2013, que cria o Conselho Municipal de Educação.

Lei Orgânica do Município.

SITES CONSULTADOS

www.ibge.gov.br

www.inep.gov.br

www.mrherondomingues.seed.pr.gov.br

www.mte.gov.br

www.paranacidade.org.br

www.pnud.org.br

www.policiacivil.pr.gov.br